



ACADEMIA MILITAR

DIRECÇÃO DE ENSINO

MESTRADO EM CIÊNCIAS MILITARES – ESPECIALIDADE SEGURANÇA

TRABALHO DE INVESTIGAÇÃO APLICADA

COMBATE AO NARCOTRÁFICO NA ORLA COSTEIRA PORTUGUESA

Aluno: Élio Rosado Aspirante de Infantaria da GNR
Orientador: João Eufrazio Capitão de Infantaria da GNR

Queluz, Agosto de 2011



ACADEMIA MILITAR

DIRECÇÃO DE ENSINO

MESTRADO EM CIÊNCIAS MILITARES – ESPECIALIDADE SEGURANÇA

TRABALHO DE INVESTIGAÇÃO APLICADA

COMBATE AO NARCOTRÁFICO NA ORLA COSTEIRA PORTUGUESA

Aluno: Élio Rosado Aspirante de Infantaria da GNR
Orientador: João Eufrázio Capitão de Infantaria da GNR

Queluz, Agosto de 2011

DEDICATÓRIA

Aos meus pais, irmã, família e amigos.

A todos aqueles que me formaram e educaram.

AGRADECIMENTOS

A realização deste trabalho não seria possível sem o contributo de um conjunto de pessoas e entidades. Reservo esta página do trabalho para manifestar o meu profundo agradecimento.

Ao Tenente de Infantaria Cordeiro, pela disponibilidade e colaboração prontamente demonstrada.

Ao Tenente de Infantaria Mendes, pela partilha de conhecimentos e apoio neste estudo de investigação.

Ao Tenente-Coronel de Infantaria Palhau, pelo conjunto de informações e ideias que transmitiu, bem como pelos contactos que facultou.

Ao Tenente-Coronel de Infantaria Júlio, pelos dados fornecidos e pela entrevista facultada.

Ao Inspector Coordenador José Ferreira da Polícia Judiciária, pela elementar informação disponibilizada e tempo dispendido aquando da entrevista.

Ao Inspector Chefe José Leal da Polícia Judiciária, por me elucidar sobre o tema em estudo, bem como facultar trabalhos por ele realizados.

Por último, o Capitão Eufrázio, pela fundamental colaboração, tempo dispendido e valiosa partilha de conhecimentos.

Aos meus camaradas do XVI curso, pelo indispensável e constante apoio ao longo destes cinco anos.

RESUMO

Na nossa sociedade, o tráfico e o consumo de droga são um dos principais factores proporcionadores de criminalidade e fonte de insegurança. Especificamente no que diz respeito ao narcotráfico via marítima, Portugal encontra-se numa posição geoestratégica privilegiada em relação à origem do fluxo de drogas, constituindo assim uma das principais passagens para as rotas do tráfico de droga. Acrescem as características da costa do nosso País, propícias a potenciais desembarques e com inúmeras infra-estruturas portuárias comerciais e de recreio. É neste quadro social que as forças e serviços de segurança com competência para o combate ao narcotráfico assumem um papel relevante na segurança interna.

O objectivo do presente trabalho de investigação é analisar a actividade da Guarda Nacional Republicana (GNR) e a sua coordenação com as demais entidades responsáveis pelo combate ao narcotráfico via marítima. Simultaneamente, pretende-se compreender em que medida as competências atribuídas pela Lei Orgânica de Investigação Criminal (LOIC) influenciam a actividade da GNR.

Este trabalho dividiu-se em duas grandes partes: uma parte teórica, que consistiu numa abordagem conceptual acerca do tema em estudo, e uma segunda parte, mais prática, onde será explanado o trabalho de campo. No trabalho de campo foram efectuadas cinco entrevistas a membros de entidades diferentes, com o intuito de angariar diferentes perspectivas sobre o tema em apreço.

Do estudo, conclui-se que a GNR, através da sua Unidade de Controlo Costeiro (UCC) assenta toda a sua actividade operacional na vigilância, patrulhamento, flagrante delito e consequente intervenção.

Recomenda-se que as diversas entidades desenvolvam acções conjuntas, seja em treinos seja no teatro de operações a fim de conhecer as valências de cada uma e, consequentemente, de que modo a complementaridade da sua actuação pode ser mais eficaz e eficiente no combate ao narcotráfico via marítima.

PALAVRAS-CHAVE: Narcotráfico; GNR; Coordenação; LOIC

ABSTRACT

In our society, drug trafficking and drug consumption are one of the main factors that lead to criminality and it is a source of insecurity. Most importantly the drug trade by sea, Portugal is in a significant geostrategic position for the drugs flow and this is one of the main routes of drug trafficking. In addition we have the characteristics of our Country's coast, which are conducive to potential landings, and with numerous commercial port infrastructure and recreational facilities. It is in this social context, that security forces and services, with responsibility against drug trafficking play a significant role in internal security.

The objective of this research work is to analyze the activity of the GNR and the coordination with other entities responsible for the combat of drug trafficking by sea. Simultaneously, the aim is to understand how the powers conferred by LOIC influence the activity of the GNR.

This work was divided into two major parts: a theoretical part, which consists of a conceptual approach about the study theme, and a second part, a more practical one, where the field work is explained. Five interviews were carried out of members representing different entities, with the aim of raising different perspectives about the topic.

In conclusion, from this study, GNR through UCC based its operational activity in surveillance, patrolling, criminal offence and its consequent intervention.

It is recommended that the various entities must develop joint activities, initially in drills and subsequently in reality in order to be able to get to know the methods of each one and, consequently, in what way their actions can be more effective and efficient in the struggle against drug trafficking by sea.

KEY – WORDS: DRUG traffick; GNR; Coordination; LOIC

ÍNDICE

DEDICATÓRIA.....	i
AGRADECIMENTOS	ii
RESUMO.....	iii
ABSTRACT	iv
ÍNDICE	v
ÍNDICE DE QUADROS	ix
LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS.....	x
APRESENTAÇÃO DO TRABALHO.....	1
INTRODUÇÃO	1
ENQUADRAMENTO	1
JUSTIFICAÇÃO E ESCOLHA DO TEMA	2
OBJECTO DE ESTUDO/PROBLEMA DE INVESTIGAÇÃO	2
PERGUNTAS DE INVESTIGAÇÃO	3
OBJECTIVOS.....	3
HIPÓTESES.....	4
METODOLOGIA APLICADA.....	4
ESTRUTURA DO TRABALHO.....	5
PARTE I – ENQUADRAMENTO TEÓRICO	6
CAPÍTULO 1 – NARCOTRÁFICO.....	6
1.1 INTRODUÇÃO – CRIME NARCOTRÁFICO.....	6
1.2 ENTIDADES INTERVENIENTES.....	6
1.3 POSIÇÃO GEOESTRATÉGICA DE PORTUGAL.....	7
1.4 PROVENIÊNCIA E DESTINO DA DROGA APREENDIDA.....	7
1.5 TRANSPORTES E “MODI OPERANDIS”	7
1.6 CONCLUSÃO CAPITULAR	8

CAPÍTULO 2 – REPRESSÃO DO TRÁFICO DE DROGA – ENQUADRAMENTO LEGAL	9
2.1 INTRODUÇÃO	9
2.2 DECRETO-LEI Nº 15/93 DE 22 DE JANEIRO	9
2.3 DECRETO-LEI Nº 81/95 DE 22 DE ABRIL.....	10
2.3.1 PREVENÇÃO CRIMINAL E CENTRALIZAÇÃO DA INFORMAÇÃO	10
2.4 LEI ORGANICA DE INVESTIGAÇÃO CRIMINAL	11
2.4.1 ÓRGÃO DE POLÍCIA CRIMINAL E AUTORIDADE JUDICIAL.....	11
2.4.2 COMPETÊNCIA E INCOMPETÊNCIA.....	12
2.4.3 DEVER DE COOPERAÇÃO.....	13
2.5 NEP/GNR – 3.39	14
2.6 CONCLUSÃO CAPITULAR	14
CAPÍTULO 3 – GÉNESE DE ALGUMAS ENTIDADES INTERVENIENTES NO SISTEMA NACIONAL DE REPRESSÃO AO TRÁFICO DE DROGA	15
3.1 INTRODUÇÃO	15
3.2 UNIDADE DE CONTROLO COSTEIRO.....	15
3.2.1 DEFINIÇÃO E MISSÃO	16
3.2.2 RESULTADOS DE APREENSÕES	16
3.2.3 SIVICC.....	17
3.3 SISTEMA DE AUTORIDADE MARÍTIMA	18
3.3.1 MISSÃO, ATRIBUIÇÕES E ESTRUTURA.....	18
3.3.2 DECRETO REGULAMENTAR N.º 86/2007 DE 12 DE DEZEMBRO.....	19
3.4 POLÍCIA MARÍTIMA.....	19
3.4.1 MISSÃO E COMPETÊNCIA.....	20
3.4.2 RESULTADOS DE APREENSÕES	20
3.5 POLÍCIA JUDICIÁRIA	21
3.5.1 UNIDADE NACIONAL DE COMBATE AO TRÁFICO DE ESTUPEFACIENTES	22
3.5.2 RESULTADOS DE APREENSÕES	22
3.6 CONCLUSÃO CAPITULAR	23

PARTE II – TRABALHO DE CAMPO.....	25
CAPÍTULO 4 – MÉTODO DO TRABALHO DE CAMPO.....	25
4.1 INTRODUÇÃO	25
4.2 PROCEDIMENTOS E TÉCNICAS	25
4.3 ENTREVISTAS	25
4.4 CARACTERIZAÇÃO DA AMOSTRA	26
CAPÍTULO 5 – APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS	27
5.1 INTRODUÇÃO	27
5.2 APRESENTAÇÃO DAS ENTREVISTAS	27
5.2.1 ANÁLISE DO CONTEÚDO DA ENTREVISTA Nº1	27
5.2.2 ANÁLISE DO CONTEÚDO DA ENTREVISTA Nº2	28
5.2.3 ANÁLISE DO CONTEÚDO DA ENTREVISTA Nº3	29
5.2.4 ANÁLISE DO CONTEÚDO DA ENTREVISTA Nº4	30
5.2.5 ANÁLISE DO CONTEÚDO DA ENTREVISTA Nº5	31
5.3 CONCLUSÃO CAPITULAR	32
CAPÍTULO 6 - CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES.....	33
6.1 INTRODUÇÃO	33
6.2 VERIFICAÇÃO DAS HIPÓTESES.....	33
6.3 RESPOSTAS À PERGUNTA DE PARTIDA E PERGUNTAS DERIVADAS	35
6.4 REFLEXÕES FINAIS	38
6.5 RECOMENDAÇÕES.....	39
6.6 LIMITAÇÕES.....	39
6.7 INVESTIGAÇÕES FUTURAS	40
BIBLIOGRAFIA.....	41
APÊNDICES.....	44
APÊNDICE A – ENTREVISTAS.....	45
ANEXOS	65
ANEXO A – TABELAS DE PROVENIÊNCIA, DESTINO E TRANSPORTE DE DROGA.	66

ANEXO B – EXTRACTO DO DECRETO - LEI N.º 15/93 DE 22 DE JANEIRO – REGIME JURÍDICO APLICÁVEL AO TRÁFICO E CONSUMO DE ESTUPEFACIENTES E SUBSTÂNCIAS PSICOTRÓPICAS.....	70
ANEXO C – EXTRACTO DO DECRETO - LEI N.º 81/95 DE 22 DE ABRIL – ESTABELECE REGRAS PARA A CENTRALIZAÇÃO INFORMATIVA E DE COORDENAÇÃO OPERACIONAL.....	79
ANEXO D – EXTRACTO DA LEI N.º 49/2008 DE 27 DE AGOSTO – APROVA A LEI DE ORGANIZAÇÃO DA INVESTIGAÇÃO CRIMINAL.....	82
ANEXO E – QUALIFICAÇÃO JURÍDICA QUE DEFINE AS COMPETÊNCIAS DOS OPC.....	90
ANEXO F – EXTRACTO DA LEI N.º 63/2007 DE 6 DE NOVEMBRO – LEI ORGÂNICA DA GNR	91
ANEXO G – INSTRUÇÕES DE COORDENAÇÃO DEFINIDAS NO DESPACHO Nº 56/09-OG, EMITIDO PELO COMANDO-GERAL DA GUARDA NACIONAL REPUBLICANA, 30 DE DEZEMBRO DE 2009.	93
ANEXO H – DECRETO-LEI N.º 43/2002 DE 2 DE MARÇO.....	94
ANEXO I – DECRETO REGULAMENTAR N.º 86/2007 DE 12 DE DEZEMBRO.	99
ANEXO J – EXTRACTO DO DECRETO-LEI N.º 2/1995 DE 30 DE JANEIRO – LEI ORGÂNICA DA POLÍCIA MARÍTIMA	107
ANEXO M – EXTRACTO DA LEI N.º 37/2008 DE 6 DE AGOSTO – APROVA A ORGÂNICA DA POLÍCIA JUDICIÁRIA.....	109

ÍNDICE DE QUADROS

QUADRO 3.1: QUANTIDADE DE ESTUPEFACIENTES APREENDIDOS PELA EXTINTA BF E UCC, ENTRE OS ANOS 2005 E 2010.....	17
QUADRO 3.2: QUANTIDADE DE ESTUPEFACIENTES APREENDIDOS PELA PM ENTRE OS ANOS 2005 E 2010.....	21
QUADRO 3.3: QUANTIDADE DE ESTUPEFACIENTES APREENDIDOS PELA PJ, NA ORLA COSTEIRA, ENTRE OS ANOS 2005 E 2010.....	22
QUADRO 4.1: CARACTERIZAÇÃO DA AMOSTRA DAS ENTREVISTAS.	26
QUADRO 5.1: ANÁLISE DA ENTREVISTA N.º 1.	28
QUADRO 5.2: ANÁLISE DA ENTREVISTA N.º 2.	29
QUADRO 5.3: ANÁLISE DA ENTREVISTA N.º 3.	30
QUADRO 5.4: ANÁLISE DA ENTREVISTA N.º 4.	31
QUADRO 5.5: ANÁLISE DA ENTREVISTA N.º 5.	32

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

AMN: Autoridade Marítima Nacional

AJ: Autoridade Judiciária

Art.º: Artigo

CP: Código Penal

CPP: Código Processo Penal

DCC: Destacamento de Controlo Costeiro

DL: Decreto-lei

DTER: Destacamento Territorial

DGAIEC: Direcção Geral das Alfândegas e dos Impostos Especiais sobre o Consumo

DGSP: Direcção Geral dos Serviços Prisionais

E.(x): Entrevistado número (x)

FFSS: Forças e Serviços de Segurança

GNR: Guarda Nacional Republicana

LOIC: Lei Orgânica de Investigação Criminal

NIC: Núcleo de Investigação Criminal

Nº: Número

NEP: Normas de Execução Permanente

OPC: Órgão de Polícia Criminal

p.:	Página
P.(x):	Pergunta número (x)
PM:	Polícia Marítima
PJ:	Polícia Judiciária
SAM:	Sistema de Autoridade Marítima
SDCC:	Sub Destacamento de Controlo Costeiro
SEF:	Serviço de Estrangeiros e Fronteiras
SIVICC:	Sistema Integrado de Vigilância, Comando e Controlo
SOIRP:	Secção de Operações, Informações e relações Públicas
TIA:	Trabalho de Investigação Aplicada
UCC:	Unidade de Controlo Costeiro
UCIC:	Unidade de Coordenação e Intervenção Conjunta
UNCTE:	Unidade Nacional de Combate ao Tráfico de Estupefacientes
ZA:	Zona de Acção

“As drogas destroem vidas e comunidades, minam o desenvolvimento humano e originam o crime. As drogas afectam todos os sectores da sociedade de todos os países; o consumo de droga afecta, em particular, a liberdade e o desenvolvimento dos jovens, o bem mais valioso do mundo.”

Organização Das Nações Unidas

APRESENTAÇÃO DO TRABALHO

INTRODUÇÃO

A realização deste trabalho de investigação aplicada (TIA) insere-se no final do Mestrado em ciências militares, na especialidade de Infantaria da GNR, e materializa um marco importante para o aluno.

No que concerne á formação do aluno, a realização deste trabalho possibilita-nos desenvolver as nossas capacidades de compreensão e análise que, por sua vez, permitem empreender um estudo científico. Este tipo de estudo visa aplicar as competências que fomos desenvolvendo ao longo da nossa formação na Academia Militar. Facilita-nos também a integração na realidade da instituição GNR, pois possibilita-nos interagir com vários militares que a servem, bem como entidades que cooperam com a mesma.

O capítulo que se segue inicia-se com um enquadramento teórico e a respectiva justificação da escolha do tema. Posteriormente é delimitado o objecto de estudo e a problemática da investigação, que por sua vez dá origem à pergunta de partida do trabalho, às perguntas derivadas e às hipóteses em estudo. Por último, far-se-á uma alusão à metodologia aplicada, bem como à estrutura do trabalho.

ENQUADRAMENTO

O tema deste trabalho é o combate ao narcotráfico via marítima pelas forças e serviços de segurança com competência nesta área. A droga é um fenómeno de todos os tempos e parece ser indissociável da vivência humana. O tráfico e o consumo são um dos principais factores de criminalidade e fonte de insegurança na nossa sociedade actual. É neste quadro social que as forças e serviços de segurança com competência para o combate ao narcotráfico assumem um papel relevante na segurança interna. No entanto, a actuação destas forças é regulada e delimitada por regulamentos e diplomas legais. Neste trabalho propomo-nos analisar as competências atribuídas às entidades com responsabilidades no âmbito da repressão e prevenção do tráfico de droga via marítima, o seu modo de actuação e a forma de como se correlacionam.

JUSTIFICAÇÃO E ESCOLHA DO TEMA

O presente trabalho tem como título “**Combate ao narcotráfico na orla costeira portuguesa**”, o que aponta duas grandes dimensões que justificam a eleição do mesmo: a escolha do estudo do narcotráfico e o facto de incidir especificamente na zona da orla costeira portuguesa.

A localização geográfica de Portugal e as características da sua costa tornam o nosso País especialmente vulnerável a ameaças no que se refere ao tráfico de droga via marítima. Este tipo de fenómeno criminoso e a resolução dos seus problemas, deve ser uma preocupação acrescida no âmbito da segurança interna. Afigura-se assim de primordial importância estudar e investigar a actividade da GNR, bem como a sua interoperabilidade com as demais entidades com responsabilidades nesta matéria.

Há assim um especial interesse no autor em aprofundar o estudo deste fenómeno, para poder analisar e compreender como funciona a GNR no que diz respeito ao combate ao narcotráfico, especificamente na orla costeira portuguesa.

OBJECTO DE ESTUDO/PROBLEMA DE INVESTIGAÇÃO

Tendo em conta a abrangência do tema, sentiu-se uma necessidade imediata de delimitar o objecto de estudo do trabalho de investigação aplicada tendo em vista resultados mais concretos e relevantes. Optou-se por estudar o narcotráfico somente por via marítima, não englobando outros tipos de tráfico de droga. Desta feita, uma das áreas a explorar neste vasto tema é a diferença de competências e modos de actuação entre a GNR/UCC, a Polícia Judiciária (PJ), e o Sistema de Autoridade Marítima (SAM) / Polícia Marítima (PM). Apesar de estas entidades não serem as únicas que integram o vasto grupo de organizações e serviços que reprimem e previnem o fenómeno do tráfico de droga via marítima, são as que foram escolhidas para serem alvo de estudo neste trabalho. Pretende-se com a descrição das funções, perceber o modo como a GNR, PJ e SAM/PM harmonizam e coordenam as suas acções, bem como a forma como as mesmas cooperam. Simultaneamente, pretende-se compreender em que medida as competências atribuídas pela LOIC influenciam a actividade da GNR.

Também será dado relevo ao Sistema Integrado de Vigilância, Comando e Controlo (SIVICC). Este assume grande importância, pois tem a capacidade de dispensar, em grande medida, a componente humana, com uma aposta na automatização como arma de combate ao tráfico de droga na costa portuguesa. Torna-se assim interessante para o tema um estudo mais exaustivo do SIVICC.

Neste sentido formulou-se a pergunta de partida deste trabalho: Qual o papel da GNR no combate ao narcotráfico via marítima e de que maneira as competências definidas pela LOIC limitam o mesmo?

PERGUNTAS DE INVESTIGAÇÃO

Com o objecto de estudo definido e com o intuito de alcançar o mesmo, há a necessidade de elaborar perguntas de investigação. Estas poderão materializar se o objectivo do estudo foi ou não alcançado, bem como servir de linhas orientadoras para o estudo científico do trabalho de investigação aplicada.

Para além da pergunta central já antes mencionada, estas são as perguntas derivadas:

1. Se a colaboração existente entre a PJ a UCC e a PM se adequa às necessidades do combate ao narcotráfico?
2. De que modo actua cada entidade no combate ao tráfico de estupefacientes via marítima?
3. Quais as lacunas e mais-valias de cada entidade com responsabilidades no combate ao tráfico de estupefacientes via marítima?
4. De que modo as características das distintas entidades com responsabilidade no combate ao crime do tráfico de estupefacientes se complementam?
5. Como poderão estas entidades evoluir, no sentido de harmonizar as suas atribuições e competências específicas?
6. Actualmente em que fase está o projecto SIVICC? Que mais-valias operacionais se pretendem obter com a sua implementação, para a área em estudo?

OBJECTIVOS

Neste género de trabalhos há a necessidade de definir os limites da investigação, pois sem os mesmos, as variáveis tornavam-se incomensuráveis. A investigação pode definir-se “como sendo o diagnóstico das necessidades de informação e selecção das variáveis relevantes sobre as quais se irão recolher, registar e analisar informações válidas e fiáveis” (Sarmiento, 2008, p.3).

Com este TIA pretende-se analisar a actividade da GNR, no que diz respeito ao combate do narcotráfico na orla costeira portuguesa. Nesta actividade salienta-se o facto de ser necessária uma coordenação entre a GNR e as demais entidades responsáveis pela segurança e vigilância no âmbito do narcotráfico. Neste sentido pretende-se caracterizar a

cooperação existente entre essas entidades, bem como os seus modos de actuação. Pretende-se também perceber o estado actual do funcionamento do SIVICC e que vantagens operacionais se espera vir a obter, nomeadamente no combate ao tráfico de droga via marítima.

HIPÓTESES

H1 – A colaboração existente entre as diferentes entidades adequa-se às necessidades inerentes á complexidade do crime do tráfico de droga via marítima.

H2 – A UCC actua essencialmente através do sistema de vigilância terrestre, a PJ através da investigação criminal e a PM através do patrulhamento marítimo.

H3 – A capacidade de vigilância e intervenção da UCC em detrimento da sua limitação no tratamento da informação e incompetência da investigação criminal. A capacidade de coordenação e assimilação da informação da PJ em detrimento da limitação de meios de intervenção navais. Os meios de patrulhamento da PM em detrimento da vigilância costeira proporcionada pelo SIVICC.

H4 – Os meios de intervenção em ambiente aquático da PM e UCC, sempre que solicitados para operações específicas da PJ.

H5 - A UCC e PM criarem *boarding teams* especializadas e adquirirem competências específicas na investigação de crimes no âmbito do tráfico de droga via marítima.

H6 – O SIVICC é um sistema que, apesar de estar em fase de implementação representa uma vantagem para a actividade operacional da UCC no sentido de localizar, detectar e identificar ameaças, no âmbito do objecto em estudo.

METODOLOGIA APLICADA

“Numa investigação podem ser utilizados mais do que um método, para que seja respondida a pergunta de partida da investigação.” (SARMENTO, 2008,p. 4). Desta forma, tendo em vista a realização dos objectivos do trabalho utilizou-se um conjunto de técnicas de investigação.

A metodologia de investigação científica utilizada engloba as técnicas de análise documental e pesquisa bibliográfica¹ de fontes oficiais de legislação, doutrina, trabalhos realizados no âmbito de cadeiras ministradas no curso de oficiais da GNR na Academia Militar e outros.

¹ Para Manuela Sarmento “ a pesquisa bibliográfica obtêm-se a partir da revisão da literatura, originando a bibliografia geral e especifica sobre o tema em estudo” (p.14).

Para tal, foram utilizados alguns métodos de investigação científica: método dedutivo² e método crítico³.

No que respeita ao trabalho de campo, utilizou-se o método de observação directa⁴ e realizaram-se entrevistas a representantes das instituições PJ/Unidade Nacional de Combate ao Tráfico de Estupefacientes (UNCTE) e UCC, com o objectivo de obter uma percepção mais actual sobre o fenómeno e, consequentemente, deduzir conclusões sobre o mesmo considerando as hipóteses explicativas enunciadas. Também foram desenvolvidos esforços no sentido de entrevistar um representante da PM, sendo no entanto inexecutável a realização dessa mesma entrevista.

ESTRUTURA DO TRABALHO

O trabalho está dividido em duas grandes partes. A primeira tem o intuito de enquadrar teoricamente o objecto de estudo, servindo assim de suporte para o desenvolvimento do presente trabalho. O capítulo 1 caracteriza o fenómeno do narcotráfico e explica a relevância que o mesmo tem na nossa sociedade. O capítulo 2 explora a legislação relativa à droga e aos procedimentos a adoptar pelos Órgão de Polícia Criminal (OPC) no concerne a este tipo de crime. Aborda ainda a LOIC no sentido de clarificar as competências no âmbito da investigação criminal, pois estas regulam a actividade policial da UCC e PJ. Seguidamente, no capítulo 3, recorre-se a diplomas legais e às respectivas leis orgânicas para descrever a natureza e a missão da UCC, SAM, PM e PJ, correlacionando as mesmas com as suas competências e atribuições específicas no âmbito do tráfico de droga via marítima.

A segunda parte do trabalho é essencialmente de cariz prático, na medida em que se procura descrever os resultados que derivaram do trabalho de campo, sobretudo das entrevistas realizadas. Deste modo, no capítulo 4 é apresentada a metodologia utilizada no trabalho de campo. Posteriormente, no capítulo 5 apresentam-se e analisam-se os resultados obtidos nas entrevistas. Finalmente, o capítulo 6 correlaciona os conteúdos teóricos descritos e analisados na primeira parte do trabalho com as informações obtidas no trabalho de campo. É através deste processo que são verificadas as hipóteses enunciadas e se procura responder às perguntas que originaram este trabalho de investigação aplicada. É nesta fase que surgem as reflexões finais, recomendações, limitações do trabalho e propostas para investigações futuras.

² Para Manuela Sarmento este método baseia-se “...num raciocínio que parte do geral para o particular. Tem duas premissas que por inferência permitem extrair uma terceira denominada conclusão.” (p. 5).

³ Para Manuela Sarmento este método baseia-se “... na observação crítica dos acontecimentos.” (p. 5).

⁴ Para Manuela Sarmento este método “...consiste na observação de todos os factos, no seu registo, na sua análise e posteriormente conclusões.” (p. 4).

PARTE I – ENQUADRAMENTO TEÓRICO

CAPÍTULO 1 – NARCOTRÁFICO

1.1 INTRODUÇÃO – CRIME NARCOTRÁFICO

O fenómeno do tráfico de estupefacientes e substâncias psicotrópicas adquire uma “dimensão global configurando-se num ciclo da droga” (Leal, 2009). Segundo Leal tal globalização deve-se à “especificidade das regiões onde os vários tipos de droga são produzidos e transformadas...” em complemento com a “...generalização do consumo nas várias regiões do globo.” (Leal, 2009, p. 424). Em suma, este “sistema é flexível, opera de diversas formas nas várias culturas e responde rapidamente às pressões exercidas pelas autoridades e sociedade em geral.” (Manual droga E.G). No caso específico do tráfico de estupefacientes via marítima, tais operações têm “subjacente um planeamento logístico de tal ordem clandestino e complexo, que em regra os agentes envolvidos na sua orquestração se estruturam de forma organizada” (Leal, Fundo, & Velez, 2007). Este tipo de actividade é desenvolvida por “grupos criminosos, que dispõem de modernas tecnologias comunicacionais e aproveitam com particular sagacidade, as oportunidades oferecidas por uma sociedade aberta e sem fronteiras e por uma economia de mercado globalizada e desregulamentada”. (Braz, 2007)

1.2 ENTIDADES INTERVENIENTES

Em Portugal, a luta contra o tráfico ilícito de estupefacientes assenta no modelo legal previsto no DL nº 81/95, de 22 de Abril⁵. Este diploma atribui competências distintas mas complementares aos vários OPC, Forças e Serviços de Segurança (FFSS) e Entidades que operam no sistema responsável pela repressão e prevenção do tráfico de drogas. Desta feita, tendo como base legal o DL nº 81/95 de 22 de Abril e citando o relatório anual de tráfico de estupefacientes do ano 2011 “o papel e a acção de cada operador no exercício das suas competências e atribuições específicas, fica definido da seguinte maneira”:

*A PJ na prevenção e investigação da criminalidade organizada, do tráfico internacional e do grande tráfico interno de distribuição nacional ou regional;
A PSP e a GNR, na prevenção e investigação do pequeno tráfico interno de distribuição directa a consumidores;*

⁵ Estabelece regras para a centralização informativa e coordenação operacional.

*A GNR, a DGAIEC, o Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF) e a PM na vigilância e fiscalização da fronteira marítima e aérea e prevenção do tráfico interno e internacional;
A DGSP na fiscalização e prevenção do tráfico em meio prisional”.*

1.3 POSIÇÃO GEOESTRATÉGICA DE PORTUGAL

Portugal encontra-se numa posição geoestratégica privilegiada em relação à origem do fluxo de drogas, constituindo assim uma das principais passagens para as rotas do tráfico de droga. O nosso país é assim “caracterizado por uma extensa costa, propícia a potenciais desembarques, e com inúmeras infra-estruturas portuárias comerciais e de recreio” (Leal, Fundo, & Velez, 2007). Este conjunto de características é praticamente único, e aliada à “...proximidade com o norte de África...”, e ao “...estratégico posicionamento dos arquipélagos da Madeira e dos Açores...” que garante uma vantagem em relação ao movimentos provenientes da América do Sul “...transformam o território nacional numa pedra angular nos movimentos do tráfico internacional de droga...”. (Leal, Fundo, & Velez, 2007, p. 3).

1.4 PROVENIÊNCIA E DESTINO DA DROGA APREENDIDA

Os quadros⁶ em anexo evidenciam a proveniência e o destino das drogas apreendidas no âmbito do tráfico internacional, apenas permitindo identificar algumas das rotas mais utilizadas no ano de 2010 para a introdução de diversos produtos estupefacientes quer em território nacional quer no espaço europeu. Em suma, Portugal “constitui-se por excelência numa plataforma de introdução e trânsito no espaço europeu de importantes fluxos de haxixe e de cocaína, os primeiros em regra com origem no norte de África, e os segundos com origem na América Latina” (Leal, Fundo, & Velez, 2007).

1.5 TRANSPORTES E *MODI OPERANDIS*

No que respeita ao tráfico de droga via marítima, há duas vertentes que diferenciam o modo como é feito o transporte de droga. Os tipos de transportes e os *modi operandis* usados pelos grupos criminosos neste tipo de fenómeno. São eles: as embarcações de recreio; pesqueiros; lancha a motor e cargueiros. As embarcações de recreio caracterizam-se pela liberdade de movimentos e pela dissimulação, conseguindo operar “... a qualquer hora do dia e da noite permitindo igualmente uma maior flexibilidade ao nível de transbordo de e para outras embarcações” (Leal, Fundo, & Velez, 2007, p. 51). Encontra-se normalmente associada ao tráfico de cocaína em infra-estruturas portuárias e o transbordo é feito em alto-mar de uma embarcação mãe para uma embarcação de recreio.

⁶ Vide anexo A.1, A.2 e A.3.

Em relação aos Pesqueiros, estudos⁷ revelam que tanto no âmbito do tráfico de cocaína como de haxixe são utilizadas este tipo de embarcações. Muitas vezes são utilizados “...indivíduos do sector das pescas, e outros para funções menos especializadas, em particular no momento do transbordo dos fardos⁸ no alto-mar”. (Leal, Silva, & Nogueira, 2009, p. 162). Nestes casos as quantidades de droga transportadas são sempre de grandes proporções comparativamente aos outros tipos de *modi operandi*.

No que diz respeito á lancha a motor, este tipo de casos são maioritariamente associados a tráfico de haxixe, nomeadamente transportado sob a forma de fardos. São descarregados em locais predefinidos pela rede criminosa, preferencialmente em locais pouco vigiados. “A origem do transporte do haxixe situa-se quase que invariavelmente em Marrocos, embora a operação de descarregamento se desenrole na costa portuguesa...” (Leal, Silva, & Nogueira, 2009,p. 162).

No que concerne aos cargueiros, estes caracterizam-se por transportar grandes quantidades de droga em contentores. “...o uso do contentor, apresenta-se como um meio de excelência, facilitando o transporte, a dissimulação, maximizando a rentabilidade das operações levadas a cabo pelas organizações” (Leal, Fundo, & Velez, 2007). Estes tipos de situações são particularmente alvos de fiscalização por parte da Direcção Geral das Alfândegas e dos Impostos Especiais sobre o Consumo (DGAIEC), pois a esta entidade incumbe o “...controlo e fiscalização de mercadorias nas infra-estruturas portuárias, essencialmente nos portos comerciais...” (Leal, Fundo, & Velez, 2007).

1.6 CONCLUSÃO CAPITULAR

O tráfico de droga é uma das formas mais sustentáveis para o crime organizado e “As dramáticas consequências do tenebroso negócio do tráfico ilícito de drogas (...) são de tal modo chocantes que se torna imperativo mobilizar todos os esforços para combater o tráfico com redobrada determinação.” (Ministério da Saúde - Instituto da Droga e da Toxicodependência, 2006, p. 201). Aliado a isto está o facto de Portugal se encontrar numa posição geoestratégica privilegiada em relação à origem do fluxo de drogas, constituindo assim uma das principais passagens para as rotas do tráfico de droga. Neste sentido, é fundamental para a segurança interna a acção de prevenção e repressão por parte das entidades com responsabilidades no combate do crime de tráfico de droga, via marítima. São elas: A PJ, GNR, PM e a DGAIEC.

⁷ Trabalho realizado por José Leal, Susana Silva e Nuno Nogueira, A Ameaça do Tráfico Internacional Via Aérea e Marítima.

⁸ Meio de acondicionamento de grandes quantidades de droga.

CAPÍTULO 2 – REPRESSÃO DO TRÁFICO DE DROGA – ENQUADRAMENTO LEGAL

2.1 INTRODUÇÃO

Este capítulo consubstancia-se pela compilação dos diplomas legais que regulam e têm repercussões na actividade operacional das entidades que constituem o “Sistema Nacional de Repressão ao Tráfico de Droga”. O ordenamento jurídico nacional prevê a criminalização do fenómeno do tráfico de droga e crimes intrinsecamente conexos no DL nº15/93, de 22 de Janeiro. Este diploma legal concebe “o esboço do que designaremos Sistema Nacional de Repressão do Tráfico de Estupefacientes e de Substâncias Psicotrópicas” (Leal, Fundo, & Velez, 2007, p.17). No entanto, devido à evolução do crime do tráfico de droga e derivado das necessidades inerentes à actuação das forças policiais no âmbito do combate deste fenómeno, “em 1995 é publicado o Decreto-Lei 81/95, de 22 de Abril, o qual de forma clara, face à problemática identificada, estabelece os princípios organizadores da arquitectura do Sistema Nacional de Repressão” (Leal, Fundo, & Velez, 2007, p. 17). Ainda neste capítulo, abordamos a Lei nº 49/2008, de 27 de Agosto que aprova a Lei de Organização da Investigação Criminal, que prevê e regula as actividades de investigação criminal.

2.2 DECRETO-LEI Nº 15/93 DE 22 DE JANEIRO⁹

O presente diploma define o regime jurídico aplicável ao tráfico e consumo de estupefacientes e substâncias psicotrópicas. É no 3º capítulo¹⁰ deste DL que estão enumerados e tipificados os crimes e contra-ordenações cuja competência pode estar sob a alçada da GNR e da PJ. Por sua vez, o art.º 57º “Investigação criminal”¹¹, define quais os crimes que ficam sob alçada de investigação da PJ e da GNR: No nº1 deste art.º:

“Presume-se deferida à Polícia Judiciária, através da Direcção Central de Investigação do Tráfico de Estupefacientes, a competência para a investigação dos crimes tipificados¹² nos artigos 21º, 22º, 23º, 27º e 28º do presente diploma e dos demais que lhe sejam participados ou de que colha notícia.”

⁹ A aprovação da Convenção das Nações Unidas contra o Tráfico Ilícito de Estupefacientes e de Substâncias Psicotrópicas de 1988, oportunamente assinada por Portugal e ora ratificada - Resolução da Assembleia da República Nº 29/91 e Decreto do Presidente da República Nº 45/91, publicado no Diário da República, de 6 de Setembro de 1991 - é a razão determinante do presente diploma.

¹⁰ Vide Anexo B.

¹¹ Alterado pelo nº 57 do DL nº 81/95, de 22 de Abril.

¹² Vide anexo B.

Enquanto, por sua vez, o nº2 estipula que fica deferida à GNR:

“...a competência para a investigação dos seguintes crimes, praticados nas respectivas áreas de jurisdição, quando lhes forem participados ou deles colham notícia:

- a) Do crime previsto e punido no artigo 21º do presente diploma, quando ocorram situações de distribuição directa aos consumidores, a qualquer título, das plantas, substâncias ou preparações nele referidas;*
- b) Dos crimes previstos e punidos nos artigos 26º., 29º., 30º., 32º., 33º e 40º do presente diploma. “*

Em suma, presume-se deferida à GNR a competência para a investigação dos seguintes crimes: art.º 21º – Tráfico e Outras Actividades Ilícitas, quando ocorram situações de distribuição directa aos consumidores; art.º 26º Traficante – Consumidor; art.º 29º – Incitamento ao uso de estupefacientes ou substâncias psicotrópicas; art.º 30º – Tráfico e consumo em lugares públicos ou de reunião; art.º 32º – Abandono de seringas; art.º 33º – Desobediência qualificada.

2.3 DECRETO-LEI Nº 81/95, DE 22 DE ABRIL

Em complemento do DL analisado anteriormente, está o DL nº 81/95, de 22 de Abril¹³ que, sumariamente, atende às especificidades operacionais de que os crimes de tráfico de estupefacientes carecem e à necessidade da centralização informativa e de coordenação operacional, que ficará a cargo da PJ. “O DL nº 81/95, de 22 de Abril, ao introduzir no sistema de repressão e investigação criminal do tráfico a PSP e GNR impõe a necessidade não só de se proceder á centralização da informação nos serviços da PJ, como também a criação das Brigadas anticrime¹⁴” (Leal, 2009, p. 427).

2.3.1 PREVENÇÃO CRIMINAL E CENTRALIZAÇÃO DA INFORMAÇÃO

O DL nº 81/95, de 22 de Abril no seu artigo nº 1 refere que o artigo 57º do DL nº 15/93, de 22 de Janeiro, passa a ter a redacção já apresentada no 2.2 deste capítulo. Ainda no mesmo DL nº 81/95, de 22 de Abril é feita referência, no art.º 2º, à “Prevenção criminal”, que estipula quais as competências, no âmbito da prevenção, da PJ e da GNR. O seu nº 1 estipula que compete essencialmente à PJ: “a prevenção da introdução e trânsito pelo território nacional de substâncias estupefacientes ou psicotrópicas” e “prevenção da constituição de redes organizadas de tráfico interno dessas substâncias”. Enquanto o nº 2 deste mesmo art.º determina que “compete especialmente á GNR, nas respectivas áreas de actuação, a vigilância e patrulhamento dos recintos predominantemente frequentados por grupos de risco e das zonas usualmente referenciadas como locais de tráfico ou de

¹³ Vide anexo C.

¹⁴ Art.º5 do DL nº 81/95, de 22 de Abril.

consumo”. Por sua vez, no nº 3 é estipulado que “a GNR, através da Brigada Fiscal¹⁵, faz incidir prioritariamente a sua acção na fronteira marítima, nomeadamente através do sistema de vigilância e controlo, em particular nos pontos que ofereçam condições propícias ao desembarque clandestino de droga.”. O nº4 estabelece as acções da Direcção-Geral das Alfândegas, cujas competências consistem essencialmente na “prevenção do tráfico de droga através de unidades de informação, procedendo à identificação e adequado controlo de mercadorias e meios de transporte, na importação, exportação e trânsito, nas vias rodoviária, marítima, aérea e postal, mobilizando para o efeito todos os meios disponíveis.”

Por último, o artigo 4º deste DL aborda a temática “centralização da informação”, referindo no seu nº 1 que “A PJ através da Direcção Central de Investigação do Tráfico de Estupefacientes¹⁶, centraliza e trata toda a informação respeitante às infracções tipificadas no DL nº 15/93, de 22 de Janeiro.” Por conseguinte, os OPC e serviços aduaneiros e de segurança devem comunicar á UNCTE, todo o tipo de informação que obtenham durante a sua actividade operacional¹⁷. Todas as acções desenvolvidas por estas entidades neste âmbito exigem transmissão prévia à UNCTE¹⁸. A esta deve também ser remetido “cópia dos autos de notícia ou de denúncia e dos relatórios finais dos inquéritos que elaborem e as demais informações que por esta lhes forem solicitadas¹⁹.”

2.4 LEI ORGANICA DE INVESTIGAÇÃO CRIMINAL

A Lei nº 49/2008, de 27 de Agosto²⁰ aprova a Lei de Organização da Investigação Criminal (LOIC) e revoga, nos termos do art.º 21.º, a Lei nº 21/2000, de 10 de Agosto, alterada pelo DL nº 305/2002, de 13 de Dezembro. Procede-se à análise da lei que aprova a orgânica de investigação criminal, tendo em vista um estudo mais profundo das competências tanto da GNR como da PJ no que diz respeito especificamente ao crime de tráfico de estupefacientes. Escalpeliza-se cada tarefa atribuída aos OPC, no âmbito da competência e incompetência para a investigação de crimes de tráfico de estupefacientes. Esclarece também a relação existente entre os OPC e Autoridade Judicial (AJ).

2.4.1 ÓRGÃO DE POLÍCIA CRIMINAL E AUTORIDADE JUDICIAL

Ao analisar-se individualmente alguns artigos deste diploma, clarifica-se as responsabilidades de investigação no âmbito da LOIC, bem como os procedimentos

¹⁵ Lei nº 63/2007, de 6 de Novembro, aprovou a orgânica da Guarda Nacional Republicana extinguindo a Brigada Fiscal e criando a UCC.

¹⁶ Actualmente denominada Unidade Nacional de Controlo de Tráfico de Estupefacientes.

¹⁷ Art.º 4 nº3 DL nº 81/95 de 22 Abril.

¹⁸ Art.º 4 nº4 DL nº 81/95 de 22 Abril.

¹⁹ Art.º 4 nº4 DL nº 81/95 e 22 Abril.

²⁰ Vide anexo D.

adoptados pelos diferentes OPC. No art.º 1º do presente diploma, é apresentada a definição legal para investigação criminal:

“A investigação criminal compreende o conjunto de diligências que, nos termos da lei processual penal, se destinam a averiguar a existência de um crime, determinar os seus agentes e a sua responsabilidade e descobrir e recolher as provas, no âmbito do processo.”

Por sua vez, o art.º 2º reporta-se à dependência funcional²¹ da AJ competente, em que o princípio da investigação criminal fica sob a garantia judicial (a competência absoluta da investigação criminal é da AJ²²). No entanto, esta é assistida, sempre que necessário, pelos OPC. São considerados OPC todas as entidades e agentes policiais a quem compete empreender quaisquer actos ordenados por uma AJ ou determinados pelo C.P.P. e que assistem o MP na realização do inquérito²³. Em suma, ao MP compete a direcção do inquérito assistido pelos OPC²⁴, enquanto estes coadjuvam as AJ na investigação e desenvolvem as acções de prevenção e investigação da sua competência ou que lhes sejam cometidas pelas AJ competentes²⁵.

2.4.2 COMPETÊNCIA E INCOMPETÊNCIA

A LOIC classifica nos seus artigos os OPC de acordo com as competências de investigação criminal. Estas podem ser: reservada, genérica e específica²⁶. O art. 3º no seu nº 1, estabelece que são OPC de competência genérica a PSP e GNR. O nº 2 deste mesmo art.º define a competência da PM como específica. Por sua vez, a atribuição da competência reservada a um OPC depende de previsão legal expressa.²⁷ A competência genérica de investigação criminal atribuída à GNR é geralmente exercida segundo os critérios de territorialidade, tendo em conta a respectiva área de competência policial. “A competência genérica da GNR acaba assim por funcionar como uma competência residual, pois de acordo com a LOIC só são investigados crimes por aquelas polícias que não estão na competência específica²⁸ ou reservada²⁹ de outros OPC.” (Afonso & Silvério, 2010). Em suma, a GNR fica incumbida da:

“Investigação dos crimes cuja competência não esteja reservada a outros órgãos de polícia criminal” e ainda dos crimes “cuja investigação lhes seja cometida pela autoridade judiciária competente para a direcção do processo, nos termos do artigo 8.º”

²¹ Para Figueira Dias, a dependência funcional é consolidada através de uma “rigorosa delimitação de competências entre as AJ e as polícias, aquelas dirigindo, estas realizando tarefas de investigação”

²² Ministério Público e Juiz de Instrução Criminal.

²³ Art. 1º, al. c) e 55º do C.P.P.).

²⁴ Art. 1º, al. a), 53º, n.º 2, al. b) e 263º, n.º 1 todos do C.P.P.).

²⁵ Art. 3º, n.º 4 al. a) e b) da Lei 49/2008 de 27 Ago.).

²⁶ Vide anexo F, optou-se por apresentar esta informação sob forma de tabela, facilitando desta forma a consulta da legislação que define as competências dos três distintos OPC: GNR, PJ e PM.

²⁷ Art.º 3 n.º3 da LOIC.

²⁸ Art.º 4 da LOIC.

²⁹ Art.º 6 da LOIC.

Nos seguintes artigos desta lei pretende-se que a coordenação entre OPC, em relação às competências, seja esclarecida. Deste modo não haverá erros na delegação da investigação a outro OPC, pela AJ competente para a direcção do processo. O art.º 5º refere o conceito de incompetência da investigação criminal, definindo os procedimentos a adoptar pelo OPC que não seja competente, em concreto:

“...o órgão de polícia criminal que tiver notícia do crime e não seja competente para a sua investigação apenas pode praticar os actos cautelares necessários e urgentes para assegurar os meios de prova.”

O art.º 7 define qual o “catálogo” de crimes cuja competência é reservada à PJ, podendo também a AJ, quando assim o entender, delegar a direcção do processo³⁰. Para o conteúdo do nosso trabalho apenas alguns destes crimes têm interesse, pois enquadram-se nos crimes tipificados no DL 15/ 93 de 22 JAN. São eles:

*g) Associação criminosa;
i) Relativos ao tráfico de estupefacientes e de substâncias psicotrópicas, tipificados nos artigos 21.º, 22.º, 23.º, 27.º e 28.º do Decreto-Lei n.º 15/93, de 22 de Janeiro, e dos demais previstos neste diploma que lhe sejam participados ou de que colha notícia”*

Importa realçar que, apesar de estes crimes serem de competência reservada da PJ, o exposto no nº 1 do art.º 8º define que é a AJ quem decide qual o OPC que deve investigar determinado crime³¹ em concreto, independentemente de ser competência ou não de outro OPC. Acaba por se verificar um poder discricionário da AJ, no que concerne à competência deferida para a investigação criminal. Ao aprofundar o estudo da LOIC, depreende-se que “as competências reservadas e específicas indicadas na mesma são relativas e dependem da decisão da AJ competente para a respectiva fase processual em curso” (Afonso & Silvério, 2010).

2.4.3 DEVER DE COOPERAÇÃO

No dever de cooperação³², o OPC deve “comunicar à entidade competente, no mais curto prazo, que não pode exceder vinte e quatro horas” a notícia de um crime ao OPC competente, sem prejuízo do disposto no artigo 5º³³. Por outro lado, o nº 3 deste art.º indica que o NUIPC³⁴ (número único de identificação do processo crime) é atribuído pelo OPC competente para a investigação. O que deve ser realçado é a necessidade de os actos cautelares serem sempre realizados, para assegurar os meios de prova, independentemente de os OPC terem competência para a investigação ou não.

³⁰ Art.º 7 nº1 da LOIC.

³¹ Defere investigação de um crime referido no nº3 do art.º 7 do mesmo diploma.

³² Art.º 10.º da LOIC.

³³ Actos cautelares necessários e urgentes para assegurar os meios de prova.

³⁴ De acordo com a Portaria 1223-A/ 91, de 30 Dezembro o NUIPC é atribuído pelo serviço anotador que procede ao primeiro registo do processo, no momento deste, e mantém-se em todos os registos subsequentes.

2.5 NORMAS DE EXECUÇÃO PERMANENTE (NEP) /GNR – 3.39³⁵

Define a actuação dos NIC no âmbito da investigação e apoio na elaboração de processos de crimes que ocorram na ZA dos respectivos DTER. No âmbito da prevenção e repressão do tráfico de droga, a supra NEP estipula que os NIC ficam responsáveis pela “...prevenção e investigação do tráfico e consumo de substâncias estupefacientes e psicotrópicas, nos crimes em que a competência de investigação está legalmente deferida à GNR.”

2.6 CONCLUSÃO CAPITULAR

Os diplomas citados prevêem a repartição especializada, compartimentada e articulada, das competências entre as várias entidades. No domínio da prevenção criminal fica a PJ incumbida da “prevenção da introdução e trânsito pelo território nacional de substâncias estupefacientes ou psicotrópicas; e a prevenção da constituição de redes organizadas de tráfico interno dessas substâncias”. Por outro lado, à GNR compete “A vigilância dos recintos predominantemente frequentados por grupos de risco; a vigilância e o patrulhamento das zonas usualmente referenciadas como locais de tráfico ou de consumo”. Em complemento a UCC incide “prioritariamente a sua acção na fronteira marítima, nomeadamente através do sistema de vigilância e controlo e em particular nos pontos que ofereçam condições propícias ao desembarque clandestino de droga”.

No âmbito da investigação criminal, o art.º 1º do DL nº 81/95, de 22 de Abril altera a organização da investigação criminal prevista no art.º 57º do DL nº 15/93, de 22 de Janeiro. Importa salientar que, com a promulgação deste diploma, o legislador quebra a exclusividade de competências que detinha a PJ nesta matéria. Neste sentido, os NIC da GNR ficam responsáveis pela “...prevenção e investigação do tráfico e consumo de substâncias estupefacientes e psicotrópicas, nos crimes em que a competência de investigação está legalmente deferida à GNR.” A PJ é também responsável pela coordenação e assimilação da informação, tendo como fim último a “maior rentabilização dos recursos, aumentando a eficácia do sistema de repressão”. (Leal, 2009). Em relação à PM, o art.º 3º nº 2 da Lei nº 49/2008, 27 Agosto defini-a enquanto OPC com competência específica. Compete aos OPC e consequentemente à PM, coadjuvar as AJ na investigação e desenvolver as acções de prevenção e investigação da sua competência ou que lhes sejam cometidas pelas autoridades judiciais competentes³⁶. Em suma, o sistema interno de combate ao tráfico de droga só pode ter sucesso tendo por base “uma boa coordenação entre as diversas autoridades com competência nesta área.” (Ministério da Saúde - Instituto da Droga e da Toxicodependência, 2006, p. 203).

³⁵ NEP autenticada pelo chefe da 3.ª repartição Anselmo de Jesus Silva Coronel, emanada pelo Comandante-Geral José Manuel da Silva Viegas General a 06 de Julho de 1999.

³⁶ Art.º 3º, n.º 4 al. a) e b) da Lei 49/2008 de 27 Ago.

CAPÍTULO 3 – GÉNESE DE ALGUMAS ENTIDADES INTERVENIENTES NO SISTEMA NACIONAL DE REPRESSÃO AO TRÁFICO DE DROGA

3.1 INTRODUÇÃO

Há diversas opiniões sobre a melhor forma de combater o abuso e tráfico de estupefacientes. Uma das teses “defende que é essencial que se lute de forma concertada e resoluta contra as fontes de abastecimento ilícito de drogas”. (Organização das Nações Unidas, 1988, p. 13.) É neste âmbito que as entidades com responsabilidades no combate ao tráfico de droga assumem um papel de relevo. Por conseguinte, neste capítulo será feita uma abordagem mais aprofundada a algumas das entidades intervenientes no combate ao tráfico de droga via marítima. Destacamos a UCC, o SAM/ PM e a PJ. O estudo destes organismos é feito no âmbito da sua missão, competências e atribuições específicas. Por último, é apresentado um quadro que identifica e discrimina as quantidades de diferentes tipos de drogas apreendidas, entre os anos de 2005 e 2010. Tais informações e dados permitem perceber quais os modos de actuação das entidades e quais as suas limitações, exigências e garantias. No caso específico da UCC, e devido à sua importância, é abordado o SIVICC. No âmbito do SAM é estudada a PM e o Decreto Regulamentar n.º 86/2007 de 12 de Dezembro. É também reservado um subcapítulo à UNCTE, pelo relevo que detém para o tema em estudo.

3.2 UNIDADE DE CONTROLO COSTEIRO

A Lei nº 63/2007, de 6 de Novembro³⁷, aprovou a nova orgânica da GNR. Com a publicação da Portaria n.º 1450/2008³⁸, de 16 de Dezembro, definiu-se a organização interna das unidades territoriais, especializadas, de representação, de intervenção e reserva, bem como as respectivas subunidades. Com o Despacho nº 74/08-OG³⁹, de 22 de Dezembro de 2008, foram definidas as competências, a estrutura e o efectivo da UCC. No entanto, decorrido um ano após a implementação da nova estrutura, a experiência adquirida ao longo da vigência

³⁷ Vide anexo F.

³⁸ Estabelece a organização interna das unidades territoriais, especializadas, de representação e de intervenção e reserva da Guarda Nacional Republicana (Guarda) e define as respectivas subunidades.

³⁹ Através do Anexo B à Ordem de Serviço nº 248/CG de 29DEZ-2008, foram publicados Despachos do Comandante Geral da GNR, entre eles o Despacho nº 74/08-OG, que visa definir as competências, a estrutura e o efectivo da Unidade de Controlo Costeiro.

daquele despacho recomenda que se proceda a alguns ajustamentos, segundo o novo Despacho 56/09-OG⁴⁰.

3.2.1 DEFINIÇÃO E MISSÃO

A UCC é uma unidade especializada de escalão brigada que, nos termos do art.º 40º da Lei Orgânica da GNR, para além da missão geral da Guarda é responsável:

“Pelo cumprimento da missão da Guarda em toda a extensão da costa e no mar territorial, com competências específicas de vigilância, patrulhamento e intercepção terrestre ou marítima em toda a costa e mar territorial do continente e das Regiões Autónomas, competindo-lhe, ainda, gerir e operar o Sistema Integrado de Vigilância, Comando e Controlo (SIVICC), distribuído ao longo da orla marítima.”

Ainda nesta Lei, no nº2 do art.º 3º, são atribuídas e enumeradas as seguintes missões específicas à GNR:

*“ c) Assegurar, no âmbito da sua missão própria, a vigilância, patrulhamento e intercepção terrestre e marítima, em toda a costa e mar territorial do continente e das Regiões Autónomas;
d) Prevenir e investigar as infracções tributárias, fiscais e aduaneiras, bem como fiscalizar e controlar a circulação de mercadorias sujeitas à acção tributária, fiscal ou aduaneira;
e) Controlar e fiscalizar as embarcações, seus passageiros e carga, para os efeitos previstos na alínea anterior e, supletivamente, para o cumprimento de outras obrigações legais;
f) Participar na fiscalização das actividades de captura, desembarque, cultura e comercialização das espécies marinhas, em articulação com a Autoridade Marítima Nacional e no âmbito da legislação aplicável ao exercício da pesca marítima e cultura das espécies marinhas.”*

Segundo o Despacho 56/09-OG⁴¹, compete à UCC, para além das competências decorrentes da sua missão geral, o seguinte:

*a. Assegurar o comando, o controlo e coordenação de todo o dispositivo da UCC;
b. Coordenar a execução das acções de vigilância móvel;
c. Coordenar a execução do patrulhamento e intercepção terrestre ou marítima em toda a costa e mar territorial do continente;
d. Coordenar com os comandos territoriais dos Açores e da Madeira a execução de acções decorrentes da sua missão geral.*

3.2.2 RESULTADOS DE APREENSÕES

Aqui são apresentados os resultados mais significativos relativos às apreensões de droga entre o ano 2005 e 2010. Estes dados foram facultados pela Secção de Operações, Informações e Relações Públicas (SOIRP) da UCC. Apesar de não haver registo do modo como foram detectados os ilícitos, obtivemos a informação através de entrevistas exploratórias, de que foram maioritariamente resultados de situações de transporte/desembarque/em flagrante delito ou situações de achamento. Estes flagrantes delitos são detectados através dos meios de vigilância terrestre, que se incluem no equipamento da UCC.

⁴⁰ Com a publicação do presente Despacho é revogado o Despacho nº 74/08-OG, de 22 de Dezembro.

⁴¹ Vide em anexo G.

Quadro 3.1: Quantidade de estupefacientes apreendidos pela extinta BF e UCC, entre os anos 2005 e 2010.

ANO ⁴²	TIPO DE DROGA E QUANTIDADES VERIFICADAS (GRAMAS)			DESCONHECIDO
	HAXIXE	HEROÍNA	COCAÍNA	
2005	9.903.796,48	8,15	25.217,26	-----
2006	75.219,38	2,94	371.269,10	
2007	10.068.592,25	11,66	941,99	
2008	4.815.425,29	61,00	14,30	
2009	7.300.000 ⁴³ /2714.000	-----	14,25	
2010	2.380.000 ⁴⁴ /9665000	-----	-----	49.000

Fonte: Secção de Operações, Informações e Relações Públicas da UCC, facultado em 25 de Maio de 2011.

3.2.3 SIVICC

“A implementação do Sistema Integrado de Vigilância Comando e Controlo da Costa Portuguesa (SIVICC) reveste-se de importância fulcral para o cumprimento da missão da futura unidade especificamente vocacionada para o controlo da costa⁴⁵” (Carvalho, 2008).

No seguimento do estudo sobre o SIVICC e sua implementação na UCC/GNR, sabe-se que esta será dividida em quatro fases, tendo a primeira iniciado em Novembro de 2009 e findado em Junho de 2010. Em cada uma dessas fases há metas a cumprir, essencialmente no que diz respeito à disponibilização dos postos de observação móvel, postos de observação fixos, câmaras térmicas portáteis, formação para operadores do sistema e pessoal técnico e condutores dos postos móveis, bem como desenvolvimento no Centro de Comando e Controlo em Lisboa.

O SIVICC é tecnologicamente avançado e constitui-se como um sistema de apoio à detecção e combate a ameaças, no âmbito das missões cometidas à UCC/GNR. Reveste-se assim de grande importância para o combate ao tráfico de droga via marítima. Neste âmbito, é um sistema que permite um controlo permanente através de uma monitorização 24 horas sobre 24 horas com um alcance até vinte e quatro milhas náuticas⁴⁶. Por conseguinte, permite identificar e detectar atempadamente as ameaças, seleccionando quais as que necessitam de uma intervenção operacional. Desta forma, todas as acções são desenvolvidas de forma articulada, permitindo uma tomada de decisão em tempo oportuno.

⁴² Até ao ano de 2008 as apreensões foram efectuadas pela extinta BF.

⁴³ Operação TRIDENTE realizada em conjunto com a PJ, realizada em Março de 2009.

⁴⁴ Operação ALELUIA realizada em conjunto com a PJ, realizada em Maio de 2010.

⁴⁵ Discurso do Tenente – General Leonel Carvalho, Secretário-Geral do Gabinete Coordenador de Segurança, numa alocução na Assembleia da República na Conferência subordinada ao tema *Portugal e o Mar*, a 15 de Maio de 2008.

⁴⁶ 1 Milha náutico corresponde a 1852 metros.

3.3 SISTEMA DE AUTORIDADE MARÍTIMA

Neste subcapítulo aborda-se o SAM, cuja UCC, PM e PJ integram. Pretende-se assim elaborar um estudo do SAM, como entidade coordenadora das diferentes entidades que desempenham um papel na prevenção e repressão do tráfico de droga via marítima. O DL 43/2002 de 2 de Março⁴⁷ cria o SAM. É através deste diploma que se efectua o estudo desta entidade, no sentido de perceber a sua esfera de acção, quais as suas atribuições específicas e qual a sua estrutura de coordenação.

3.3.1 MISSÃO, ATRIBUIÇÕES E ESTRUTURA

No combate ao tráfico de estupefacientes via marítima, é imperativo que se verifique uma coordenação e esforço contínuo entre as várias entidades que têm competência nas águas sob a jurisdição nacional. Portugal é “uma das maiores Zonas Económicas Exclusivas (ZEE) da Europa, sendo de evidenciar que 76% da população portuguesa reside nas áreas costeiras. O Estado Português exerce jurisdição sobre o maior espaço marítimo da União Europeia” (Carvalho, 2008).

É neste contexto de necessidade de coordenação entre as entidades com funções policiais, consultivas ou executivas, que o SAM se constitui como o “quadro institucional formado pelas entidades, órgãos ou serviços...” que “...exercem poder de autoridade marítima⁴⁸”. O DL 43/2002 de 2 de Março também cria a Autoridade Marítima Nacional (AMN)⁴⁹ “como estrutura superior de administração e coordenação dos órgãos e serviços que, integrados na Marinha, possuem competências ou desenvolvem acções enquadradas no âmbito do SAM”. Os poderes de coordenação da AMN não estão relacionados com o SAM, pois estes estão restringidos a órgãos e serviços integrados na Marinha.

No âmbito do SAM, e com responsabilidades no combate ao tráfico via marítima, exercem o poder de Autoridade Marítima as seguintes entidades⁵⁰: AMN; PM; GNR; PJ. Estas entidades ficam sujeitas “ao regime de centralização de informação, de coordenação e intervenção conjunta⁵¹”, no domínio da actividade de combate ao narcotráfico⁵².

Em relação às atribuições, estas são definidas no art.º 6º. Segundo o nº 1 deste art.º, compete ao SAM “garantir o cumprimento da lei nos espaços marítimos sob jurisdição nacional, no âmbito dos parâmetros de actuação permitidos pelo direito internacional e demais legislação em vigor”. Ainda no seu nº2 é clarificada, entre outras, a sua atribuição

⁴⁷ Vide anexo H.

⁴⁸ Art.º 2º nº 2 do DL nº 43/2002, de 02 de Março.

⁴⁹ Art.º 1º nº 2 do DL nº 43/2002, de 02 de Março

⁵⁰ Art.º 7º do DL nº 43/2002, de 02 de Março.

⁵¹ Previsto no DL nº 81/95, de 22 de Abril.

⁵² Art.º 9º nº 2 do Decreto Regulamentar de nº 86/2007 de 12 de Dezembro.

específica: “Prevenção e repressão da criminalidade, nomeadamente no que concerne ao combate ao narcotráfico, ao terrorismo e à pirataria”.

3.3.2 DECRETO REGULAMENTAR N.º 86/2007 DE 12 DE DEZEMBRO

O presente diploma⁵³ visa “regular, de forma integrada, a articulação nos espaços marítimos sob soberania e jurisdição nacional⁵⁴”. Do conjunto das que detêm responsabilidades no combate do tráfico de droga via marítima, destacamos: “...órgãos e serviços da Marinha/Autoridade Marítima Nacional (AMN), GNR, PJ, e a DGAIEC”.

Considerando a temática deste trabalho, é relevante o que este diploma define em relação à matéria da repressão e prevenção do tráfico de droga. No seu art.º 5º é definido que compete à PJ coordenar as “acções de vigilância e fiscalização em matéria de tráfico de estupefacientes e substâncias proibidas, podendo as entidades que as exercem adoptar, nos termos da lei, as medidas cautelares e de polícia necessárias e adequadas”. Ainda neste art.º é estipulado que quem detiver conhecimento de informação relevante, que possa presumivelmente ser necessária para “uma condução eficaz das acções e operações a realizar”, deve disponibiliza-la “... em tempo útil...”⁵⁵. O nº 3 do mesmo artigo realça o estabelecido no art.º 9º do DL nº 43/2002, de 2 de Março: a “ coordenação operacional e centralização da informação” em que os OPC e Autoridades de Polícia Criminal, “como a GNR e a Marinha/AMN através da Polícia Marítima (PM), estão sujeitas ao regime de centralização de informação, bem como de coordenação e intervenção conjunta previsto no DL nº 81/95, de 22 de Abril”⁵⁶.

3.4 POLÍCIA MARÍTIMA

A Polícia Marítima (PM) integra a estrutura operacional da Autoridade Marítima Nacional (AMN), nos termos do DL nº 44/2002, de 02 de Março⁵⁷, definindo-se como “ uma força policial armada e uniformizada, dotada de competência especializada nas áreas e matéria legalmente atribuídas ao SAM e composta por militares da Marinha e agentes militarizados”⁵⁸. Considera-se assim uma força militarizada, ou seja, uma força constituída por civis mas comandadas por militares. “O pessoal da PM é considerado OPC⁵⁹ para

⁵³ Vide anexo I.

⁵⁴ Art.º 1 do Decreto Regulamentar de nº 86/2007 de 12 de Dezembro.

⁵⁵ Art.º 5 nº 2 do Decreto Regulamentar de nº 86/2007 de 12 de Dezembro.

⁵⁶ Art.º 4º DL nº 81/95 de 22 Abril

⁵⁷ Estabelece, no âmbito do sistema da autoridade marítima, as atribuições, a estrutura e organização da autoridade marítima nacional e cria a Direcção-Geral da Autoridade Marítima

⁵⁸ Art.º 15º nº 1 do DL nº 44/ 2002, de 02 de Março e art.º 1 nº 2 do DL 248/95, 21 de Setembro, alterado pelo DL nº 220/2005, de 23/12.

⁵⁹ Segundo art. 3 nº 2 Lei nº 49/2008, 27 Agosto é considerado OPC com competência específica.

efeitos de aplicação da legislação processual penal⁶⁰. Por outro lado, os inspectores, subinspectores e chefes considerados, no âmbito das suas competências, são autoridades de polícia criminal⁶¹.

3.4.1 MISSÃO E COMPETÊNCIA

De acordo com o art.º 2º da sua Lei Orgânica⁶², a PM tem a missão geral de “garantir a ordem, tranquilidade pública, a segurança e protecção de pessoas e bens”. “Previne e combate a criminalidade e a imigração ilegal” e fiscaliza “o cumprimento das leis e regulamentos marítimos a fim de contribuir para o exercício da autoridade marítima”, bem como a “importação, exportação e trânsito de mercadorias a fim de contribuir para o controlo das operações do comércio externo”.

Como OPC, a PM pode efectuar algumas diligências de “investigação relacionadas com matéria processual que lhe esteja cometida em cumprimento de decisões judiciais e garantir a salvaguarda e protecção de todos os meios de prova relacionados com infracções detectadas⁶³”.

3.4.2 RESULTADOS DE APREENSÕES

No quadro 3.2 são evidenciados os resultados mais significativos relativos às apreensões de droga, efectuados pela PM, entre o ano 2005 e 2010. Estes dados foram retirados dos relatórios anuais de tráfico de estupefacientes elaborados pela UNCTE. Derivada do tipo de repressão e prevenção que esta entidade desenvolve no âmbito do tráfico via marítima, as apreensões resultaram integralmente de situações de transporte/desembarque em flagrante delito ou situações de achamento.

⁶⁰ Art.º 2º, nº2 do Estatuto do Pessoal da Polícia Marítima

⁶¹ Art.º 2, nº2 do Estatuto do Pessoal da Polícia Marítima. Na GNR e segundo a Lei Orgânica GNR, são autoridade e polícia criminal as entidades definidas no art.º 11 nº 1.

⁶² Vide em anexo J.

⁶³ (Consultado em 1 de Março de 2011, aceso em <http://www.marinha.pt/PT/amarinha/estruturaorganizativa/sistemadeautoridademaritima/policiamaritima/Pages/PoliciaMaritima.aspx>).

Quadro3.2: Quantidade de estupefacientes apreendidos pela PM entre os anos 2005 e 2010.

ANO	QUANTIDADES E TIPO DE DROGA APREENDIDA (GRAMAS)		
	HAXIXE	HEROÍNA	COCAÍNA
2005	764.525	-----	2.239.220
2006	1.032.102,53	-----	911.937,50
2007	1.057.551,36	-----	37.000
2008	2.903.140	-----	126.621
2009	7.713.114.570	-----	14.250
2010	2.768.300	-----	-----

Fonte: *Relatório Anual de Estupefacientes*. Lisboa: UNCTE. (Consultado em 20 de Maio de 2011, disponível <http://www.policiajudiciaria.pt/PortalWeb/content?id>)

3.5 POLÍCIA JUDICIÁRIA

Com o evoluir da criminalidade e sofisticação de meios na prática de crimes, urge a necessidade de criar um “corpo de polícia moderno e especialmente estruturado e vocacionado para a investigação criminal⁶⁴”.

A Lei n.º 37/2008, de 6 de Agosto⁶⁵ aprova a orgânica da PJ⁶⁶. O Primeiro capítulo da mesma define a natureza, missão e atribuições. Quanto à sua natureza⁶⁷, a “Polícia Judiciária”, abreviadamente designada por PJ, corpo superior de polícia criminal organizado hierarquicamente na dependência do Ministro da Justiça e fiscalizado nos termos da lei, é um serviço central da administração directa do Estado, dotado de autonomia administrativa⁶⁸”.

A PJ tem por missão⁶⁹: “coadjuvar as autoridades judiciárias na investigação, desenvolver e promover as acções de prevenção, detecção e investigação da sua competência ou que lhe sejam cometidas pelas autoridades judiciárias competentes”. Em relação às suas atribuições⁷⁰, as mesmas estão definidas na presente lei, nos termos da LOIC⁷¹ e da Lei - quadro da Política Criminal⁷².” No âmbito da prevenção criminal⁷³ a “PJ procede à detecção e dissuasão de situações conducentes à prática de crimes, nomeadamente através de fiscalização e vigilância de locais susceptíveis de propiciarem a prática de actos ilícitos criminais, sem prejuízo das atribuições dos restantes OPC”.

⁶⁴ (Consultado em 1 de Março de 2011, acedido em <http://www.mj.gov.pt/sections/o-ministerio/organismos2182/policia-judiciaria/historial-e-missao/>)

⁶⁵ Contém as alterações da Lei nº 26/2010, de 30/08.

⁶⁶ Vide anexo M.

⁶⁷ Art.º1, da Lei Nº 37/2008 de 6 de Agosto.

⁶⁸ (Consultado em 1 de Março de 2011, acedido em <http://www.mj.gov.pt/sections/o-ministerio/organismos2182/policia-judiciaria/historial-e-missao/>)

⁶⁹ Art.º2,nº1 da Lei Nº 37/2008 de 6 de Agosto.

⁷⁰ Art.º2,nº 2 da Lei Nº 37/2008 de 6 de Agosto.

⁷¹ Estas atribuições são mencionadas no III Capítulo deste trabalho.

⁷² Lei n.º 38/2009 de 20 de Julho. Define os objectivos, prioridades e orientações de política criminal para o biênio de 2009-2011, em cumprimento da Lei n.º 17/2006, de 23 de Maio (Lei Quadro da Política Criminal)

⁷³ Art.º3,nº2 da Lei Nº 37/2008 de 6 de Agosto.

3.5.1 UNIDADE NACIONAL DE COMBATE AO TRÁFICO DE ESTUPEFACIENTES

Na PJ é a UNCTE que detém a competência específica de compilar todo o tipo de informações que lhe seja transmitida e conferida no âmbito do tráfico de droga. A sua legitimidade é explicada no primeiro parágrafo do relatório anual de estupefacientes:

“Nos termos do disposto no artigo 4º, n.º 1, do DL n.º 81/95, de 22 de Abril, e artigo 19º⁷⁴, da Lei n.º 49/2008, de 27 de Agosto, compete à PJ, através da Unidade Nacional de Combate ao Tráfico de Estupefacientes (UNCTE) centralizar e tratar toda a informação respeitante às infracções tipificadas no DL n.º 15/93, de 22 de Janeiro”. (Pereira, 2011):

Informação essencial para o desenvolvimento e sustento deste trabalho, estes relatórios apresentam “resultados da actividade desenvolvida em matéria de fiscalização, prevenção e investigação criminal do tráfico ilícito de estupefacientes pelos OPC e FFSS que integram as Unidades de Coordenação e Intervenção Conjunta (UCIC)⁷⁵” (Pereira, 2011). Estas UCIC são constituídas pelas seguintes entidades: PJ, GNR, PSP, DGAIE e SEF e ainda por outros organismos do Estado, como é o caso da DDSP e da PM.

3.5.2 RESULTADOS DE APREENSÕES

No próximo quadro são evidenciados os resultados mais significativos relativos às apreensões de droga, efectuados pela PJ, entre o ano 2005 e 2010, somente na orla costeira portuguesa. Esta informação foi tratada e posteriormente fornecida pela UNCTE, mais especificamente 3º Brigada. Segundo informações obtidas em entrevistas exploratórias, estas apreensões resultam em grande parte de acções de investigação criminal, cooperação internacional e de informações fornecidas por outras entidades, como por exemplo a UCC e PM.

Quadro 3.3: Quantidade de estupefacientes apreendidos pela PJ, na orla costeira, entre os anos 2005 e 2010.

Ano	Tipo de droga e quantidades verificadas (gramas)		
	Haxixe	Heroína	Cocaína
2005	11.468.098,52	-----	826.997,78
2006	2.059.208,09	52,06	14.969.712,40
2007	8.523.550,39	124,95	6.455.187,01
2008	33.593.878,71	14	2.873.533,70
2009	7.300.000 ⁷⁶ /4.450.068,43	287,52	1.985.378
2010	2.380.000 ⁷⁷ / 5.853.402	596	2.161.360

Fonte: UNCTE/ SCIC, 3º Brigada.

⁷⁴ O estatuído na presente lei não prejudica o disposto no DL nº 81/95, de 22 de Abril.

⁷⁵ Art.º 6º do DL nº 81/95, de 22 de Abril.

⁷⁶ Operação TRIDENTE realizada em conjunto com a UCC (DESTCC de Olhão), realizada em Março de 2009.

⁷⁷ Operação ALELUIA realizada em conjunto com a UCC (DCC de Olhão), realizada em Maio de 2010.

3.6 CONCLUSÃO CAPITULAR

Todos estes organismos e serviços assumem competências específicas no âmbito da repressão e prevenção a este tipo de fenómeno. No entanto, a chave está na articulação existente entre os mesmos e na atempada troca de informação. Assim sendo, importa salientar alguns vectores de actuação que se revelam “fundamentais para a prevenção e repressão do tráfico de droga via marítima: Vigilância e controlo da costa; Fiscalização de mercadorias e pessoas; A investigação criminal; A cooperação internacional; A centralização e coordenação da informação criminal” (Leal, Fundo, & Velez, 2007, p. 20 e p. 21).

A PJ é responsável pelos vectores da investigação criminal, cooperação internacional e pela centralização e coordenação da informação. Para além destas competências, encarrega-se da “optimização do sistema nacional de repressão do tráfico de droga” e da “centralização, tratamento, análise, difusão, e coordenação da informação relativa ao tráfico, operacionalizada através do instituto das UCIC” (Leal, Fundo, & Velez, 2007, p. 21). Por outro lado, através da cooperação internacional policial, “estabelece uma intensa partilha de informação criminal, essencialmente no plano da manifestação internacional do fenómeno” (Leal, Fundo, & Velez, 2007, p. 21).

No plano da vigilância e controlo da costa, a UCC através dos seus meios terrestres, câmaras de visão nocturna e SIVICC (apesar de ainda estar em fase de implementação), desenvolve a sua acção de prevenção e repressão através de 3 subsistemas:

*“Terrestre – utilização de meios técnicos de controlo e vigilância à distância, e meios humanos para intervenção;
Marítimo – mediante a utilização de meios navais de intervenção;
Comunicações – coordenação das operações mediante a utilização de meios técnicos que permitam articular os vários subsistemas por relação à definição de determinada hipótese da potencial ameaça”. “ (Leal, Fundo, & Velez, 2007, p. 22)*

A nossa proximidade com a faixa do norte do continente Africano “é também um factor impulsionador das embarcações de recreio enquanto meio de transporte eleito pelas organizações criminosas” (Leal, Fundo, & Velez, 2007, p. 51). As embarcações de recreio, enquanto prática de desportos de lazer ou simples náutica de recreio, poderão ser utilizada pelas organizações criminosas para o tráfico de estupefacientes. É neste sentido que as várias entidades operantes do SAM são preponderantes no controlo destas embarcações, na medida em que muitas delas têm autonomia para grandes travessias.

Atendendo às competências associadas a cada organismo, bem como capacidades operacionais inerentes a cada entidade específica, “...é comum encontrarem-se associadas situações de detecção de achamento de fardos de droga, abandonados ao longo da costa, e de situações de desembarque, decorre da actividade de controlo e patrulhamento da costa efectuado pela UCC-GNR e pela PM” (Leal, Silva, & Nogueira, 2009, p. 168).

Em suma, todas as entidades têm competências específicas que devem funcionar de forma integrada. O combate ao tráfico de droga deve caracterizar-se por ser um sistema integrado que depende da “...valorização da participação de cada uma das entidades competentes no seu campo específico de actuação.” (Ministério da Saúde - Instituto da Droga e da Toxicodependência, 2006, p. 202).

PARTE II – TRABALHO DE CAMPO

CAPÍTULO 4 – MÉTODO DO TRABALHO DE CAMPO

4.1 INTRODUÇÃO

O trabalho foi iniciado com uma parte introdutória, visando enquadrar os conceitos que foram estudados e abordados ao longo do mesmo. Este enquadramento tem como finalidade dar sustentabilidade à parte prática da tese. Deste modo, estão reunidas as condições para efectuar as entrevistas às várias entidades, retirando o máximo rendimento das mesmas.

Após esta parte teórica, importa através de entrevistas, recolher as informações necessárias para responder às perguntas de investigação colocadas. Ainda neste capítulo far-se-á uma explicação dos métodos e técnicas utilizadas, bem como a caracterização do universo da amostra.

4.2 PROCEDIMENTOS E TÉCNICAS

Neste trabalho de investigação aplicada não se pretende obter resultados matemáticos, percentagens ou gráficos. A finalidade última das entrevistas é reunir um conjunto de pontos de vista, dependendo da função da entidade, e obter a opinião sobre os assuntos tratados na área em estudo. Desta forma, o objecto de estudo pode ser caracterizado e as perguntas de investigação podem ser respondidas. As entrevistas foram dirigidas de forma a tentar obter uma visão mais ampla e alargada das temáticas discutidas. Para ter uma melhor compreensão das informações e conhecimentos que nos transmitiam, foi necessário um contacto directo entre o entrevistado e entrevistador.

4.3 ENTREVISTAS

As entrevistas deste trabalho foram realizadas entre o dia 15 de Maio e 10 de Julho 2011, tendo sido em algumas autorizada gravação por parte do entrevistado. Tal situação, visa facilitar o trabalho do entrevistado que pode assim recuperar as palavras exactas do orador, sem que tal suscite dúvidas.

No que às entrevistas diz respeito, foram realizadas cinco semi-directivas ou semi-dirigidas⁷⁸ a entrevistados que para além de responderem às perguntas constantes do guião abordaram outros assuntos no âmbito do tema tratado. Para encontrar resultados com alguma relevância foram elaborados três guiões diferentes. Um para os Comandantes de DCC e SDCC, outro para o Chefe da SOIRP da UCC e um terceiro para a entidade representante da PJ. Referir ainda, que foram desenvolvidos esforços no sentido de entrevistar uma entidade representante da PM, no entanto tal não foi possível devido à indisponibilidade das pessoas solicitadas.

4.4 CARACTERIZAÇÃO DA AMOSTRA

Para este trabalho procurou-se entrevistar um conjunto de pessoas que contribuíssem com distintas perspectivas, em função da entidade que representam, para a compreensão do objecto de estudo. Neste sentido, foram entrevistadas cinco pessoas. Dentro da GNR, mais especificamente na UCC, entrevistámos dois comandantes de SDCC e um oficial superior comandante de DCC, todos a desempenhar funções na orla costeira do Algarve. Na parte prática do TIA, entrevistámos somente oficiais comandantes de DCC e SDCC com área de responsabilidade no Algarve. Tal opção, deveu-se ao facto de estes mesmos destacamentos, na sua actividade operacional, desencadearem frequentemente operações de combate ao tráfico de droga via marítima. Também foi entrevistado um oficial superior, cuja função permite ter uma visão diferente em relação à temática estudada. Em relação à entidade escolhida da PJ, optou-se pela UNCTE devido à sua especificidade e conhecimento profundo na matéria.

Quadro 4.1: Caracterização da amostra.

Entrevistados	Entidade/instituição	Posto/cargo	Função
Entrevistado nº 1 (E.1)	GNR/UCC	Tenente - Coronel	Comandante DCC de Olhão
Entrevistado nº 2 (E.2)	GNR/UCC	Tenente	Comandante SDCC V.R.S.António
Entrevistado nº 3 (E.3)	GNR/UCC	Tenente	Comandante SDCC Portimão
Entrevistado nº 4 (E.4)	PJ/UNCTE	Inspector Coordenador	Coordenador
Entrevistado nº 5 (E.5)	GNR/UCC	Tenente - Coronel	Chefe SOIRP

⁷⁸ Para Quivy "... é semidirectiva no sentido em que não é inteiramente aberta nem encaminhada por um grande número de perguntas precisas." (p. 192).

CAPÍTULO 5 – APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

5.1 INTRODUÇÃO

Este capítulo visa a apresentação, discussão e análise dos resultados obtidos das entrevistas exploratórias. Para tal, é necessário dividir as entrevistas em três grupos distintos e analisar o conteúdo de cada entrevista individualmente resposta a resposta. Desta feita, poder-se-á compreender mais pormenorizadamente cada resposta e cada percepção das várias entidades entrevistadas.

5.2 APRESENTAÇÃO DAS ENTREVISTAS

Com o intuito de facilitar a análise das entrevistas, são elaborados quadros síntese das respostas às perguntas para cada entrevistado. Estes quadros contêm as perguntas efectuadas correlacionando-as com os conceitos chaves que as mesmas pretendem abordar e os excertos das respostas do entrevistado em questão. Neste sentido é limitado “o montante de material a trabalhar identificando o corpus central da entrevista” (Guerra, 2010, p.73).

5.2.1 ANÁLISE DO CONTEÚDO DA ENTREVISTA Nº1

Esta primeira entrevista transmite e reflecte a opinião de um Oficial Superior Comandante de DCC, cuja orgânica integra três SDCC, sobre os temas explanados na segunda coluna da tabela 6.1. Em suma, a colaboração entre entidades representa sempre uma mais-valia, podendo-se apresentar como exemplo as operações conjuntas com a PJ⁷⁹, que foram um sucesso. No entanto, há casos em que o estreitar de relações nem sempre é possível devido essencialmente ao cruzamento de competências. Um dos exemplos é a colaboração com PM, em que a relação é normalmente limitada. Segundo o E.1, uma das situações mais problemáticas da actividade operacional é o tratamento da informação por parte dos militares. Deveria ser criada uma forma mais eficiente de levar pequenas informações, que estão ao alcance de quem patrulha e vigia, a resultar em grandes investigações, levadas a cabo por quem de direito. Neste sentido, os militares da UCC só actuam em flagrante delito,

⁷⁹ Operações Aleluia e Tridente

podendo no entanto recolher informações e canaliza-las para quem tem competência reservada no âmbito do tráfico de droga. Em relação ao SIVICC, considera que no futuro será uma vantagem operacional.

Quadro 5.1: Análise à entrevista nº 1.

Perguntas	Conceito/ Problemática	Excertos das respostas do entrevistado 1
Pergunta nº1 (P.1)	Colaboração existente entre as distintas entidades	<p>“Nem sempre a colaboração entre estas entidades é possível, pois as competências podem cruzar-se, sendo assim mais difícil a coordenação dos meios de cada uma...”</p> <p>“Relativamente á UNCTE existe uma relação excelente e fabulosa, que tem vindo a dar frutos, nomeadamente no que consiste em operações conjuntas.”</p> <p>“...quando há uma capacidade de cooperação essa mesma relação é sempre frutífera.”</p>
Pergunta nº2 (P.2)	Mais-valias /Vantagens	<p>“...o NIC recolhe informação e há uma partilha da mesma por toda a estrutura da Guarda, desde que haja condições para tal...”</p> <p>“O que acontece muitas vezes é que não há disciplina no tratamento de informação. Não há um controlo de informação interna e esta nunca é transmitida pelos canais próprios, para quem de direito”</p>
Pergunta nº3 (P.3)	SIVICC como mais-valia operacional	<p>“...o SIVICC encontra-se numa fase de implementação, não estando ainda a funcionar em pleno...”</p> <p>“...representa uma mais-valia para a segurança interna do país, sendo um meio único e com capacidades ímpares...”</p>
Pergunta nº4 (P.4)	Possíveis limitações/ lacunas	<p>Não tem que ter necessariamente formação específica de investigação criminal, mas sim na sua formação base os conhecimentos para saber quais são as suas competências neste âmbito.</p> <p>Saber que actuam em flagrante delito, e que recolhem informação que posteriormente são transmitida para quem de direito.</p>
Pergunta nº5 (P.5)		<p>“Em relação á PM, tenho a ideia empírica que seria muito difícil avançar com um projecto tão grande como a investigação criminal, uma vez que na sua formação base não consta qualquer tipo destas matérias.”</p> <p>“...os homens não tem formação adequada, o amadorismo leva a que muitas informações importantes nunca cheguem a quem de direito.”</p> <p>“...forma mais eficiente de levar a que pequenas informações (ao alcance das forças de segurança que estabelecem contacto com a população) a dar grandes processos de investigação.”</p>
Pergunta nº6 (P.6)	Modo de actuação da UCC	<p>“Só actuam em situações de flagrante delito ou recolha de informação e comunicam á PJ, visto esta ter competência reservada”</p>

5.2.2 ANÁLISE DO CONTEÚDO DA ENTREVISTA Nº2

O segundo entrevistado tem a patente de Tenente, sendo Comandante de SDCC de VRSA. Tem a particularidade de o seu SDCC se encontrar perto da fronteira com Espanha, tendo assim bem presente o exemplo do seu serviço marítimo. No que respeita à colaboração entre entidades, o E.2 diz que já foram levadas a cabo algumas operações com a PM, mas nunca no âmbito do tráfico de droga via marítima. Em relação à PJ, apenas foram solicitadas colaborações pontuais de intervenção. Defende a não especialização de todas as

FFSS nas várias valências, mas apenas uma força ou serviço em cada função. Desta feita, são definidas as competências de modo a que as várias entidades não desempenham funções de forma descoordenada. Também seria uma forma de proporcionar meios e formação adequada a quem de direito. Em relação ao SIVICC a percepção inicial é que este sistema pode ficar aquém das expectativas.

Quadro 5.2: Análise à entrevista nº 2.

Perguntas	Conceito/ Problemática	Excertos das respostas da entrevista nº2
P.1	Colaboração existente entre as distintas entidades	<p>“No que toca á PM (...) é de referir que já por diversas vezes se levaram a cabo operações conjuntas...”</p> <p>“...têm tido como resultado o estreitar da colaboração entre as duas forças, o que já se mostrou muito útil em diversos momentos...”</p> <p>“Ao nível da PJ, apenas nos tem sido solicitado colaborações muito pontuais de intervenção.”</p> <p>“Julgo que ainda muito está por fazer, sendo que por vezes andamos de costas voltadas...”</p>
P.2	Mais-valias /Vantagens	“...qualquer fonte válida de informação é bem-vinda, nesta ZA e como já foi referido, essa ligação apenas é feita de modo informal, fomentada por laços que vão para além do relacionamento a que a instituição obriga.”
P.3	SIVICC como mais-valia operacional	“Nesta fase de teste, constata-se que as capacidades do sistema poderão estar aquém do necessário...”
P.4	Possíveis limitações/	“...não se podem desempenhar com excelência todas as valências em todas as FFSS, uma vez que não basta ter formação, formação essa que considero desactualizada na Guarda...”
P.5	Lacunas	“...sou da opinião que se deve especializar uma força ou serviço e não especializar todas as FFSS em todas as valências.”
P.6	Modo de actuação da UCC	“...permitem sobreposições e relegam para a PJ uma soberania desajustada, em suma, não vejo necessidade de várias forças desempenharem a mesma função e de forma descoordenada.”

5.2.3 ANÁLISE DO CONTEÚDO DA ENTREVISTA Nº3

O E.3 é comandante de SDCC de Portimão. Na sua entrevista refere que todas as entidades têm as suas atribuições e competências específicas, sendo no cruzamento destas competências que a colaboração se deve sentir. Na sua opinião é complicado avaliar se esta colaboração é eficaz. Contudo, reconhece que deve ser sempre trabalhada no sentido de evoluir. Defende que seria vantajoso para a UCC ter competência para a investigação de crimes de tráfico, uma vez que na sua actividade estão apenas cingidos ao flagrante delito detectados pelos serviços de vigilância. Desta feita, a atribuição de competências devia ser repensada e ajustada. Por sua vez, o SIVICC traduz-se numa mais-valia operacional permitindo também uma maior facilidade de coordenação entre as equipas de vigilância e o patrulhamento terrestre e marítimo. Poderá servir também outras áreas, que não a prevenção e repressão do tráfico de droga via marítima.

Quadro 5.3: Análise à entrevista nº 3.

Perguntas	Conceito/ Problemática	Excertos das respostas da entrevista nº3
P.1	Colaboração existente entre as distintas entidades	<p>“Cada uma das instituições possui as suas competências e atribuições específicas, contudo é normal que algumas dessas competências se cruzem. É nesse cruzamento que a colaboração se deve fazer sentir...”</p> <p>“...a colaboração entre UCC, PJ e PM existe, no entanto poderia funcionar de forma mais eficaz.”</p> <p>“...estranho o facto de raramente termos tido solicitações por parte de outras entidades no sentido de prestar colaboração numa situação que envolvesse tráfico de estupefacientes.”</p>
P.2	Mais-valias /Vantagens	<p>“Sempre que é recolhida uma notícia por uma das partes que possa ter interesse para o serviço do outro é normal que essa notícia ou informação seja transmitida.”</p> <p>“São elementos com formação específica e que as suas funções passam muito pela recolha de notícias.”</p> <p>“O facto de pertencermos à mesma instituição facilita a troca de impressões e informações relevantes para o serviço.”</p>
P.3	SIVICC como mais-valia operacional	<p>“...representa uma mais-valia para a segurança interna do país, sendo um meio único e com capacidades ímpares que poderá detectar ilícitos como o tráfico de estupefacientes...”</p> <p>“...permitindo também uma maior facilidade de coordenação entre as equipas de vigilância e patrulhamento terrestre e marítimo.”</p>
P.4	Possíveis limitações/ Lacunas	<p>“...militares que conhecem o terreno, as pessoas e o meio envolvente, bem como algumas dinâmicas da actuação do adversário, com formação no domínio da investigação criminal iriam naturalmente melhorar a sua actuação aumentando assim a eficácia operacional da UCC.”</p>
P.5		<p>“Seria uma forma de conseguirmos ir mais longe em determinadas situações.”</p> <p>“Actualmente estamos cingidos ao flagrante delito detectado pelos nossos serviços de vigilância...”</p> <p>“...seria mais proveitoso a investigação ser feita por alguém que trabalha diariamente e apenas na vigilância e controlo da Costa e Mar Territorial...”</p> <p>“No caso da PM, entendo que não, iria agravar ainda mais o conflito latente de duplicação de meios e competências entre a GNR e a Marinha.”</p>
P.6	Modo de actuação da UCC	<p>“...não há dúvidas que no âmbito do tráfico de estupefacientes por via marítima, a investigação é competência exclusiva da PJ. No entanto, por outro lado, existem outros diplomas que nos dão responsabilidades acrescidas na vigilância e controlo da costa e mar territorial, passando obrigatoriamente pelo tráfico de estupefacientes.”</p> <p>“...julgo que a atribuição de competências neste domínio deveria ser repensada.”</p>

5.2.4 ANÁLISE DO CONTEÚDO DA ENTREVISTA Nº4

Esta entrevista foi efectuada ao Inspector Coordenador da UNCTE e foi concebida com um guião diferente das três anteriores. No entanto, foram abordados os mesmos conceitos chave das restantes entrevistas. No que concerne à colaboração, esta traduz-se na partilha de meios e valências entre entidades. Uma das lacunas apresentadas pela PJ é a inexistência de meios para intervir no meio aquático. A solução adoptada para colmatar esta limitação é solicitar estes meios via cooperação institucional a outras entidades cooperantes (UCC e Marinha). Defende que a realização de exercícios conjuntos entre as entidades com responsabilidades no combate ao crime de tráfico de estupefacientes leva a um estreitar de

relações entre as mesmas, facilitando depois a futura cooperação. Consequentemente, há o esclarecimento das valências, mais-valias e modos de actuação de cada uma. Em relação às *boarding teams*, o entrevistado refere que uma vez que a iniciativa é nova na UCC, deviam ser dados a conhecer estes meios à PJ com o intuito de esclarecer as suas potencialidades e capacidades. Em relação ao SIVICC, o E.4 considera que este sistema é uma mais-valia não só para a UCC mas para a segurança interna, sobretudo em situações de tráfico de haxixe devido às características do mesmo. Neste sentido, terá de haver constantemente uma via de comunicação entre o operador deste sistema e alguém da PJ, de modo a ser informado sempre que necessário.

Quadro 5.4: Análise à entrevista nº 4.

Perguntas	Conceito/ Problemática	Excertos das respostas da entrevista nº4
P.1	Limitações UNCTE Colaboração existente entre as distintas entidades	“...a recolha de informação credível e sustentável que permita desenvolver uma investigação continuada e frutífera.” “Apesar da nossa competência exclusiva para este tipo de fenómeno, não temos meios para intervir no meio aquático. Também não dispomos de meios de vigilância nocturna, nem diurna para colocar no terreno (apenas casos pontuais).”
P.2	Mais-valias /Vantagens UCC Modo de actuação da UCC	“Como disse são colmatadas as nossas limitações com meios de outras entidades, que são solicitadas em situações específicas.” “Normalmente recorre-se à PM ou UCC para montar os meios de vigilância necessários.” “...a UCC, constitui-se como um auxílio importante e colaborador essencialmente na abordagem em meio aquático.”
P.3	Colaboração existente entre as distintas entidades Possíveis limitações/lacunas UCC	“Apesar de terem sido realizados apenas exercícios, que envolveram forças como (PM, PJ, UCC e <i>Guardia civil</i>) este é um modo de estreitar relações entre as diferentes entidades.” “...as <i>boardings teams</i> depois de alvo de treinos conjuntos e acções de sensibilização com o intuito de dar a conhecer os meios que a UCC tem, podem ser uma mais-valia no futuro.”
P.4	SIVICC como mais-valia operacional	“O SIVICC é uma mais-valia para a orla costeira e para a segurança interna de Portugal. A GNR terá de deter os meios necessários para o operar e para usufruir operacionalmente deste sistema.” “Os operadores informarem em tempo útil é o ideal...” “...talvez o mais viável seja o operador da UCC ter permanentemente o contacto de alguém da PJ. Informando sempre que necessário.”

5.2.5 ANÁLISE DO CONTEÚDO DA ENTREVISTA Nº5

Esta entrevista foi efectuada ao Chefe da SOIRP, tendo em vista obter uma opinião diferente sobre a temática em estudo, nomeadamente averiguar se as informações recebidas pela UCC direccionam a actividade operacional efectuada pelos DCC.

Segundo o E.5, existe uma ligação diária entre a PJ e a UCC no que diz respeito à troca de informação acerca de embarcações suspeitas e a respectiva tripulação. Em relação à PM, existe cooperação, não ao nível das informações mas no âmbito de acções conjuntas. No nosso canal de informação interno não existe ligação com os NIC, podendo eventualmente ser informados os Comandos Territoriais sobre situações específicas. Por último, na opinião do entrevistado, a missão específica da UCC atribuída pela Lei Orgânica GNR acaba por ser um pouco limitativa, uma vez que seria importante a UCC ter acesso a mais informação.

Quadro 5.5: Análise à entrevista nº 5.

Perguntas	Conceito/ Problemática	Excertos das respostas da entrevista nº5
P.1	Colaboração existente entre as distintas entidades	“O tráfico de droga é uma competência reservada da PJ, como tal é ela que nos fornece a informação relativa a embarcações suspeitas.” “Em termos da PM não existe ligação.”...
P.2	Mais-valias /Vantagens UCC Modo de actuação da UCC	“...a UCC receber informações do Comando Geral...” “...caso detectemos alguma coisa relevante sobre essas situações, a UCC comunica aos respectivos Comandos Territoriais.” “Mais que isso, não se concretiza, até porque a UCC não tem investigação criminal.”
P.3	Colaboração existente entre as distintas entidades	“Se a PJ tem a necessidade do nosso apoio, nos cooperamos quer com os meios de visão nocturna, quer com outros meios que possam solicitar.” “...a AJ não se corresponde directamente com a UCC, visto não termos investigação criminal, logo à partida não nos solicitam nada.”
P.4	Limitações Modo de actuação da UCC	“Seria importante que a UCC tivesse acesso a mais informação, que tivesse a competência que nos foi retirada em termos de investigação...”

5.3 CONCLUSÃO CAPITULAR

As entrevistas realizadas constituem-se como um complemento à parte teórica. Como tal, tornam-se um elemento fundamental para a verificação das hipóteses, resposta à pergunta de partida e perguntas derivadas, bem como para as reflexões e recomendações finais do trabalho.

CAPÍTULO 6 - CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

6.1 INTRODUÇÃO

O Trabalho de Investigação Aplicada desenvolvido, tem como principal objectivo caracterizar a interoperabilidade entre as várias entidades responsáveis pelo combate ao tráfico de estupefacientes via marítima e escarpelizar o modo como cada uma desempenha essa tarefa.

Neste capítulo são verificadas as hipóteses, averiguando se as mesmas são válidas, credíveis e coerentes. A validação destas hipóteses levará a ilações que concorrerão para as conclusões finais do trabalho. Posteriormente, procurar-se-á dar resposta à pergunta inicial e perguntas derivadas, para depois apresentar algumas reflexões finais, limitações encontradas no decorrer do trabalho e propostas para investigações futuras.

6.2 VERIFICAÇÃO DAS HIPÓTESES

Concluída a recolha de informações sobre o objecto de estudo desta investigação, quer na parte teórica como na parte prática, é possível verificar a exequibilidade das hipóteses, que por sua vez foram criadas no início da parte prática⁸⁰. No entanto, salvaguarda-se que a confirmação das hipóteses formuladas está condicionada à amostra definida⁸¹.

Assim sendo, no que diz respeito à primeira hipótese: **A colaboração existente entre as diferentes entidades adequa-se às necessidades inerentes à complexidade do crime do tráfico de droga via marítima**, foi parcialmente validada. Ao nível da colaboração, os E.1, E.2 e E.3 (P.1) referem que existe alguma cooperação por parte das entidades, podendo no entanto ser mais afincada e recorrente de modo a tornar mais eficaz e eficiente o combate ao tráfico de estupefacientes. Segundo os E.1 e E.3 (P.1), nem sempre se faz sentir a cooperação, devido essencialmente ao cruzamento de competências e atribuições específicas de cada entidade. Em suma, deve trabalhar-se no sentido de melhorar a colaboração entre entidades de modo a que cooperação seja mais eficiente e eficaz. Por sua vez, o E.4 (P.1 e P.2) refere que, sempre que há necessidade, são solicitados meios a outras entidades com responsabilidades no combate ao tráfico de droga.

⁸⁰ Vide capítulo 4.2

⁸¹ Vide capítulo 4.4

Na segunda hipótese teórica: **A UCC actua essencialmente através do sistema de vigilância terrestre, a PJ através da investigação criminal e a PM através do patrulhamento marítimo**, é totalmente validade. Segundo a análise documental feita na parte teórica no subcapítulo 3.6, a PJ fica não só responsável pela investigação criminal como pelos vectores da cooperação internacional e pela centralização e coordenação da informação. Por sua vez, a actividade operacional da UCC tem como base a vigilância e controlo da costa através dos seus meios terrestres, câmaras de visão nocturna e SIVICC. Em relação às entrevistas, o E.4 (P.2) refere que quando há a necessidade de montar meios de vigilância solicita à UCC ou PM. Por sua vez, o E.1 (P.6) refere que a UCC actua em situações de flagrante delito ou recolha de informação, comunicando à PJ na medida em que esta tem competência reservada. Estes dois contributos realçam mais uma vez o modo de actuação e o papel de cada entidade.

A terceira hipótese dividiu-se em duas partes. A primeira: **A capacidade de vigilância e intervenção da UCC, bem como a estreita relação com o NIC em detrimento da sua limitação no tratamento da informação e incompetência para investigação criminal**, foi parcialmente validada. Para dar resposta a esta hipótese é necessário conjugar informação da parte teórica, subcapítulo 3.6, com as respostas das entrevistas. Duas das vertentes vantajosas, segundo o E.4 (P.2), são a utilização de meios técnicos de controlo e vigilância à distância e meios humanos para intervenção em meio aquático. Segundo os E.1, E.2 e E.3 (P.3) a relação interinstitucional com os NIC constitui sempre mais uma fonte de informação importante e, conseqüentemente, uma vantagem. Em relação ao tratamento de informação e incompetência para a investigação criminal apenas os E.3 (P.5) e E.5 (P.2 e P.4) concordam que seria vantajoso para UCC adquirir competência de investigação criminal. O E.1 (P.5) refere que o amadorismo no tratamento de informação leva que as mesmas nunca originem processos de investigação. Relativamente à segunda parte: **A capacidade coordenação e assimilação da informação da PJ em detrimento da limitação de meios de intervenção navais. Os meios de patrulhamento da PM em detrimento da vigilância costeira proporcionada pelo SIVICC**, foi totalmente validada. Mais uma vez, para responder a esta hipótese é necessário conjugar informação oriunda da parte teórica e das entrevistas de campo. Segundo o subcapítulo 3.6 a PJ fica responsável pela centralização, tratamento, análise, difusão, e coordenação da informação relativa ao tráfico de estupefacientes. Segundo o E.4 (P.1 e P.2), apesar de ter competência específica neste tipo de fenómeno, apresenta limitações no que concerne a meios de intervenção em ambiente aquático, que por sua vez são solicitados tanto à UCC, como à Marinha de guerra. Por último, o E.5 (P.2) refere que há determinados meios que só a UCC possui, nomeadamente as câmaras de visão nocturna que são muitas vezes solicitadas pela PJ.

Por sua vez, a quarta hipótese: **Os meios de intervenção em ambiente aquático da PM e UCC, sempre que solicitados para operações específicas da PJ**, foi totalmente validada.

Segundo o E.1 (P.1) e E.4 (P.1 e P.2), quando são efectuadas operações em conjunto, são utilizados os meios de intervenção da UCC para intersectar e abordar embarcações suspeitas. O E.4 (P.2) ainda refere que por vezes, quando existe a informação, a PJ antes de conseguir chegar ao local, informa e são activados os meios terrestres da UCC e da PM. Em relação à quinta hipótese: **A UCC e PM criarem *boarding teams* especializadas e ganharem competências específicas na investigação de crimes no âmbito do tráfico de droga via marítima**, esta foi parcialmente validada. O E.4 (P.3) considera que as *boarding teams* poderão ser uma iniciativa interessante. No entanto, só será totalmente assimilada quando houver possibilidade de desencadear treinos conjuntos e demonstrar os meios. Em relação à investigação criminal, só o E.3 (P.2) e E.5 (P.4) concorda que seria vantajoso ter competência e meios de investigação. Os restantes entrevistados defendem que não se podem desempenhar com excelência todas as valências em todas as FSS e que esta não seria a forma mais eficiente de conduzir pequenas informações a grandes processos de investigação.

Por último, a sexta hipótese: **O SIVICC é um sistema que apesar de estar em fase de implementação representa uma vantagem para a actividade operacional da UCC no sentido de localizar, detectar e identificar ameaças no âmbito do objecto em estudo**, foi parcialmente validada. Apesar de o SIVICC ainda estar em fase de teste, o E.2 (P.4), defende que o sistema poderá estar aquém do esperado. Os restantes entrevistados consideram que será uma mais-valia para a protecção da orla costeira e para a segurança de Portugal. Acresce o facto de permitir também uma maior facilidade de coordenação entre as equipas de vigilância e patrulhamento terrestre e marítimo. No entanto, a GNR terá de deter os meios necessários para o operar e para usufruir operacionalmente deste sistema.

6.3 RESPOSTAS À PERGUNTA DE PARTIDA E PERGUNTAS DERIVADAS

A investigação realizada iniciou-se com uma pergunta de partida e, consequentemente, algumas perguntas derivadas⁸². É neste subcapítulo que são respondidas essas mesmas questões, com base na informação recolhida quer na parte teórica como na parte prática.

A primeira pergunta que importa responder é **se a colaboração existente entre a PJ a UCC e a PM se adequa às necessidades do combate ao narcotráfico?** Pode afirmar-se que a colaboração existe, traduzindo-se muitas vezes na troca de informação entre entidades e na realização de operações conjuntas. No entanto, esta colaboração ocorre pontualmente, não sendo tão regular quanto o desejado. Em suma, todas as entidades têm

⁸² Vide Apresentação do Trabalho.

competências e atribuições específicas que devem funcionar de forma integrada. Assim sendo, o combate ao tráfico de droga deve caracterizar-se por ser um sistema integrado.

A segunda pergunta a responder é **de que modo actua cada entidade no combate ao tráfico de estupefacientes via marítima?** No que respeita à UCC, pode actuar em três vertentes distintas. A terrestre, através da utilização de meios técnicos de controlo e vigilância à distância, e meios humanos para intervenção. A marítima, mediante a utilização de meios navais de intervenção e o patrulhamento. Por fim, as comunicações, através da coordenação das operações, mediante a utilização de meios técnicos que permitam a articulação entre os vários subsistemas. No domínio da prevenção criminal, atendendo ao art.º 40º da Lei Orgânica da GNR e ao nº 3 do art.º 2º do DL nº 81/95 de 22 de Abril, a sua acção incide prioritariamente na vigilância da fronteira marítima, nomeadamente através do sistema de vigilância e controlo e em particular nos pontos que ofereçam condições propícias ao desembarque clandestino de droga. Em relação à PJ, a sua actividade operacional assenta nos vectores da investigação criminal e cooperação internacional. O seu desempenho consiste na troca de informação no plano internacional do fenómeno e na centralização e coordenação da informação relativa ao tráfico de droga, que trata, analisa e difunde operacionalizando-a através das UCIC. Em suma, e de acordo o art.º 7 da Lei nº 49/2008 de 27 de Agosto, a PJ é a entidade com competência reservada no crime de tráfico, ficando inerentemente incumbida, segundo o art.º 2º nº1 do DL nº 81/95, de 22 de Abril, de prevenir a introdução e trânsito pelo território nacional de substâncias estupefacientes ou psicotrópicas, bem como de prevenir a constituição de redes organizadas de tráfico interno dessas substâncias. Em relação à PM, pouco se pode adiantar, uma vez que não foi possível reunir o testemunho de qualquer elemento com responsabilidades nesta área.

Por sua vez, a terceira pergunta derivada refere-se a **quais as lacunas e mais-valias de cada entidade com responsabilidades no combate ao tráfico de estupefacientes via marítima?** A UCC, na sua actividade operacional, conta com esforço pessoal e experiência acumulada dos seus homens para ter êxito nas acções que desenvolve. Por sua vez, a estreita relação com o NIC, devido à proximidade institucional, constitui-se como mais uma fonte de informação e consequentemente como mais uma vantagem operacional. Os meios de vigilância e controlo à distância da orla costeira, assim como os meios para intervenção no meio aquático, apresentam-se como valências fundamentais para a prevenção e repressão deste tipo de fenómeno. No entanto as embarcações cujas características não permitem uma intervenção a longa distância, como por vezes é necessário, são um factor que limita na nossa intervenção policial em meio aquático. A PJ, por deter a competência reservada neste tipo de crimes, elege a UNCTE como a responsável máxima pelo controle de toda a informação, detendo por isso o ónus da investigação criminal. Contudo, as suas limitações ao nível dos meios de intervenção no mar e de vigilância motivam a cooperação institucional com outras entidades que possuam essas características específicas. Em

relação à PM, os seus meios de patrulhamento representam uma mais-valia, não sendo no entanto suficientes para fazer face a este tipo de fenómeno. A falta de meios de vigilância terrestre representa uma limitação na sua actividade operacional.

A quarta pergunta cinge-se a averiguar **de que modo as características das distintas entidades com responsabilidade no combate ao crime do tráfico de estupefacientes se complementam?** Esta pergunta tem o objectivo de salientar as limitações ou lacunas que podem ser colmatadas através da interoperacionalidade. Aborda também o factor da cooperação, no sentido de aproveitar as valências de cada uma. A PJ centraliza e coordena toda a informação, alertando a PM ou UCC sempre que é necessário montar os meios de vigilância ou de intervenção. Muitas vezes, quando há indício de uma situação delituosa, antes de a PJ conseguir chegar ao local são activados os meios terrestres das forças com competência territorial. Em ocasiões específicas, também pode ser solicitada a colaboração no sentido de intersectar e abordar embarcações em meio aquático com as Lanchas de Vigilância e Intersecção. Também há o fundamental auxílio na recolha de informação por parte das forças que diariamente colocam homens no terreno, sendo posteriormente a mesma canalizada para quem de direito.

A quinta pergunta derivada pretende saber **como poderão estas entidades evoluir, no sentido de harmonizar as suas atribuições e competências específicas?** Segundo o que conseguimos apurar uma das maneiras de evoluir seria através das *boarding teams* para intervenção policial em ambiente marítimo. Estas iniciativas deverão ser exploradas, pois poderão revelar-se como uma mais-valia no futuro. No entanto devem ser feitas acções de sensibilização e treinos conjuntos, demonstrando os meios à PJ com o objectivo de dar a conhecer os meios que a UCC tem.

A sexta e última questão derivada visa compreender **em que fase está o projecto SIVICC? Que mais-valias operacionais se pretendem obter com a sua implementação, na área em estudo?** Actualmente o SIVIC ainda se encontra em fase de implementação, pelo que a percepção dos entrevistados assenta numa projecção futurista. No entanto, tudo indica que quando a sua projecção operacional for total será certamente uma mais-valia, não só para a UCC mas para toda a segurança interna. Facilitará a coordenação entre o patrulhamento e os meios de vigilância. Permitirá um controlo permanente da orla costeira, podendo detectar e identificar a ameaça atempadamente.

Por fim em relação à pergunta de partida, **qual o papel da GNR no combate ao narcotráfico via marítima e de que maneira as competências definidas pela LOIC limitam o mesmo?** As informações recolhidas no âmbito da análise documental permitem afirmar que a GNR actua no âmbito do narcotráfico via marítima, através da UCC. No que respeita à UCC, e segundo o art.º 40º da Lei Orgânica da GNR, esta pode actuar em três vertentes distintas: terrestre, marítima e comunicações. Detém meios técnicos de controlo e

vigilância à distância com qualidades ímpares, nomeadamente as câmaras nocturnas e meios humanos para intervenção. Possui também meios navais de intervenção e as comunicações que permitem a coordenação de todas estas valências. No domínio da prevenção criminal, e atendendo ao art.º 7º da LOIC, que atribui competência reservada à PJ nos crimes tipificados nos artigos 21º, 22º, 23º, 27º e 28º do DL n.º 15/93 de 22 de Janeiro, e ao art.º 5º da LOIC, que define a actuação do OPC quando tem notícia de um crime para o qual não seja competente, a UCC pode apenas praticar os actos cautelares necessários e urgentes para assegurar os meios de prova. A UCC tem o dever de informar a autoridade competente, conforme o art.º 10º da LOIC. Em suma, a UCC baseia a sua actividade no patrulhamento, vigilância, no flagrante delito e consequente intervenção. Ainda no plano da prevenção criminal e no que diz respeito ao territorial, segundo a NEP/GNR-3.39, os NIC ficam responsáveis pela prevenção e investigação do tráfico e consumo de substâncias estupefacientes e psicotrópicas, nos crimes em que a competência de investigação está legalmente deferida à GNR.

6.4 REFLEXÕES FINAIS

Uma reflexão final sobre o trabalho evidencia que Portugal se encontra numa posição geoestratégica privilegiada em relação à origem do fluxo de drogas, constituindo assim uma das principais passagens para as rotas do tráfico de droga. Outro ponto importante é a complexidade inerente ao fenómeno do tráfico de droga via marítima, pois requer um maior profissionalismo nas acções por parte dos delituosos, quer no que respeita à comunicação interna (informação que partilham) como na precaução da escolha do local de desembarque. Por conseguinte, é necessário criar um sistema integrado de repressão e prevenção do tráfico de droga bem definido. Assim sendo, toda a estrutura montada para dar uma resposta eficaz e eficiente pelas entidades com responsabilidades no combate ao tráfico de droga via marítima pressupõe uma colaboração, que assenta numa troca de informação atempada e numa boa rentabilização dos distintos meios de cada entidade. Sem dúvida que a PJ detém o ónus da informação. Contudo, há que salientar o subaproveitamento dos homens que trabalham diariamente no terreno. Estes, no seu quotidiano profissional e pela experiência que detêm, estão capacitados para recolher informações valiosas que por vezes poderiam ser aproveitadas com outra profundidade. Desta feita a UCC assenta toda a sua actividade operacional na vigilância, patrulhamento e, consequentemente, no flagrante delito tanto em situações de desembarque propriamente dito como em situações de achamento de fardos de droga. O SIVICC, no âmbito do tráfico de droga via marítima, acaba por ser mais propício a detectar situações de tráfico de haxixe. Tal facto, deve-se às características deste tipo fenómeno, por ser frequentemente realizado à noite e ser comum o desembarque em praia.

6.5 RECOMENDAÇÕES

Depois das respostas às perguntas que originaram o trabalho, bem como o desenvolvimento de algumas reflexões finais sobre o mesmo, emergem algumas recomendações sobre o tema em estudo. A colaboração entre entidades assenta obrigatoriamente num estreitar de relações entre as mesmas. Uma das formas de evoluir nesse sentido serão as acções conjuntas, inicialmente em treinos e posteriormente na realidade. Desta forma as entidades poderão conhecer as valências de cada uma e, conseqüentemente, o modo como o complemento entre as mesmas pode ser mais eficaz e eficiente. É neste âmbito que as *boarding teams* podem constituir uma mais-valia para a intersecção e abordagem a embarcações em meio aquático. Seria uma forma de capacitar apenas um OPC, cuja formação base para este tipo de situações já detêm, com estes meios, especializando-o para este tipo de acções policiais.

Poder-se-á ter como exemplo a estrutura existente em Espanha, em que tanto a Guarda Civil como a Polícia Nacional têm na sua estrutura uma Polícia Judicial. Há assim uma troca de informação diária que permite colaborar com todas as valências que ao seu lado trabalham, como é o caso do Serviço Marítimo. Desta forma não existe monopólio da investigação destes tipos de crimes, mas sim uma competição saudável e conseqüentemente uma cristalização da investigação. Por último, importa reflectir sobre uma forma de levar pequenas informações a originar grandes processos. À semelhança do que acontece com o NIC dos D TER, recomenda-se a implementação de um núcleo com a mesma finalidade na estrutura da UCC. Desta forma, haveria elementos especializados em recolher informações que, posteriormente, poderiam ser utilizadas em processos de grande dimensão por quem detém a competência reservada na investigação neste tipo de crimes.

6.6 LIMITAÇÕES

Um trabalho desta natureza revela sempre algumas dificuldades durante a sua elaboração. Num tema tão abrangente e complexo, a necessidade de sintetizar conteúdos limitou o aprofundamento de outras dimensões do objecto de estudo eleito.

Outra dificuldade sentida foi o nível de conhecimento da matéria em questão. Na realidade um dos objectivos deste trabalho é permitir-nos evoluir as nossas capacidades no que respeita à pesquisa e investigação científica. Torna-se então incoerente desenvolver essas capacidades no decorrer do trabalho, quando há uma necessidade de delimitar o objecto de estudo logo à partida e de elaborar perguntas de partida.

Por último, não foi possível entrevistar elementos representantes da PM, limitando consequentemente a recolha de informação neste âmbito. Ficou assim por analisar a actuação da PM, pelo menos do ponto de vista interno da instituição.

6.7 INVESTIGAÇÕES FUTURAS

Uma das investigações futuras que poderia ser desenvolvida é a cooperação internacional existente, no âmbito do tráfico internacional de droga via marítima.

Também poderia ser feito um estudo comparando actuação da Guarda Civil, da nossa vizinha Espanha com o da GNR, no sentido de comparar os meios existentes, os modos de actuação e a colaboração existente entre entidades com responsabilidades na repressão e prevenção do tráfico de droga via marítima.

BIBLIOGRAFIA

- Academia Militar. (2008). *Orientações para a redacção de trabalhos*. Academia Militar: Lisboa.
- Afonso, C., & Silvério, P. (2010). *Dos órgãos de polícia criminal á LOIC*. Revista da Guarda Nacional Republicana, n.º 87 Julho – Setembro, pp. 52 - 61.
- Assembleia da República. (2007). Lei n.º 63/2007, de 6 de Novembro (Lei Orgânica da Guarda Nacional Republicana). *Diário da República*, 1ª Série, n.º 213, pp.8043-8051.
- Assembleia da República. (2008). Lei n.º 49/2008, de 27 de Agosto (Lei de Organização da Investigação Criminal). *Diário da República*, 1ª Série, n.º 165, pp. 6038-6042.
- Assembleia da República. (2008). Lei nº 37/2008 de 6 de Agosto , (Lei Orgânica da Polícia Judiciária). *Diário da República*, 1ª Série, n.º 151, pp. 5281-5289.
- Braz, J. (Junho de 2007). *O Tráfico Internacional de Droga em Portugal. A Via Marítima*: Lisboa.
- Carvalho, L. (2008). Discurso subordinado ao tema *Portugal e o Mar*.
- Escola da Guarda. (Fevereiro de 2008). *A Investigação Criminal*. Manual de Investigação Criminal.
- Guarda Nacional Republicana - Comando-Geral. (2008). Despacho n.º 74/08 – OG. Define as competências, a estrutura e efectivo da Unidade de Controlo Costeiro.
- Guarda Nacional Republicana - Comando-Geral. (2009). Despacho n.º 56/09 – OG. Revoga o Despacho n.º 74/08 – OG. Define as competências, a estrutura e efectivo da Unidade de Controlo Costeiro.
- Guarda Nacional Republicana - Comando-Geral. (1995). – Directiva Operacional nº 36/95 GE/21JUL95 OG. Regula a actuação da GNR no âmbito da prevenção, combate e investigação do crime de tráfico de droga.
- Guarda Nacional Republicana - Comando-Geral. (1999). NEP/GNR - 3.39 – OG. Revoga a versão 15JAN96 da NEP 3.39 – OG. Núcleos de Investigação Criminal (NIC)
- Guerra, I. (2006). *Pesquisa Qualitativa e Análise de Conteúdo: Sentidos e Formas de uso*. Estoril: Principia Editora.
- Leal, J., Fundo, J., & Velez, D. (Junho de 2007). *Tráfico Internacional de Droga em Portugal. A Via Marítima*: Lisboa.
- Leal, J., Silva, S., & Nogueira, N. (2007). *A Ameaça do Tráfico Internacional de Droga- Via Aérea e Marítima*: Lisboa.

- Leal, J. M. (Julho a Setembro de 2009). *Revista Portuguesa de Ciência Criminal. A problemática do sistema de repressão do tráfico de droga em Portugal*, p. 421-456.
- Loução, J. A. (2009). *A Unidade de Controlo Costeiro e a Interoperabilidade com as Demais Entidades a Quem também está Cometida a Vigilância e o Controlo da Costa e do Mar*. Lisboa: Academia Militar
- Marinha Portuguesa (2011). (Consultado em 1 de Março de 2011, acedido em <http://www.marinha.pt/PT/Pages/homepage.aspx>)
- Marinha Portuguesa (2011). *Polícia Marítima* (Consultado em 1 de Março de 2011, acedido em <http://www.marinha.pt/PT/amarinha/estruturaorganizativa/siadeautoridademaritima/policiamaritima/Pages/PoliciaMaritima.aspx>)
- Marinho, N. (2010). *A Unidade de Controlo Costeiro e as Forças Armadas: Que Paradigma?*. Lisboa: Academia Militar
- Ministério da Administração Interna. (2008). Portaria n.º 1450/2008, de 16 de Dezembro. *Diário da República*, 1ª Série, n.º 242, pp. 8845-8854
- Ministério da Administração Interna. (1995). Decreto-Lei nº 81/95 de 22 de Abril. *Diário da República*, 1ª Série, n.º 95, pp. 2314-2316
- Ministério da Defesa Nacional. (1995). Decreto-Lei nº 248/95 de 21 de Setembro. *Diário da República*, 1ª Série, n.º 219, pp. 5890-5896
- Ministério da Defesa Nacional. (2002). Decreto-Lei nº 43/2002 de 2 de Março. *Diário da República*, 1ª Série, n.º 52, pp. 1750-1752
- Ministério da Defesa Nacional. (2002). Decreto-Lei nº 44/2002 de 2 de Março. *Diário da República*, 1ª Série, n.º 52, pp. 1752-1758
- Ministério da Defesa Nacional. (2007). Decreto Regulamentar nº 86/2007 de 12 de Dezembro. *Diário da República*, 1ª Série, n.º 239, pp. 8880-8884
- Ministério da Justiça. (1993). Decreto-Lei nº 15/93 de 22 de Janeiro. *Diário da República*, 1ª Série, n.º 18, pp. 234-252
- Ministério da Saúde – Instituto da Droga e da Toxicodependência. (2006). *Estratégia nacional de luta contra a droga*. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa Da Moeda.
- Organização das Nações Unidas. (1998). *Luta Contra a Droga Estratégia Das Nações Unidas*. Lisboa: Gabinete de Planeamento e de Coordenação do Combate à Droga.
- Organização das Nações Unidas. (1988). *As Nações Unidas e a Droga*. Lisboa: Gabinete de Planeamento e de Coordenação do Combate à Droga.
- Pereira, J. (2011). *Relatório Anual de Estupefacientes*. Lisboa: UNCTE. (Consultado em 20 de Maio de 2011, acedido em <http://www.policiajudiciaria.pt/PortalWeb/content?id={2BC81ED9-09C8-4248-BDD7-529F8D197EA8}>)
- Pereira, J. (2010). *Relatório Anual de Estupefacientes*. Lisboa: UNCTE. (Consultado em 20 de Fevereiro de 2011, acedido em <http://www.policiajudiciaria.pt/PortalWeb/content?id={9FF038AB-A740-4DA3-A6DD-569544293311}>)

- Portal da Justiça (2011). *Historial e Missão da Polícia Judiciária*. (Consultado em 1 de Março de 2011, aceso em <http://www.mj.gov.pt/sections/o-ministerio/organismos2182/policia-judiciaria/historial-e-missao/>)
- Quivy, R. & Campenhoudt, L. V. (2008). *Manual de Investigação em Ciências Sociais*. Lisboa: Gradiva.
- Sardão. (10 de Janeiro de 2010). SIVIC. *Sistema Integrado de Vigilância, Comando e Controlo da Costa Portuguesa*.
- Sarmento, M. (2008). *Guia Prático sobre a Metodologia para a Elaboração, Escrita e Apresentação de Teses de Doutoramento, Dissertações de Mestrado e Trabalhos de Investigação Aplicada* (2.^a ed.). Lisboa: Universidade Lusíada Editora.

APÊNDICES

APÊNDICE A – ENTREVISTAS

A.1 - GUIÃO DE ENTREVISTA



ACADEMIA MILITAR DIRECÇÃO DE ENSINO

Mestrado em Ciências Militares – Especialidade Segurança

TRABALHO DE INVESTIGAÇÃO APLICADA

ENTREVISTA NO ÂMBITO DO TRABALHO

“Combate ao narcotráfico na orla costeira portuguesa”

ALUNO: Aspirante Élio José Ricos Olhos Rosado

ORIENTADOR: Capitão João Rafael Lavado Eufrazio

Lisboa, Maio de 2011

CARTA DE APRESENTAÇÃO

Esta Entrevista insere-se no âmbito do Trabalho de Investigação Aplicada, subordinado ao tema “**Combate ao narcotráfico na orla costeira portuguesa**”. Este trabalho materializa o final do curso da Academia Militar, tendo em vista a obtenção do grau de Mestre em Ciências Militares – GNR Infantaria

O objectivo geral desta entrevista é verificar que tipo de coordenação existe entre a Unidade de Controlo Costeiro, Polícia Marítima e Polícia Judiciária no que concerne ao combate ao narcotráfico. Também pretende averiguar se as competências atribuídas pela LOIC, Leis Orgânicas e por outros diplomas ou regulamentos se adequam á actividade policial das forças e serviços de segurança supra mencionadas. Por fim, analisar se as competências de investigação criminal (no âmbito de tráfico de estupefacientes) estão bem distribuídas, tendo em conta a actividade operacional de cada força e serviço de segurança.

Para dar sustentabilidade ao trabalho pretende-se realizar entrevistas a três entidades distintas: Comandantes de destacamentos e subdestacamentos da Unidade de Controlo Costeiro (GNR); Comandantes da Polícia Marítima e á entidade da Polícia Judiciária responsável pela Unidade Nacional de Combate ao Tráfico de Estupefacientes. Deste modo poderemos ter em conta vários pontos de vista sobre as temáticas abordadas, tirando as ilações necessárias para complementar o trabalho de investigação aplicada.

Deste modo, assume-se como fundamental para a realização da parte prática do trabalho de investigação aplicada, entrevistar V. Ex.^a. Esta entrevista servirá como ponte entre a pesquisa teórica e todo o trabalho de campo que se pretende desenvolver. Desta forma solícito a V. Ex.^a que me conceda esta entrevista, que servirá de suporte para atingir os objectivos desta investigação.

Terei todo o gosto em facultar a V. Ex.^a os dados resultantes da análise da presente entrevista, antes da concretização do documento final.

Grato pela sua colaboração.

Atenciosamente,

Élio Rosado,

Aspirante Infantaria

ENTREVISTA – Tipo A

Caracterização do inquirido:

Posto:

Nome:

Data:

Função:

Perguntas:

Pergunta 1- Que tipo de colaboração existe entre a UCC, a PM e a PJ? Se acha que a mesma consegue fazer face às necessidades inerentes a situações de combate ao narcotráfico? (Rapidez de actuação e boa coordenação de meios).

Pergunta 2- Considera vantajoso que as duas forças, a UCC e a PM, tenham competência no âmbito da investigação criminal, criando desta forma equipas de investigação criminal especializadas no tráfico de estupefacientes?

Pergunta 3- Que tipo de colaboração existe entre a UCC e os D TER da ZA? É usual haver troca de informação entre o NIC e a UCC? Considera que é uma mais-valia, o facto de a UCC ter uma ligação interna com militares do NIC?

Pergunta 4- De que forma está a funcionar o SIVICC? Se neste momento é uma mais-valia para a acção operacional da UCC?

Pergunta 5- Ao terem homens no terreno, com formação de investigação criminal, não seria o patrulhamento mais rentável? Uma vez que seria mais direccionado e focalizado?

Pergunta 6- Em que medida, as competências atribuídas pela LOIC, Leis Orgânica e por outros diplomas ou regulamentos se adequam á actividade policial da UCC?

ENTREVISTA – Tipo B

Caracterização do inquirido:

Posto:

Nome:

Data:

Função:

Perguntas:

Pergunta 1- Quais as limitações da UNCTE no Combate ao narcotráfico? Há limitações ao nível da capacidade de intervenção?

Pergunta 2- Seria/É importante o contributo operacional da GNR em termos de auxílio na intervenção e/ou vigilância costeira à PJ?

Pergunta 3- Será importante a UCC estabelecer uma ligação mais estreita com as equipas operacionais da UNCTE, seja em termos de cooperação ou até treinos, no que diz respeito à capacidade de intervenção, nomeadamente através das *Boarding Teams* para intervenção policial em ambiente marítimo ou através das equipas de vigilância de costa?

Pergunta 4- Vê o SIVICC como uma mais-valia para a PJ, nomeadamente no combate ao tráfico de droga via marítima? Em que termos e de que forma este lhe poderá ser mais útil? (os operadores da UCC informarem em tempo útil ou ter um elemento da PJ no CCCO)

ENTREVISTA – Tipo C

Caracterização do inquirido:

Posto:

Nome:

Data:

Função:

Perguntas:

Pergunta 1- No que diz respeito à troca e partilha de informação, qual a ligação que existe entre a UCC e outras entidades com responsabilidades no âmbito do tráfico de droga via marítima (PJ e SAM/PM)?

Pergunta 2- Qual a relação com os NIC dos Comandos Territoriais? Como funciona o nosso canal de informação interno?

Pergunta 3- Operacionalmente acha que temos capacidade de responder às necessidades solicitadas pela PJ ou pela AJ?

Pergunta 4- Em que medida, as competências atribuídas pela LOIC, Lei Orgânica e por outros diplomas ou regulamentos se adequam à actividade policial da UCC?

A.2 - ENTREVISTA Nº1 – TIPO A

Caracterização do inquirido:

Posto: Tenente-coronel

Nome: Palhau

Data: 15/05/2011

Função: Comandante DCC

Perguntas/Respostas:

Pergunta 1- Que tipo de colaboração existe entre a UCC, a PM e a PJ? Se acha que a mesma consegue fazer face às necessidades inerentes a situações de combate ao narcotráfico? (Rapidez de actuação e boa coordenação de meios).

Respostas 1- A UCC é a herdeira das competências da extinta Brigada Fiscal. A missão e atribuições da UCC estão descritas na Lei Orgânica da GNR. Igualmente também a PM e PJ tem legislado as suas competências e atribuições específicas. Nem sempre a colaboração entre estas entidades é possível, pois as competências podem cruzar-se, sendo assim mais difícil a coordenação dos meios de cada uma.

Relativamente á UNCTE existe uma relação excelente e fabulosa, que tem vindo a dar frutos, nomeadamente no que consiste em operações conjuntas. As boas relações, e boa coordenação de meios permitiram que se realizasse duas operações de relevo. (Operação Tridente (2009); Operação Aleluia 2010). Revela assim que quando há uma capacidade de cooperação essa mesma relação é sempre frutífera. (eficaz no combate ao trafico via marítima) podendo sempre melhorar.

Pergunta 2- Considera vantajoso que as duas forças, a UCC e a PM, tenham competência no âmbito da investigação criminal, criando desta forma equipas de investigação criminal especializadas no tráfico de estupefacientes?

Respostas 2- Em relação á PM, tenho a ideia empírica que seria muito difícil avançar com um projecto tão grande como a investigação criminal, uma vez que na sua formação base não consta qualquer tipo destas matérias. Não sendo uma área muito simples, seria incomportável começar um projecto deste cariz de raiz.

Acho que deveríamos implementar uma estrutura semelhante á da nossa vizinha Espanha, em que tanto a Guarda civil, como a Policia Nacional tem na sua estrutura uma Polícia judicial, sendo as mesmas autónomas. Desta forma não existe

monopólio de investigação destes tipos de crimes, mas sim uma competição saudável e consequentemente uma cristalização de investigação (Quando só há uma polícia com competência deste tipo de crimes, a investigação dos processos nunca é transparente.)

O que muitas acontece, é que como os homens não tem formação adequada, o amadorismo leva a que muitas informações importantes nunca cheguem a quem de direito. Deveria ser vislumbrada uma forma mais eficiente de levar a que pequenas informações (ao alcance das forças de segurança que estabelecem contacto com a população) a dar grandes processos de investigação.

Tal se houvesse um coordenador de todas as polícias, que chamasse a si a competência de investigação e depois delegasse aos OPC com mais competência, e com mais condições para levar o processo a bom porto.

Muitos investigação não são levadas ao fim por falta de formação dos militares que tem acesso á mesma.

Pergunta 3- Que tipo de colaboração existe entre a UCC e os DTER da ZA? É usual haver troca de informação entre o NIC e a UCC? Considera que é uma mais-valia, o facto de a UCC ter uma ligação interna com militares do NIC?

Resposta 3- No meu entender, o NIC recolhe informação e há uma partilha da mesma por toda a estrutura da GNR, desde que haja condições para tal. Temos como o exemplo o do SDCC de Portimão, sediado no DTER de Portimão, em que há uma cooperação sempre que assim o entenda e sempre que solicitado. Muitas vezes também é disponibilizado material ao territorial, apoio técnico. Convém sempre que haja uma ligação entre comandante de DCC e Comandante Territorial. O que acontece muitas vezes é que não há disciplina no tratamento de informação. Não há um controlo de informação interna e esta nunca é transmitida pelos canais próprios, para quem de direito (Comandante directo).

Pergunta 4- De que forma está a funcionar o SIVICC? Se neste momento é uma mais-valia para a acção operacional da UCC?

Resposta 4- Actualmente, o SIVICC encontra-se numa fase de implementação não estando ainda a funcionar em pleno. Estão previstos 5 postos de observação e apenas um PO (Ancão) está a funcionar. No entanto na área onde é operado é uma mais-valia. É inegável que o SIVICC representa uma mais-valia para a segurança interna do país, sendo um meio único e com capacidades ímpares que poderá detectar ilícitos como o tráfico de estupefacientes ou a imigração ilegal, podendo

também ter um papel importante na poluição marítima e no âmbito da busca e salvamento.

Pergunta 5- Ao terem homens no terreno, com formação de investigação criminal, não seria o patrulhamento mais rentável? Uma vez que seria mais direccionado e focalizado?

Respostas 5- Nesta área específica, para o patrulhamento são necessários homens com experiência no terreno. Não tem que ter necessariamente formação específica de investigação criminal, mas sim na sua formação base os conhecimentos para saber quais são as suas competências neste âmbito. Saber que actuam em flagrante delito, e que recolhem informação que posteriormente são transmitida para quem de direito.

Pergunta 6- Em que medida, as competências atribuídas pela LOIC, Lei Orgânica e por outros diplomas ou regulamentos se adequam à actividade policial da UCC?

Respostas 6- As missões e atribuições das UCC estão bem explícitas na Lei Orgânica da GNR. Desta feita os militares estão conscientes qual a sua actuação perante as diversas situações com que se podem deparar no âmbito do tráfico via marítima. Só actuam em situações de flagrante delito ou recolha de informação e comunicam à PJ, visto esta ter competência reservada, com a autorização do oficial responsável. Todas as restantes diplomas atribuem baias bem determinadas à nossa missão.

A.3 - ENTREVISTA Nº2 – TIPO A

Caracterização do inquirido:

Posto: Tenente

Nome: Cordeiro

Data: 28/03/2011

Função: Comandante SDCC de VRSA

Perguntas/Respostas:

Pergunta 1- Que tipo de colaboração existe entre a UCC, a PM e a PJ? Se acha que a mesma consegue fazer face às necessidades inerentes a situações de combate ao narcotráfico? (Rapidez de actuação e boa coordenação de meios).

Respostas 1- No que toca à PM e falando no caso concreto deste SDCC, é de referir que já por diversas vezes se levaram a cabo operações conjuntas, temos como exemplo um simulacro de incêndio a bordo de embarcação de pesca, onde nos foi solicitada colaboração no sentido de manter segurança e prestar auxílio numa primeira intervenção; operação conjunta de combate e tentativa de intersecção de embarcações espanholas a praticar pesca ilegal nas nossas águas territoriais (operação que contou com uma equipa do Grupo de Intervenção de Ordem Pública a bordo da LVI Ribamar e presença de inspectores da DGPA); operação de combate às infracções no âmbito dos regulamentos de pesca e regime de primeira venda de pescado fresco, realizada na passada semana. Todas estas situações de colaboração, para além de focalizarem os objectivos principais das mesmas, têm tido como resultado o estreitar da colaboração entre as duas forças, o que já se mostrou muito útil em diversos momentos.

A respeito do combate ao narcotráfico, nunca foi coordenada qualquer operação, se bem que com o cruzamento de alguma informação, nos tem sido possível otimizar os meios empregues, evitando sobreposição de forças.

Ao nível da PJ, apenas nos têm sido solicitadas colaborações muito pontuais de intervenção, estas sim viradas para o combate ao tráfico internacional de estupefacientes. Julgo que ainda muito está por fazer, sendo que por vezes andamos de costas voltadas, quando seria de esperar o oposto da entidade com o pendor da coordenação do combate a este tipo de acção criminal.

Pergunta 2- Considera vantajoso que as duas forças, a UCC e a PM, tenham competência no âmbito da investigação criminal, criando desta forma equipas de investigação criminal especializadas no tráfico de estupefacientes?

Respostas 2- Não, sou da opinião que se deve especializar uma força ou serviço e não especializar todas as FFSS em todas as valências. Seria certamente vantajoso termos uma estrutura como a da *Guardia Civil*, na qual a PJ está esta inserida e dependente, troca informação diariamente e colabora com todas as valências que ao seu lado trabalham, como é o caso do Serviço Marítimo, Territorial, Trânsito, etc.

Pergunta 3- Que tipo de colaboração existe entre a UCC e os DTER da ZA? É usual haver troca de informação entre o NIC e a UCC? Considera que é uma mais-valia, o facto de a UCC ter uma ligação interna com militares do NIC?

Resposta 3- A relação com o DTer Tavira tem-se mostrado boa e útil. As colaborações têm sido muitas vezes no sentido de cortar a fronteira terrestre com a vizinha Espanha, materializada pela ponte internacional do Guadiana. A troca de informação com o NIC faz-se de modo informal, sendo que já sucederam situações concretas de colaboração de militares do mesmo em actividades que só ao nosso serviço beneficiavam.

Também são utilizados meios cinotécnicos do Comando Territorial de Faro e instalações do DTer Tavira no sentido de otimizar o nosso desempenho operacional.

De facto, dado o panorama actual, qualquer fonte válida de informação é bem-vinda, nesta ZA e como já foi referido, essa ligação apenas é feita de modo informal, fomentada por laços que vão para além do relacionamento a que a instituição obriga.

Pergunta 4- De que forma está a funcionar o SIVICC? Se neste momento é uma mais-valia para a acção operacional da UCC?

Resposta 4- Neste momento ainda funciona com falhas. Actualmente, em toda a extensão da costa sul do Algarve, apenas está implementado em fase de teste no posto de Ancão. Nesta fase de teste, constata-se que as capacidades do sistema poderão estar aquém do necessário.

Pergunta 5- Ao terem homens no terreno, com formação de investigação criminal, não seria o patrulhamento mais rentável? Uma vez que seria mais direccionado e focalizado?

Respostas 5- Remeto para a resposta à pergunta 2, não se podem desempenhar com excelência todas as valências em todas as FFSS, uma vez que não basta ter formação, formação essa que considero desactualizada na Guarda, precisaríamos

de meios e suporte legal para escutas, colocação de localizadores GPS em embarcações e viaturas e meios capazes de intersectar o adversário que por vezes utiliza a melhor tecnologia que o narcotráfico pode adquirir.

Pergunta 6- Em que medida, as competências atribuídas pela LOIC, Leis Orgânica e por outros diplomas ou regulamentos se adequam à actividade policial da UCC?

Respostas 6- As competências não são explícitas, permitem sobreposições e relegam para a PJ uma soberania desajustada, em suma, não vejo necessidade de várias forças desempenharem a mesma função e de forma descoordenada

A.4 - ENTREVISTA Nº3 – TIPO A

Caracterização do inquirido:

Posto: Tenente

Nome: Mendes

Data: 16/05/2011

Função: Comandante SDCC de Portimão

Perguntas/Respostas:

Pergunta 1- Que tipo de colaboração existe entre a UCC, a PM e a PJ? Se acha que a mesma consegue fazer face às necessidades inerentes a situações de combate ao narcotráfico? (Rapidez de actuação e boa coordenação de meios).

Respostas 1- Cada uma das instituições possui as suas competências e atribuições específicas, contudo é normal que algumas dessas competências se cruzem. É nesse cruzamento que a colaboração se deve fazer sentir, apenas com o objectivo único de proteger bens e pessoas e simultaneamente prevenir e reprimir actividades ilícitas. Da experiência que possuo, tendo que me cingir à realidade que conheço, especificamente à região do Algarve, sou da opinião que a colaboração entre UCC, PJ e PM existe, no entanto poderia funcionar de forma mais eficaz. Quanto à questão se essa colaboração é eficaz no combate ao tráfico de estupefacientes por via marítima é difícil de responder mas certamente que muito haverá a fazer. O DCC de Olhão possui um efectivo superior a duzentos militares e que é empenhado diariamente na vigilância da Costa e do Mar Territorial, numero muito superior ao efectivo da PM na Zona Marítima do Sul e ainda mais que o número dos inspectores dedicados ao tráfico de estupefacientes, não tendo estes capacidade para dar resposta a muitas das situações de tráfico de estupefacientes por via marítima. Embora a PJ tenha competência específica nesta área, a UCC, segundo o artigo 40.º da Lei Orgânica da GNR, possui, para além do cumprimento da Missão Geral da GNR na Costa e Mar Territorial, competências específicas no patrulhamento, vigilância e intercepção, marítima ou terrestre. Por estas razões, e ainda pelo facto de possuímos militares diariamente no terreno desempenhando funções de acordo com a missão da UCC, estranho o facto de raramente termos tido solicitações por parte de outras entidades no sentido de prestar colaboração numa situação que envolvesse tráfico de estupefacientes.

Pergunta 2- Considera vantajoso que as duas forças, a UCC e a PM, tenham competência no âmbito da investigação criminal, criando desta forma equipas de investigação criminal especializadas no tráfico de estupefacientes?

Respostas 2- Quanto ao facto da UCC possuir competências de investigação no crime de tráfico de estupefacientes, julgo que seria muito vantajoso. Seria uma forma de conseguirmos ir mais longe em determinadas situações. Tendo competência e meios de investigação, aliado ao facto de sermos uma força de quadrícula e ainda à experiência acumulada dos nossos militares, estou certo que muito de melhor seria feito neste âmbito. Actualmente estamos cingidos ao flagrante delito detectado pelos nossos serviços de vigilância, não podendo posteriormente efectuar a investigação ou abrir um inquérito decorrente de uma situação suspeita. É certo que a investigação será levada a cabo pela PJ mas julgo que, não querendo diminuir o trabalho da PJ, seria mais proveitoso a investigação ser feita por alguém que trabalha diariamente e apenas na vigilância e controlo da Costa e Mar Territorial, possuindo uma especificidade no seu trabalho que poderia resultar numa mais-valia na investigação destes crimes.

No caso da PM, entendo que não, iria agravar ainda mais o conflito latente de duplicação de meios e competências entre a GNR e a Marinha.

Pergunta 3- Que tipo de colaboração existe entre a UCC e os D TER da ZA? É usual haver troca de informação entre o NIC e a UCC? Considera que é uma mais-valia, o facto de a UCC ter uma ligação interna com militares do NIC?

Resposta 3- No caso particular do SDCC de Portimão, é normal haver uma troca recíproca de informação com os DTRR, nomeadamente com o NIC. Sempre que é recolhida uma notícia por uma das partes que possa ter interesse para o serviço do outro é normal que essa notícia ou informação seja transmitida.

Qualquer serviço ou força de segurança deve ter as suas fontes de informação, não devendo menosprezar nenhuma delas, obviamente que uma boa relação com os militares do NIC é importante. São elementos com formação específica e que as suas funções passam muito pela recolha de notícias. O facto de pertencermos à mesma instituição facilita a troca de impressões e informações relevantes para o serviço.

Pergunta 4- De que forma está a funcionar o SIVICC? Se neste momento é uma mais-valia para a acção operacional da UCC?

Resposta 4- Actualmente, o SIVICC encontra-se numa fase de implementação, não estando ainda a funcionar em pleno, no entanto já nos dá algumas garantias, pois nos locais onde o sistema está operacional permite vigiar uma extensão de costa que antes não seria possível, permitindo também uma maior facilidade de coordenação entre as equipas de vigilância e patrulhamento terrestre e marítimo.

É inegável que o SIVICC representa uma mais-valia para a segurança interna do país, sendo um meio único e com capacidades ímpares que poderá detectar ilícitos como o tráfico de estupefacientes ou a imigração ilegal, podendo também ter um papel importante na poluição marítima e no âmbito da busca e salvamento.

Pergunta 5- Ao terem homens no terreno, com formação de investigação criminal, não seria o patrulhamento mais rentável? Uma vez que seria mais direccionado e focalizado?

Respostas 5- Sem dúvida, como já tinha referido antes, militares que conhecem o terreno, as pessoas e o meio envolvente, bem como algumas dinâmicas da actuação do adversário, com formação no domínio da investigação criminal iriam naturalmente melhorar a sua actuação aumentando assim a eficácia operacional da UCC.

Pergunta 6- Em que medida, as competências atribuídas pela LOIC, Leis Orgânica e por outros diplomas ou regulamentos se adequam à actividade policial da UCC?

Respostas 6- É necessário termos presente que a investigação do crime de tráfico de estupefacientes e substâncias psicotrópicas é competência exclusiva da Polícia Judiciária por força da alínea i) do artigo 7.º da LOIC, que por sua vez remete para o D.L. 15/93. No entanto é de referir que o D.L. 81/95, que alterou o artigo 57.º do D.L. 15/93, no número 3 do seu artigo 3.º refere que cabe à GNR através da Brigada Fiscal, incidir prioritariamente a sua acção na fronteira marítima, em particular nos pontos que ofereçam condições propícias ao desembarque clandestino de estupefacientes. Funções que com a extinção da Brigada Fiscal passaram para a Unidade de Controlo Costeiro. Por sua vez a Lei Orgânica da GNR refere no seu artigo 40.º que a UCC é a unidade especializada responsável pelo cumprimento da missão da Guarda em toda a extensão da costa e no mar territorial, com competências específicas de vigilância, patrulhamento e intercepção terrestre ou marítima em toda a costa e mar territorial do continente e das Regiões Autónomas, competindo-lhe, ainda, gerir e operar o SIVICC, distribuído ao longo da orla marítima. Perante isto, não há dúvidas que no âmbito do tráfico de estupefacientes por via marítima, a investigação é competência exclusiva da PJ. No entanto, por outro lado, existem outros diplomas que nos dão responsabilidades acrescidas na vigilância e

controlo da costa e mar territorial, passando obrigatoriamente pelo tráfico de estupefacientes. Como é compreensível isto pode gerar alguns conflitos de competências o que nunca é saudável na relação entre instituições. Para além disso limita o trabalho da UCC e dos seus elementos que possuem grande experiência acumulada neste âmbito, até pela história da Brigada Fiscal e da Guarda Fiscal que sempre teve um papel importante no controlo das fronteiras marítimas. Posto isto, julgo que a atribuição de competências neste domínio deveria ser repensada.

A.5 - ENTREVISTA Nº4 – TIPO B

Caracterização do inquirido:

Posto: Inspector coordenador

Nome: José Ferreira

Data: 10/06/2011

Função: Coordenador operacional da UNCTE

Perguntas/Respostas:

Pergunta 1- Quais as limitações da UNCTE no Combate ao narcotráfico? Há limitações ao nível da capacidade de intervenção?

Resposta 1- Essencialmente a recolha de informação credível e sustentável que permita desenvolver uma investigação continuada e frutífera. Por sua vez, as entidades que desenvolvem este tipo de actividades ilícitas, são organizações criminosas com um grau de profissionalismo elevado. Especialmente no que diz respeito ao tráfico de cocaína, que implica viagens de longa distancia (América do sul), plataformas logísticas e uma disponibilidade financeira maior. Enquanto o trafico de haxixe, proveniente essencialmente de Marrocos torna-se mais simples o seu transporte. Este tipo de tráfico por via marítima, pela quantidade de estupefaciente que movimenta, requer um maior profissionalismo nas acções que realizam, quer no que respeita á comunicação interna (informação que partilham), quer na precaução da escolha do local de desembarque. Acabam por tomar medidas de auto-protecção que dificultam todo o nosso trabalho. A quantidade de dinheiro que está envolvida possibilita que este tipo de grupos apenas façam um desembarque por ano, o que não nos permite seguir continuamente os indivíduos que praticam este tipo de ilícitos.

Como em todas as forças enfrentamos a inevitável escassez de meios, não sendo esse o nosso maior problema. Apesar da nossa competência exclusiva para este tipo de fenómeno, não temos meios para intervir no meio aquático. Também não dispomos de meios de vigilância nocturna, nem diurna para colocar no terreno (apenas casos pontuais). Em suma, não dispomos de meios aéreos, navais, de vigilância e intervenção em meio aquático. Temos no entanto a possibilidade de utilizar todos esses meios, pois os mesmos podem ser solicitados via cooperação institucional a outras entidades cooperantes (UCC e Marinha).

Pergunta 2- Seria/É importante o contributo operacional da GNR em termos de auxilio na intervenção e/ou vigilância costeira à PJ?

Resposta 2- Neste âmbito do tráfico via marítima só a UCC. Como disse são colmatadas as nossas limitações com meios de outras entidades, que são solicitadas em situações específicas. Se a informação partiu dessa entidade é sempre solicitado (quando assim é necessário), o auxílio em termos de meios. Normalmente recorre-se á PM ou UCC para montar os meios de vigilância necessários. Muitas vezes antes de conseguirmos chegar ao local activamos os meios terrestres dessas mesmas forças. Por vezes também pode ser solicitada a colaboração, no sentido de abordar embarcações em meio aquático, com as Lanchas de Vigilância e Intersecção. Também auxilia na recolha de informação e na possibilidade de deter indivíduos em fuga. Em suma a UCC, constitui-se como um auxílio importante e colaborador essencialmente na abordagem em meio aquático.

Pergunta 3- Será importante a UCC estabelecer uma ligação mais estreita com as equipas operacionais da UNCTE, seja em termos de cooperação ou até treinos, no que diz respeito à capacidade de intervenção, nomeadamente através das *Boarding Teams* para intervenção policial em ambiente marítimo ou através das equipas de vigilância de costa?

Resposta 3- “O projecto mediterrâneo” tem na sua génese operações conjuntas de vigilância e intersecção (Posto de comando misto, equipas mistas). Apesar de terem sido realizados apenas exercícios, que envolveram forças como (PM, PJ, UCC e *Guardia civil*) este é um modo de estreitar relações entre as diferentes entidades. Funciona como uma forma de conhecer as pessoas que trabalham neste âmbito. Assim, quando forem situações reais já se sabe como cada um trabalha e o que cada um tem que fazer. Normalmente, quando há a necessidade de solicitar meios, só se pede colaboração a uma entidade (ou UCC ou PM ou Marinha) devido á reserva de informação que estas situações requerem.

No que diz respeito às *Boarding team* penso que seja uma iniciativa nova na UCC. Quando são planeadas operações deste âmbito (abordagem em meio aquático) é necessário ter em conta o *modo operandi* dos criminosos em questão. Se for em situações que seja presumível a fuga para alto mar ou que a intersecção seja a mais de 12 milhas é solicitada a colaboração da marinha de guerra, devido aos meios operacionais que dispõem. Mais uma vez, se a informação partir da UCC e se a intersecção for presumivelmente na zona contígua podem ser pedido a colaboração e os meios disponíveis. Sendo este tipo de equipas recentes na UCC nem sempre a abordagem em termos operacionais é viável, pois é complicado abordar com as Lanchas de Vigilância e Intersecção (semi-rígidos mais manobráveis que Lanchas de Vigilância e Intersecção). No fundo a marinha tem mais meios navais (corveta e semi-rígidos), o que pode-nos dar mais garantias, porque nem sempre sabemos se

abordagem é feita às 5milhas ou se temos que entrar num seguimento até as 40milhas. Não quer isto dizer, que as *boardings teams* depois de alvo de treinos conjuntos (demonstrado os meios á PJ) e acções de sensibilização com o intuito de dar a conhecer os meios que a UCC tem, não possam ser uma mais-valia no futuro.

Pergunta 4- Vê o SIVICC como uma mais-valia para a PJ, nomeadamente no combate ao tráfico de droga via marítima? Em que termos e de que forma este lhe poderá ser mais útil? (os operadores da UCC informarem em tempo útil ou ter um elemento da PJ no Centro de Controlo e Comando Operacional)

Resposta 4- O SIVICC é uma mais-valia para a orla costeira e para a segurança interna de Portugal. A GNR terá de deter os meios necessários para o operar e para usufruir operacionalmente deste sistema. Sem dúvida que o SIVICC é mais propício a detectar situações de tráfico de haxixe, devido às características do mesmo. O transporte é feito em semi-rígidos, de noite e o desembarque é preferencialmente na praia. Em situações de tráfico de cocaína é mais difícil de acontecer, pois normalmente o transporte é feito em embarcações pesqueiras.

Os operadores informarem em tempo útil é o ideal! Não é descabido haver um elemento da PJ no Centro de Comando e Controlo Operacional, pois o contacto seria directo e este indivíduo faria uma triagem directamente da informação. Se houver interesse das duas partes teria de ser 24/7. No entanto, talvez o mais viável seja o operador da UCC ter permanentemente o contacto de alguém da PJ. Informando sempre que necessário.

A.6 - ENTREVISTA Nº5 – TIPO C

Caracterização do inquirido:

Posto: Tenente-coronel

Nome: Júlio

Data: 13/7/2010

Função: Comandante SOIRP

Perguntas/ Respostas:

Pergunta 1- No que diz respeito à troca e partilha de informação, qual a ligação que existe entre a UCC e outras entidades com responsabilidades no âmbito do tráfico de droga via marítima (PJ e SAM/PM)?

Resposta 1- O tráfico de droga é uma competência reservada da PJ, como tal é ela que nos fornece a informação relativa a embarcações suspeitas. Se por ventura tivermos informação sobre essas embarcações é a PJ que se comunica. Portanto, é usual haver uma comunicação e ligação diária com a PJ no sentido de dar a conhecer quais as embarcações e respectiva tripulação, que estão referenciadas por eles e se encontram nos nossos portos. Por sua vez vão-nos actualizando diariamente a lista de embarcações que consideram suspeitas. Em termos da PM não existe ligação, visto ser a PJ a entidade com competência reservada no âmbito do tráfico da droga. Naturalmente se tivermos de fazer uma acção conjunta nesse âmbito, estamos completamente disponíveis.

Pergunta 2- Qual a relação com os NIC dos Comandos Territoriais? Como funciona o nosso canal de informação interno?

Resposta 2- A actuação da UCC é missão completamente diferente da territorial. A UCC tem a competência específica, que é a vigilância da costa e que naturalmente não se enquadra nos NIC territoriais. Embora a missão da UCC englobe a missão geral da GNR é essencialmente desenvolvida na sua competência específica. Portanto a relação com os NIC não temos, porque a missão é totalmente diferente. Pode eventualmente existir ligações, visto a UCC receber informações do Comando Geral, sobre suspeitas, sobre roubos ou outras situações delituosas. Mediante esses relatórios de informações, que chegam aos nossos DCC, caso detectemos alguma coisa relevante sobre essas situações, a UCC comunica aos respectivos

Comandos Territoriais. Mais que isso, não se concretiza, até porque a UCC não tem investigação criminal.

Pergunta 3- Operacionalmente acha que temos capacidade de responder às necessidades solicitadas pela PJ ou pela AJ?

Resposta 3- É usual a UCC actuar em conjunto com a PJ, há determinado meios que só nos é que temos, nomeadamente as câmaras de visão nocturna. Se a PJ tem a necessidade do nosso apoio, nos cooperamos quer com os meios de visão nocturna, quer com outros meios que possam solicitar. Posso afirmar que estamos em condições de responder às solicitações da PJ, desde que não peçam algo que extravase as nossas capacidades e os nossos meios. No que diz respeito à AJ é exactamente a mesma coisa, com a ressalva que a AJ não se corresponde directamente com a UCC, visto não termos investigação criminal, logo à partida não nos solicitam nada.

Pergunta 4- Em que medida, as competências atribuídas pela LOIC, Lei Orgânica e por outros diplomas ou regulamentos se adequam à actividade policial da UCC?

Resposta 4- A LOIC enquadra as polícias no geral no âmbito da competência da investigação criminal, no entanto a Lei Orgânica da GNR já mexe um pouco com a competência da UCC. O previsto sistema de vigilância da costa implica de facto, que nos estejamos a olhar para o mar. É essa a nossa missão, vigiar a fronteira marítima. Como se sabe os meios técnicos e meios humanos não são suficientes para detectar todas as infracções. Seria importante que a UCC tivesse acesso a mais informação, que tivesse a competência que nos foi retirada em termos de investigação e consequentemente uma parte de informações. Até porque existe redes com historial, que vem do tabaco e passaram para a droga. Há redes até no tráfico da amêijoia e dos bivalves. Para detectar e apanhar essas redes precisamos, de facto, da investigação. Visto a Lei Orgânica da GNR não nos atribuí essa competência retiramos capacidades. De qualquer maneira cumprimos o melhor que conseguimos face às limitações, e temos conseguido fazer algum trabalho significativo.

ANEXOS

ANEXO A – TABELAS DE PROVENIÊNCIA, DESTINO E TRANSPORTE DE DROGA.

A.1 – PROVENIÊNCIA E DESTINO DA COCAÍNA.

FIGURA A.1: Proveniência e destino da cocaína

TIPO DE DROGA	PROVENIÊNCIA	DESTINO	GRAMA
			QUANTIDADE
COCAÍNA	BRASIL	PORTUGAL	2.140.868,860
	COLÔMBIA	ESPANHA	375.000,000
	VENEZUELA	PORTUGAL	345.506,660
	BRASIL	ESPANHA	118.638,954
	BRASIL	HOLANDA	20.413,970
	REPÚBLICA DOMINICANA	PORTUGAL	17.618,000
	BRASIL	BÉLGICA	16.587,440
	GUINÉ BISSAU	PORTUGAL	11.414,130
	GUINÉ BISSAU	ESPANHA	9.156,400
	PERU	FRANÇA	6.440,000
	REPÚBLICA DOMINICANA	ESPANHA	6.300,000
	PERU	PORTUGAL	5.977,700
	BRASIL	GUINÉ BISSAU	5.784,300
	ESPANHA	PORTUGAL	5.221,472
	GUINÉ BISSAU	ITÁLIA	4.552,600
	BOLÍVIA	ESPANHA	4.400,000
	SENEGAL	REINO UNIDO	3.740,000
	ARGENTINA	PORTUGAL	3.653,000
	MÉXICO	PORTUGAL	2.785,000
	BRASIL	ITÁLIA	2.525,100
	BRASIL	SUIÇA	2.392,340
	BRASIL	CABO VERDE	2.301,880
	BRASIL	MOÇAMBIQUE	2.241,378
	VENEZUELA	BÉLGICA	2.124,120
	CABO VERDE	PORTUGAL	2.115,000
	BRASIL	LUXEMBURGO	2.063,000
	BRASIL	COSTA DO MARFIM	1.548,710
	ARGENTINA	HOLANDA	1.360,180
	BRASIL	MALI	1.318,550
	ARGENTINA	ESPANHA	1.030,000
	PERU	ESPANHA	1.018,000
	SENEGAL	ESPANHA	1.005,000
	PARAGUAI	PORTUGAL	876,380
	BRASIL	FRANÇA	835,000
	SENEGAL	PORTUGAL	788,000
	EQUADOR	PORTUGAL	720,000
	HOLANDA	PORTUGAL	58,530
	ESPANHA	BRASIL	3,160
	DESCONHECIDO		77.240,438
			3.207.623,252

Fonte: *Relatório Anual de Estupefacientes*. Lisboa: UNCTE. (Consultado em 20 de Maio de 2011, disponível <http://www.policiajudiciaria.pt/PortalWeb/content?id={2BC81ED9-09C8-4248-BDD7-529F8D197EA8}>)

A.2 – PROVENIÊNCIA E DESTINO DA HEROÍNA.

FIGURA A.2: Proveniência e destino da heroína.

			GRAMA
TIPO DE DROGA	PROVENIÊNCIA	DESTINO	QUANTIDADE
HEROÍNA	HOLANDA	PORTUGAL	6.801,250
	ESPAÑA	PORTUGAL	811,760
	DESCONHECIDO		38.713,699
			46.326,709

Fonte: *Relatório Anual de Estupefacientes*. Lisboa: UNCTE. (Consultado em 20 de Maio de 2011, disponível <http://www.policiajudiciaria.pt/PortalWeb/content?id={2BC81ED9-09C8-4248-BDD7-529F8D197EA8}> }

A.3 – PROVENIÊNCIA E DESTINO DO HAXIXE.

FIGURA A.3: Proveniência e destino do Haxixe e Ecstasy.

			GRAMA
TIPO DE DROGA	PROVENIÊNCIA	DESTINO	QUANTIDADE
HAXIXE	MARROCOS	ESPANHA	9.925.884,120
	MARROCOS	PORTUGAL	5.419.366,800
	ESPANHA	PORTUGAL	103.309,119
	ARGENTINA	PORTUGAL	1.599,760
	ÍNDIA	PORTUGAL	214,000
	PORTUGAL	ESPANHA	169,200
	HOLANDA	BRASIL	102,020
	PORTUGAL	ÁUSTRIA	49,830
	ESPANHA	BRASIL	47,530
	PORTUGAL	REINO UNIDO	41,430
	DESCONHECIDO		17.713.145,165
			33.163.928,974

			GRAMA
TIPO DE DROGA	PROVENIÊNCIA	DESTINO	QUANTIDADE
ECSTASY	HOLANDA	BRASIL	30.690
	HOLANDA	PORTUGAL	5.092
	ESPANHA	PORTUGAL	1.044
	ARGENTINA	PORTUGAL	5
	DESCONHECIDO		11.171
			48.001

Fonte: *Relatório Anual de Estupefacientes*. Lisboa: UNCTE. (Consultado em 20 de Maio de 2011, disponível <http://www.policiajudiciaria.pt/PortalWeb/content?id={2BC81ED9-09C8-4248-BDD7-529F8D197EA8}>)

Segundo o relatório anual de estupefacientes de 2010:

“No tocante à heroína, as principais proveniências identificadas foram, por ordem decrescente, Holanda e Espanha. Quanto à cocaína, as maiores apreensões referenciam o Brasil, a Colômbia, a Venezuela, e a República Dominicana, como sendo os países que merecem maior destaque.

Relativamente ao haxixe, a proveniência mais referenciada continua a ser Marrocos e Espanha. Finalmente, no que ao ecstasy diz respeito, dos casos investigados relativos às quantidades apreendidas importa referir Holanda e Espanha como sendo potenciais países de origem.

Como resulta dos quadros que se seguem, no ano de 2010 foram referenciadas um total de 43 rotas de tráfico internacional. Em 32,6% desses fluxos a droga apreendida tinha como destino final o nosso país, o que significa que em matéria de tráfico internacional o território nacional é maioritariamente utilizado como ponto de trânsito para outros destinos: Espanha (9), Holanda (2), França (2), Reino Unido (2), Itália (2), Bélgica (2), Áustria (1), Luxemburgo (1), Suíça (1), Brasil (1), Moçambique (1), Guiné-Bissau (1), Cabo Verde (1), Cabo do Marfim (1), e Mali (1)”.

A.4 – TRANSPORTES E TIPOS DE DROGA.

FIGURA A.4: Transportes e tipos de droga.

				GRAMA	UNIDADE
		HEROÍNA	COCAÍNA	HAXIXE	ECSTASY
AÉREO	AERONAVE	9.640,830	564.538,902	19.129,340	30.695
	OUTROS	1.918,350	28.736,030	43,960	
TRANSPORTE MARÍTIMO	EMBARCAÇÃO	596,000	422.100,000	16.433.902,000	
	OUTROS		1.736.050,000	2.692.800,000	
TRANSPORTE TERRESTRE	PESADO PASSAGEIROS		1.280,230	490,077	
	COMBOIO	68,630	98,880	1.087,060	
	LIGEIRO	17.299,239	395.892,046	583.230,090	13.744
	LIGEIRO DE MERCADORIAS	13,150	20,759	1.182,201	114
	PESADO			8.394.234,160	
	MISTO	312,050	0,200	2.396.165,000	
	MOTOCICLO	450,613	46,556	2.835,082	11
	OUTROS	14.216,736	52.771,089	189.328,117	3.339
POSTAL	AERONAVE		989,000	696,490	
	OUTROS	41,000	399,335	12.604,650	
TRANSPORTE DESCONHECIDO		1.770,111	4.700,225	2.436.200,747	98
TOTAL GERAL		46.326,709	3.207.623,252	33.163.928,974	48.001

Fonte: *Relatório Anual de Estupefacientes*. Lisboa: UNCTE. (Consultado em 20 de Maio de 2011, disponível <http://www.policiajudiciaria.pt/PortalWeb/content?id={2BC81ED9-09C8-4248-BDD7-529F8D197EA8}>)

Segundo o relatório anual de estupefacientes de 2010:

“Este quadro permite identificar os meios utilizados no transporte de importantes quantidades de estupefaciente.

Na heroína, os principais meios de transporte utilizados foram o terrestre (automóvel ligeiro) e o transporte aéreo (avião).

Relativamente à cocaína, os meios marítimos são os mais utilizados para efectivar o transporte de elevadas quantidades, sendo relevante também o transporte aéreo (avião).

No que concerne ao haxixe, o transporte marítimo e o terrestre são os mais representativos.

No ecstasy, os meios de transporte mais relevantes são o aéreo (pelas quantidades envolvidas) e o terrestre ligeiro (pelo número de casos associados).”

ANEXO B – EXTRACTO DO DECRETO - LEI N.º 15/93 DE 22 DE JANEIRO – REGIME JURÍDICO APLICÁVEL AO TRÁFICO E CONSUMO DE ESTUPEFACIENTES E SUBSTÂNCIAS PSICOTRÓPICAS.

CAPÍTULO III

Tráfico, branqueamento e outras infracções

Artigo 21º

Tráfico e outras actividades ilícitas

1 - Quem, sem para tal se encontrar autorizado, cultivar, produzir, fabricar, extrair, preparar, oferecer, puser à venda, vender, distribuir, comprar, ceder ou por qualquer título receber, proporcionar a outrém, transportar, importar, exportar, fizer transitar ou ilicitamente detiver, fora dos casos previstos no artigo 40º., plantas, substâncias ou preparações compreendidas nas tabelas I a III é punido com pena de prisão de 4 a 12 anos.

2 - Quem, agindo em contrário de autorização concedida nos termos do capítulo II, ilicitamente ceder, introduzir ou diligenciar por que outrém introduza no comércio plantas, substâncias ou preparações referidas no número anterior é punido com pena de prisão de 5 a 15 anos.

3 - Na pena prevista no número anterior incorre aquele que cultivar plantas, produzir ou fabricar substâncias ou preparações diversas das que constam do título de autorização.

4 - Se se tratar de substâncias ou preparações compreendidas na tabela IV, a pena é a de prisão de um a cinco anos.

Artigo 22º

Precursores

1 - Quem, sem se encontrar autorizado, fabricar, importar, exportar, transportar ou distribuir equipamento, materiais ou substâncias inscritas nas tabelas V e VI, sabendo que são ou vão ser utilizados no cultivo, produção ou fabrico ilícitos de estupefacientes ou substâncias psicotrópicas, é punido com pena de prisão de 2 a 10 anos.

2 - Quem, sem se encontrar autorizado, detiver, a qualquer título, equipamento, materiais ou substâncias inscritas nas tabelas V e VI, sabendo que são ou vão ser utilizados no cultivo, produção ou fabrico ilícitos de estupefacientes ou substâncias psicotrópicas, é punido com pena de prisão de um a cinco anos.

3 - Quando o agente seja titular de autorização nos termos do capítulo II, é punido:

- a) No caso do nº. 1, com pena de prisão de 3 a 12 anos;
- b) No caso do nº.2, com pena de prisão de dois a oito anos.

Artigo 23º 1

Conversão, transferência ou dissimulação de bens ou produtos

Artigo 24º

Agravação

As penas previstas nos artigos 21º e. 22º, são aumentadas de um quarto² nos seus limites mínimo e máximo se:

- a) As substâncias ou preparações foram entregues ou se destinavam a menores ou diminuídos psíquicos;
- b) As substâncias ou preparações foram distribuídas por grande número de pessoas;
- c) O agente obteve ou procurava obter avultada compensação remuneratória;
- d) O agente for funcionário incumbido da prevenção ou repressão dessas infracções;
- e) O agente for médico, farmacêutico ou qualquer outro técnico de saúde, funcionário dos serviços prisionais ou dos serviços de reinserção social, trabalhador dos correios, telégrafos, telefones ou telecomunicações, docente, educador ou trabalhador de estabelecimento de educação ou de trabalhador de serviços ou instituições de acção social e o facto for praticado no exercício da sua profissão;
- f) O agente participar em outras actividades criminosas organizadas de âmbito internacional;
- g) O agente participar em outras actividades ilegais facilitadas pela prática da infracção;
- h) A infracção tiver sido cometida em instalações de serviços de tratamento de consumidores de droga, de reinserção social, de serviços ou instituições de acção social, em estabelecimento prisional, unidade militar, estabelecimento de educação, ou em outros locais onde os alunos ou estudantes se dediquem à prática de actividades educativas, desportivas ou sociais, ou nas suas imediações;
- i) O agente utilizar a colaboração, por qualquer forma, de menores ou de diminuídos psíquicos;
- j) O agente actuar como membro de bando destinado à pratica reiterada dos crimes previstos nos artigos 21º. e 22º., com a colaboração de, pelo menos, outro membro do bando;
- l) As substâncias ou preparações foram corrompidas, alteradas ou adulteradas, por manipulação ou mistura, aumentando o perigo para a vida ou para a integridade física de outrem.

Artigo 25º

Tráfico de menor gravidade

Se, nos casos dos artigos 21º. e 22º., a ilicitude do facto se mostrar consideravelmente diminuída, tendo em conta nomeadamente os meios utilizados, a modalidade ou as circunstâncias da acção, a qualidade ou a quantidade das plantas, substâncias ou preparações, a pena é de:

- a) Prisão de um a cinco anos, se se tratar de plantas, substâncias ou preparações compreendidas nas tabelas I a III, V e VI;
- b) Prisão até 2 anos ou multa até 240 dias, no caso de substâncias ou preparações compreendidas na tabela IV. i

Artigo 26º

Traficante - consumidor

1 - Quando, pela prática de algum dos factos referidos no artigo 21º., o agente tiver por finalidade exclusiva conseguir plantas, substâncias ou preparações para uso pessoal, a pena é de prisão até três anos ou multa, se se tratar de plantas, substâncias ou preparações compreendidas nas tabelas I a III, ou de prisão até 1 ano ou multa até 120 dias, no caso de substâncias ou preparações compreendidas na tabela IV.

2 - A tentativa é punível.

3 - Não é aplicável o disposto no nº1 quando o agente detiver plantas, substâncias ou preparações em quantidade que exceda a necessária para o consumo médio individual durante o período de cinco dias.

Artigo 27º

Abuso do exercício de profissão

1 - As penas previstas nos artigos 21º., nº.2 e 4, e 25º. são aplicadas ao médico que passe receitas, ministre ou entregue substâncias ou preparações aí indicadas com fim não terapêutico.

2 - As mesmas penas são aplicadas ao farmacêutico ou a quem o substitua na sua ausência ou impedimento que vender ou entregar aquelas substâncias ou preparações para fim não terapêutico.

3 - Em caso de condenação nos termos dos números anteriores, o tribunal comunica as decisões à Ordem dos Médicos ou à Ordem dos Farmacêuticos.

4 - A entrega de substâncias ou preparações a doente mental manifesto ou a menor, com violação do disposto no artigo 19º., é punida com pena de prisão até 1 ano ou multa até 120 dias.

5 - A tentativa é punível.

Artigo 28º 1

Associações criminosas

1 - Quem promover, fundar ou financiar grupo, organização ou associação de duas ou mais pessoas que, actuando concertadamente, vise praticar algum dos crimes previstos nos artigos 21º. e 22º. é punido com pena de prisão de 10 a 25 anos.

2 - Quem prestar colaboração, directa ou indirecta, aderir ou apoiar o grupo, organização ou associação referidos no número anterior é punido com pena de prisão de 5 a 15 anos.

3 - Incorre na pena de 12 a 25 anos de prisão quem chefiar ou dirigir grupo, organização ou associação referidos no nº 1.

4 - Se o grupo, organização ou associação tiver como finalidade ou actividade a conversão, transferência, dissimulação ou receptação de bens ou produtos dos crimes previstos nos artigos 21º. e 22º., o agente é punido:

- a) Nos casos dos nº 1 e 3, com pena de prisão de 2 a 10 anos;
- b) No caso do nº. 2, com pena de prisão de um a oito anos.

Artigo 29º

Incitamento ao uso de estupefacientes ou substâncias psicotrópicas

1 - Quem induzir, incitar ou instigar outra pessoa, em público ou em privado, ou por qualquer modo facilitar o uso ilícito de plantas, substâncias ou preparações compreendidas nas tabelas I a III é punido com pena de prisão até três anos ou com pena de multa.

2 - Se se tratar de substâncias ou preparações compreendidas na tabela IV, a pena é de prisão até 1 ano ou de multa até 120 dias.

3 - Os limites mínimo e máximo das penas são aumentados de um terço se:

- a) Os factos foram praticados em prejuízo de menor, diminuído psíquico ou de pessoa que se encontrava ao cuidado do agente do crime para tratamento, educação, instrução, vigilância ou guarda;
- b) Ocorreu alguma das circunstâncias previstas nas alíneas d), e) ou h) do artigo 24º.

Artigo 30º**Tráfico e consumo em lugares públicos ou de reunião**

1 - Quem, sendo proprietário, gerente, director ou, por qualquer título, explorar hotel, restaurante, café, taberna, clube, casa ou recinto de reunião, de espectáculo ou de diversão, consentir que esse lugar seja utilizado para o tráfico ou uso ilícito de plantas, substâncias ou preparações incluídas nas tabelas I a IV é punido com pena de prisão de um a oito anos.

2 - Quem, tendo ao seu dispor edifício, recinto vedado ou veículo, consentir que seja habitualmente utilizado para o tráfico ou uso ilícito de plantas, substâncias ou preparações incluídas nas tabelas I a IV é punido com pena de prisão de um a cinco anos.

3 - Sem prejuízo do disposto nos números anteriores, aquele que, após a notificação a que se refere o número seguinte, não tomar as medidas adequadas para evitar que os lugares neles mencionados sejam utilizados para o tráfico ou uso ilícito de plantas, substâncias ou preparações incluídas nas tabelas I a IV é punido com pena de prisão até cinco anos.

4 - O disposto no número anterior só é aplicável após duas apreensões de plantas, substâncias ou preparações incluídas nas tabelas I a IV, realizadas por autoridade judiciária ou por órgão de polícia criminal, devidamente notificadas ao agente referido no nº. 1 e 2, e não mediando entre elas período superior a um ano, ainda que sem identificação dos detentores.

5 - Verificadas as condições referidas nos nº 3 e 4, a autoridade competente para a investigação dá conhecimento dos factos ao governador civil do distrito da área respectiva ou à autoridade administrativa que concedeu a autorização de abertura do estabelecimento, que decidirão sobre o encerramento.

Artigo 31º**Atenuação ou dispensa de pena**

Se, nos casos previstos nos artigos 21º., 22º., 23º.e 28º., o agente abandonar voluntariamente a sua actividade, afastar ou fizer diminuir por forma considerável o perigo produzido pela conduta, impedir ou se esforçar seriamente por impedir que o resultado que a lei quer evitar se verifique, ou auxiliar concretamente as autoridades na recolha de provas decisivas para a identificação ou a captura de outros responsáveis, particularmente tratando-se de grupos, organizações ou associações, pode a pena ser-lhe especialmente atenuada ou ter lugar a dispensa de pena.

Artigo 32º

Abandono de seringas

Quem, em lugar público ou aberto ao público, em lugar privado mas de uso comum, abandonar seringa ou outro instrumento usado no consumo ilícito de estupefacientes ou substâncias psicotrópicas, criando deste modo perigo para a vida ou a integridade física de outra pessoa, é punido com pena de prisão até 1 ano ou com pena de multa até 120 dias, se pena mais grave lhe não couber por força de outra disposição legal.

Artigo 33º

Desobediência qualificada

1 - Quem se opuser a actos de fiscalização ou se negar a exhibir documentos exigidos pelo presente diploma, depois de advertido das consequências penais da sua conduta, é punido com pena correspondente ao crime de desobediência qualificada.

2 - Incorre em igual pena quem não cumprir em tempo as obrigações impostas pelo artigo 20º.

Artigo 34º

Expulsão de estrangeiros e encerramento de estabelecimento

1 - Sem prejuízo do disposto no artigo 48º., em caso de condenação por crime previsto no presente diploma, se o arguido for estrangeiro, o tribunal pode ordenar a sua expulsão do País, por período não superior a 10 anos, observando-se as regras comunitárias quanto aos nacionais dos Estados membros da Comunidade Europeia.

2 - Na sentença condenatória pela prática de crime previsto no artigo 30º., e independentemente da interdição de profissão ou actividade, pode ser decretado o encerramento do estabelecimento ou lugar público onde os factos tenham ocorrido, pelo período de um a cinco anos.

3 - Tendo havido prévio encerramento ordenado judicial ou administrativamente, o período decorrido será levado em conta na sentença.

4 - Se o réu for absolvido, cessará imediatamente o encerramento ordenado administrativamente.

Artigo 35º 1

Perda de objectos

1 - São declarados perdidos a favor do Estado os objectos que tiverem servido ou estivessem destinados a servir para a prática de uma infracção prevista no presente diploma ou que por esta tiverem sido produzidos.

2 - As plantas, substâncias e preparações incluídas nas tabelas I a IV são sempre declaradas perdidas a favor do Estado.

3 - O disposto nos números anteriores tem lugar ainda que nenhuma pessoa determinada possa ser punida pelo facto.

Artigo 36º

Perda de coisas ou direitos relacionados com o facto

1 - Toda a recompensa dada ou prometida aos agentes de uma infracção prevista no presente diploma, para eles ou para outrem, é perdida a favor do Estado.

2 - São também perdidos a favor do Estado, sem prejuízo dos direitos de terceiro de boa fé, os objectos, direitos e vantagens que, através da infracção, tiverem sido directamente adquiridos pelos agentes, para si ou para outrem.

3 - O disposto nos números anteriores aplica-se aos direitos, objectos ou vantagens obtidos mediante transacção ou troca com os direitos, objectos ou vantagens directamente conseguidos por meio da infracção.

4 - Se a recompensa, os direitos, objectos ou vantagens referidos nos números anteriores não puderem ser apropriados em espécie, a perda é substituída pelo pagamento ao Estado do respectivo valor.

5 - Estão compreendidos neste artigo, nomeadamente, os móveis, imóveis, aeronaves, barcos, veículos, depósitos bancários ou de valores ou quaisquer outros bens de fortuna.

Artigo 36º-A 2

Defesa de direito de terceiros de boa fé

1 - O terceiro que invoque a titularidade de coisas, direitos ou objectos sujeitos a apreensão ou outras medidas legalmente previstas aplicadas a arguidos por infracções previstas no presente diploma pode deduzir no processo a defesa dos seus direitos, através de requerimento em que alegue a sua boa fé, indicando logo todos os elementos de prova.

2 - Entende-se por boa fé a ignorância desculpável de que os objectos estivessem nas situações previstas no nº 1 do artigo 35º.

3 - O requerimento a que se refere o nº 1 é autuado por apenso, notificando-se o Ministério Público para em 10 dias, deduzir oposição.

4 - Realizadas as diligências que considerar necessárias, o juiz decide.

5 - Se, quanto à titularidade dos objectos, coisas ou direitos, a questão se revelar complexa ou susceptível de causar perturbação ao normal andamento do processo, pode o juiz remeter o terceiro para os meios cíveis.

Artigo 37º

Bens transformados, convertidos ou misturados

1 - Se as recompensas, objectos, direitos ou vantagens a que se refere o artigo anterior tiverem sido transformados ou convertidos em outros bens, são estes perdidos a favor do Estado em substituição daqueles.

2 - Se as recompensas, objectos, direitos ou vantagens a que se refere o artigo anterior tiverem sido misturados com bens lícitamente adquiridos, são estes perdidos a favor do Estado até ao valor estimado daqueles que foram misturados.

Artigo 38º

Lucros e outros benefícios

O disposto nos artigos 35º. a 37º. é também aplicável aos juros, lucros e outros benefícios obtidos com os bens neles referidos.

Artigo 39º

Destino dos bens declarados perdidos a favor do Estado

1 - As recompensas, objectos, direitos ou vantagens declarados perdidos a favor do Estado, nos termos dos artigos 35º. a 38º., reverterem:

- a) Em 30% para a entidade coordenadora do Programa Nacional de Combate à Droga, destinando-se ao apoio de acções, medidas e programas de prevenção do consumo de droga;
- b) Em 50% para o Ministério da Saúde, visando a implementação de estruturas de consulta, tratamento e reinserção de toxicodependentes;
- c) Em 20% para os organismos do Ministério da Justiça, nos termos das disposições legais aplicáveis ao destino do produto da venda de objectos apreendidos em processo penal, visando o tratamento e reinserção social de toxicodependentes em cumprimento de medidas penais ou tutelares.

2 - A alienação de veículos automóveis fica sujeita a anuência prévia da Direcção-Geral do Património do Estado, sem prejuízo do disposto no artigo 156º. do Decreto Lei nº. 295-A / 90, de 21 de Setembro.

3 - Não são alienados os bens, objectos ou instrumentos declarados perdidos a favor do Estado que, pela sua natureza ou características, possam vir a ser utilizados na prática de outras infracções, devendo ser destruídos no caso de não oferecerem interesse criminalístico, científico ou didáctico.

4 - Na falta de convenção internacional, os bens ou produtos apreendidos a solicitação de autoridades de Estado estrangeiro ou os fundos provenientes da sua venda são repartidos entre o Estado requerente e o Estado requerido, na proporção de metade.

Artigo 76º

Entrada em vigor

1 - O presente diploma entra em vigor 30 dias após a sua aplicação.

2 - A regulamentação do disposto nos artigos 2º nº.4 e 5, 4º a 20º e 65º tem lugar no prazo de 60 dias após a sua publicação.

ANEXO C – EXTRACTO DO DECRETO - LEI N.º 81/95 DE 22 DE ABRIL – ESTABELECE REGRAS PARA A CENTRALIZAÇÃO INFORMATIVA E DE COORDENAÇÃO OPERACIONAL.

Artigo 1º

O artigo 57º. do Decreto-Lei nº. 15/93, de 22 de Janeiro, passa a ter a seguinte redacção:

Artigo 57º

Investigação criminal

1 - Presume-se deferida à Polícia Judiciária, através da Direcção Central de Investigação do Tráfico de Estupefacientes, a competência para a investigação dos crimes tipificados nos artigos 21º, 22º, 23º, 27º. e 28º. do presente diploma e dos demais que lhe sejam participados ou de que colha notícia.

2 - Presume-se deferida à Guarda Nacional Republicana e Polícia de Segurança Pública a competência para a investigação dos seguintes crimes, praticados nas respectivas áreas de jurisdição, quando lhes forem participados ou deles colham notícia:

- a) Do crime previsto e punido no artigo 21º. do presente diploma, quando ocorram situações de distribuição directa aos consumidores, a qualquer título, das plantas, substâncias ou preparações nele referidas;
- b) Dos crimes previstos e punidos nos artigos 26º., 29º., 30º,32º, 33º e 40º. do presente diploma.

Artigo 2º

Prevenção criminal

1 - Cabe essencialmente à Polícia Judiciária:

- a) A prevenção da introdução e trânsito pelo território nacional de substâncias estupefacientes ou psicotrópicas;
- b) A prevenção da constituição de redes organizadas de tráfico interno dessas substâncias.

2 - À Guarda Nacional Republicana e à Polícia de Segurança Pública compete especialmente, nas respectivas áreas de actuação e com vista à detecção de situações de tráfico e consumo de estupefacientes ou substâncias psicotrópicas:

- a) A vigilância dos recintos predominantemente frequentados por grupos de risco;
- b) A vigilância e o patrulhamento das zonas usualmente referenciadas como locais de tráfico ou de consumo.

3 - A Guarda Nacional Republicana, através da Brigada Fiscal, faz incidir prioritariamente a sua acção na fronteira marítima, nomeadamente através do sistema de vigilância e controlo, em particular nos pontos que ofereçam condições propícias ao desembarque clandestino de droga.

4 - A Direcção-Geral das Alfândegas desenvolve a sua acção em matéria de prevenção do tráfico de droga através de unidades de informação, procedendo à identificação e adequado controlo de mercadorias e meios de transporte, na importação, exportação e trânsito, nas vias rodoviária, marítima, aérea e postal, mobilizando para o efeito todos os meios disponíveis.

Artigo 3º

Dever de comunicação

Os órgãos de polícia criminal e os serviços aduaneiros e de segurança que tiverem notícia de um crime, por conhecimento próprio ou mediante denúncia, comunicam-na, no mais curto prazo, ao Ministério Público e ao órgão de polícia criminal competente para a investigação.

Artigo 4º

Centralização da informação

1 - A Polícia Judiciária através da direcção Central de Investigação do Tráfico de Estupefacientes, centraliza e trata toda a informação respeitante às infracções tipificadas no Decreto-Lei nº. 15/93, de 22 de Janeiro.

2 - Os órgãos de polícia criminal e os serviços aduaneiros e de segurança transmitem à Direcção Central de Investigação do Tráfico de Estupefacientes da Polícia Judiciária todas as informações que obtenham, devendo fazê-lo de imediato quando tomem conhecimento da preparação ou início de execução de quaisquer das infracções previstas no diploma mencionado no número anterior.

3 - É obrigatória a transmissão prévia à Direcção Central de Investigação do Tráfico de Estupefacientes da Polícia Judiciária das acções planificadas a desencadear neste âmbito por parte de qualquer dos órgãos de polícia criminal.

4 - Sem prejuízo do disposto no nº.2, a Guarda Nacional Republicana e a Polícia de Segurança Pública remetem de imediato à Direcção Central de Investigação do Tráfico de Estupefacientes da Polícia Judiciária cópia dos autos de notícia ou de denúncia e dos relatórios finais dos inquéritos que elaborem e as demais informações que por esta lhes forem solicitadas.

Artigo 5º

Brigadas anticrime

1 - As brigadas anticrime são unidades especiais com competência específica em matéria de prevenção e investigação do tráfico de substâncias estupefacientes ou psicotrópicas.

2 - Em cada brigada territorial da Guarda Nacional Republicana são constituídas brigadas anticrime, na dependência do respectivo Comando de Brigada.

3 - Em cada Comando Regional, Comando Metropolitano e Comando de Polícia de Segurança Pública são constituídas brigadas anticrime na dependência do respectivo Comando.

Artigo 6º

Unidades de coordenação e intervenção conjunta

Sob a coordenação e direcção estratégica e tática da Polícia Judiciária são criadas unidades de coordenação e intervenção conjunta, integrando aquela Polícia, a Guarda Nacional Republicana, a Polícia de Segurança Pública, o Serviço de Estrangeiros e Fronteiras e a Direcção-Geral das Alfândegas, às quais compete disciplinar e praticar a partilha de informações oriundas de cada força ou serviço integrante e a coordenação das acções que devam ser executadas em comum.

Artigo 7º

Formação

A formação específica adequada à prossecução das atribuições de prevenção e investigação do tráfico de estupefacientes e de substâncias psicotrópicas, ministrada aos elementos da Guarda Nacional Republicana e da Polícia de Segurança Pública que integrarem as respectivas brigadas anticrime e das unidades mistas de coordenação e intervenção conjunta, é da responsabilidade do Instituto Nacional de Polícia e Ciências Criminais da Polícia Judiciária com a colaboração das estruturas da Direcção-Geral das Alfândegas.

Visto e aprovado em Conselho de Ministros de 2 de Março de 1995. – Aníbal António Cavaco Silva – Manuel Dias Loureiro – Eduardo de Almeida Catroga – Álvaro José Brilhante Laborinho Lúcio. Promulgado em 4 de Abril

Publique-se.

O Presidente da República, Mário Soares

Referendado em 6 de Abril de 1995

O Primeiro-ministro, Aníbal António Cavaco Silva

ANEXO D – EXTRACTO DA LEI N.º 49/2008 DE 27 DE AGOSTO – APROVA A LEI DE ORGANIZAÇÃO DA INVESTIGAÇÃO CRIMINAL.

CAPÍTULO I

Investigação Criminal

Artigo 1.º

Definição

A investigação criminal compreende o conjunto de diligências que, nos termos da lei processual penal, se destinam a averiguar a existência de um crime, determinar os seus agentes e a sua responsabilidade e descobrir e recolher as provas, no âmbito do processo.

Artigo 2.º

Direcção da investigação criminal

1 - A direcção da investigação cabe à autoridade judiciária competente em cada fase do Processo.

2 - A autoridade judiciária é assistida na investigação pelos órgãos de polícia criminal.

3 - Os órgãos de polícia criminal, logo que tomem conhecimento de qualquer crime, comunicam o facto ao Ministério Público no mais curto prazo, que não pode exceder 10 dias, sem prejuízo de, no âmbito do despacho de natureza genérica previsto no n.º 4 do artigo 270.º do Código de Processo Penal, deverem iniciar de imediato a investigação e, em todos os casos, praticar os actos cautelares necessários e urgentes para assegurar os meios de prova.

4 - Os órgãos de polícia criminal actuam no processo sob a direcção e na dependência funcional da autoridade judiciária competente, sem prejuízo da respectiva organização hierárquica.

5 - As investigações e os actos delegados pelas autoridades judiciárias são realizados pelos funcionários designados pelas autoridades de polícia criminal para o efeito competentes, no âmbito da autonomia técnica e táctica necessária ao eficaz exercício dessas atribuições.

6 - A autonomia técnica assenta na utilização de um conjunto de conhecimentos e métodos de agir adequados e a autonomia táctica consiste na escolha do tempo, lugar e modo adequados à prática dos actos correspondentes ao exercício das atribuições legais dos órgãos de polícia criminal.

7 - Os órgãos de polícia criminal impulsionam e desenvolvem, por si, as diligências legalmente admissíveis, sem prejuízo de a autoridade judiciária poder, a todo o tempo, avocar o processo, fiscalizar o seu andamento e legalidade e dar instruções específicas sobre a realização de quaisquer actos.

CAPÍTULO II

Órgãos De Polícia Criminal

Artigo 3.º

Órgãos de polícia criminal

1 - São órgãos de polícia criminal de competência genérica:

- a) A Polícia Judiciária;
- b) A Guarda Nacional Republicana;
- c) A Polícia de Segurança Pública.

2 - Possuem competência específica todos os restantes órgãos de polícia criminal. 3 - A atribuição de competência reservada a um órgão de polícia criminal depende de previsão legal expressa.

4 - Compete aos órgãos de polícia criminal:

- a) Coadjuvar as autoridades judiciárias na investigação;
- b) Desenvolver as acções de prevenção e investigação da sua competência ou que lhes sejam cometidas pelas autoridades judiciárias competentes.

Artigo 4.º Competência específica em matéria de investigação criminal

1 - A atribuição de competência específica obedece aos princípios da especialização e racionalização na afectação dos recursos disponíveis para a investigação criminal.

2 - Sem prejuízo do disposto nos nº 4 e 5 do artigo 7.º, os órgãos de polícia criminal de competência genérica abstêm-se de iniciar ou prosseguir investigações por crimes que, em concreto, estejam a ser investigados por órgãos de polícia criminal de competência específica.

Artigo 5.º

Incompetência em matéria de investigação criminal

1 - Sem prejuízo dos casos de competência deferida, o órgão de polícia criminal que tiver notícia do crime e não seja competente para a sua investigação apenas pode praticar os actos cautelares necessários e urgentes para assegurar os meios de prova.

2 - Sem prejuízo dos casos de competência deferida, se a investigação em curso vier a revelar conexão com crimes que não são da competência do órgão de polícia criminal que tiver iniciado a investigação, este remete, com conhecimento à autoridade judiciária, o processo para o órgão de polícia criminal competente, no mais curto prazo, que não pode exceder vinte e quatro horas.

3 - No caso previsto no número anterior, a autoridade judiciária competente pode promover a cooperação entre os órgãos de polícia criminal envolvidos, através das formas consideradas adequadas, se tal se afigurar útil para o bom andamento da investigação.

Artigo 6.º

Competência da Guarda Nacional Republicana e da Polícia de Segurança Pública em matéria de investigação criminal

É da competência genérica da Guarda Nacional Republicana e da Polícia de Segurança Pública a investigação dos crimes cuja competência não esteja reservada a outros órgãos de polícia criminal e ainda dos crimes cuja investigação lhes seja cometida pela autoridade judiciária competente para a direcção do processo, nos termos do artigo 8.º

Artigo 7.º

Competência da Polícia Judiciária em matéria de investigação criminal

1 - É da competência da Polícia Judiciária a investigação dos crimes previstos nos números seguintes e dos crimes cuja investigação lhe seja cometida pela autoridade judiciária competente para a direcção do processo, nos termos do artigo 8.º

2 - É da competência reservada da Polícia Judiciária, não podendo ser deferida a outros órgãos de polícia criminal, a investigação dos seguintes crimes:

- a) Crimes dolosos ou agravados pelo resultado, quando for elemento do tipo a morte de uma pessoa;
- b) Escravidão, sequestro, rapto e tomada de reféns;
- c) Contra a identidade cultural e integridade pessoal e os previstos na Lei Penal Relativa Às Violações do Direito Internacional Humanitário;

- d) Contrafacção de moeda, títulos de crédito, valores selados, selos e outros valores equiparados ou a respectiva passagem;
- e) Captura ou atentado à segurança de transporte por ar, água, caminho de ferro ou de transporte rodoviário a que corresponda, em abstracto, pena igual ou superior a 8 anos de prisão;
- f) Participação em motim armado;
- g) Associação criminosa;
- h) Contra a segurança do Estado, com excepção dos que respeitem ao processo eleitoral;
- i) Branqueamento;
- j) Tráfico de influência, corrupção, peculato e participação económica em negócio; l) Organizações terroristas e terrorismo;
- m) Praticados contra o Presidente da República, o Presidente da Assembleia da República, o Primeiro-Ministro, os presidentes dos tribunais superiores e o Procurador-Geral da República, no exercício das suas funções ou por causa delas;
- n) Prevaricação e abuso de poderes praticados por titulares de cargos políticos;
- o) Fraude na obtenção ou desvio de subsídio ou subvenção e fraude na obtenção de crédito bonificado;
- p) Roubo em instituições de crédito, repartições da Fazenda Pública e correios; q) Conexos com os crimes referidos nas alíneas d), j) e o).

3 - É ainda da competência reservada da Polícia Judiciária a investigação dos seguintes crimes, sem prejuízo do disposto no artigo seguinte:

- a) Contra a liberdade e autodeterminação sexual de menores ou incapazes ou a que corresponda, em abstracto, pena superior a 5 anos de prisão;
- b) Furto, dano, roubo ou receptação de coisa móvel que:
 - i) Possua importante valor científico, artístico ou histórico e se encontre em colecções públicas ou privadas ou em local acessível ao público;
 - ii) Possua significado importante para o desenvolvimento tecnológico ou económico; iii) Pertença ao património cultural, estando legalmente classificada ou em vias de classificação; ou
 - iv) Pela sua natureza, seja substância altamente perigosa;
- c) Burla punível com pena de prisão superior a 5 anos;
- d) Insolvência dolosa e administração danosa;

- e) Falsificação ou contrafacção de cartas de condução, livretes e títulos de registo de propriedade de veículos automóveis e certificados de matrícula, de certificados de habilitações literárias e de documento de identificação ou de viagem;
- f) Incêndio, explosão, libertação de gases tóxicos ou asfixiantes ou substâncias radioactivas, desde que, em qualquer caso, o facto seja imputável a título de dolo;
- g) Poluição com perigo comum;
- h) Executados com bombas, granadas, matérias ou engenhos explosivos, armas de fogo e objectos armadilhados, armas nucleares, químicas ou radioactivas;
- i) Relativos ao tráfico de estupefacientes e de substâncias psicotrópicas, tipificados nos artigos 21.º, 22.º, 23.º, 27.º e 28.º do Decreto-Lei n.º 15/93, de 22 de Janeiro, e dos demais previstos neste diploma que lhe sejam participados ou de que colha notícia;
- j) Económico-financeiros;
- l) Informáticos e praticados com recurso a tecnologia informática; m) Tráfico e viciação de veículos e tráfico de armas;
- n) Conexos com os crimes referidos nas alíneas d), j) e l).

4 - Compete também à Polícia Judiciária, sem prejuízo das competências da Unidade de Acção Fiscal da Guarda Nacional Republicana, do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras e da Comissão do Mercado dos Valores Mobiliários, a investigação dos seguintes crimes:

- a) Tributários de valor superior a (euro) 500 000;
- b) Auxílio à imigração ilegal e associação de auxílio à imigração ilegal;
- c) Tráfico de pessoas;
- d) Falsificação ou contrafacção de documento de identificação ou de viagem, falsidade de testemunho, perícia, interpretação ou tradução, conexos com os crimes referidos nas alíneas b) e c);
- e) Relativos ao mercado de valores mobiliários.

5 - Nos casos previstos no número anterior, a investigação criminal é desenvolvida pelo órgão de polícia criminal que a tiver iniciado, por ter adquirido a notícia do crime ou por determinação da autoridade judiciária competente.

6 - Ressalva-se do disposto no presente artigo a competência reservada da Polícia Judiciária Militar em matéria de investigação criminal, nos termos do respectivo Estatuto, sendo aplicável o mecanismo previsto no n.º 3 do artigo 8.º

Artigo 8.º**Competência deferida para a investigação criminal**

1 - Na fase do inquérito, o Procurador-Geral da República, ouvidos os órgãos de polícia criminal envolvidos, defere a investigação de um crime referido no n.º 3 do artigo anterior a outro órgão de polícia criminal desde que tal se afigure, em concreto, mais adequado ao bom andamento da investigação e, designadamente, quando:

- a) Existam provas simples e evidentes, na acepção do Código de Processo Penal;
- b) Estejam verificados os pressupostos das formas especiais de processo, nos termos do Código de Processo Penal;
- c) Se trate de crime sobre o qual incidam orientações sobre a pequena criminalidade, nos termos da Lei de Política Criminal em vigor; ou
- d) A investigação não exija especial mobilidade de actuação ou meios de elevada especialidade técnica.

2 - Não é aplicável o disposto no número anterior quando:

- a) A investigação assuma especial complexidade por força do carácter plurilocalizado das condutas ou da pluralidade dos agentes ou das vítimas;
- b) Os factos tenham sido cometidos de forma altamente organizada ou assumam carácter transnacional ou dimensão internacional; ou
- c) A investigação requeira, de modo constante, conhecimentos ou meios de elevada especialidade técnica.

3 - Na fase do inquérito, o Procurador-Geral da República, ouvidos os órgãos de polícia criminal envolvidos, defere à Polícia Judiciária a investigação de crime não previsto no artigo anterior quando se verificar alguma das circunstâncias referidas nas alíneas do número anterior.

4 - O deferimento a que se referem os n.os 1 e 3 pode ser efectuado por despacho de natureza genérica do Procurador-Geral da República que indique os tipos de crimes, as suas concretas circunstâncias ou os limites das penas que lhes forem aplicáveis.

5 - Nos casos previstos nos n.os 4 e 5 do artigo anterior, o Procurador-Geral da República, ouvidos os órgãos de polícia criminal envolvidos, defere a investigação a órgão de polícia criminal diferente da que a tiver iniciado, de entre os referidos no n.º 4 do mesmo artigo, quando tal se afigurar em concreto mais adequado ao bom andamento da investigação.

6 - Por delegação do Procurador-Geral da República, os procuradores-gerais distritais podem, caso a caso, proceder ao deferimento previsto nos n.os 1, 3 e 5.

7 - Na fase da instrução, é competente o órgão de polícia criminal que assegurou a investigação na fase de inquérito, salvo quando o juiz entenda que tal não se afigura, em concreto, o mais adequado ao bom andamento da investigação.

Artigo 9.º

Conflitos negativos de competência em matéria de investigação criminal

Se dois ou mais órgãos de polícia criminal se considerarem incompetentes para a investigação criminal do mesmo crime, o conflito é dirimido pela autoridade judiciária competente em cada fase do processo.

Artigo 10.º

Dever de cooperação

- 1 - Os órgãos de polícia criminal cooperam mutuamente no exercício das suas atribuições.
- 2 - Sem prejuízo do disposto no artigo 5.º, os órgãos de polícia criminal devem comunicar à entidade competente, no mais curto prazo, que não pode exceder vinte e quatro horas, os factos de que tenham conhecimento relativos à preparação e execução de crimes para cuja investigação não sejam competentes, apenas podendo praticar, até à sua intervenção, os actos cautelares e urgentes para obstar à sua consumação e assegurar os meios de prova.
- 3 - O número único de identificação do processo é atribuído pelo órgão de polícia criminal competente para a investigação.

Artigo 11.º

Sistema integrado de informação criminal

- 1 - O dever de cooperação previsto no artigo anterior é garantido, designadamente, por um sistema integrado de informação criminal que assegure a partilha de informações entre os órgãos de polícia criminal, de acordo com os princípios da necessidade e da competência, sem prejuízo dos regimes legais do segredo de justiça e do segredo de Estado.
- 2 - O acesso à informação através do sistema integrado de informação criminal é regulado por níveis de acesso, no âmbito de cada órgão de polícia criminal.
- 3 - As autoridades judiciárias competentes podem, a todo o momento e relativamente aos processos de que sejam titulares, aceder à informação constante do sistema integrado de informação criminal.
- 4 - A partilha e o acesso à informação previstos nos números anteriores são regulados por lei.

Artigo 12.º

Cooperação internacional

1 - Compete à Polícia Judiciária assegurar o funcionamento da Unidade Nacional EUROPOL e do Gabinete Nacional INTERPOL.

2 - A Guarda Nacional Republicana, a Polícia de Segurança Pública e o Serviço de Estrangeiros e Fronteiras integram, através de oficiais de ligação permanente, a Unidade e o Gabinete stos no número anterior.

3 - A Polícia Judiciária, a Guarda Nacional Republicana, a Polícia de Segurança Pública e o Serviço de Estrangeiros e Fronteiras integram, através de oficiais de ligação permanente, os Gabinetes Nacionais de Ligação a funcionar junto da EUROPOL e da INTERPOL.

4 - Todos os órgãos de polícia criminal têm acesso à informação disponibilizada pela Unidade Nacional EUROPOL, pelo Gabinete Nacional INTERPOL e pelos Gabinetes acionais de Ligação a funcionar junto da EUROPOL e da INTERPOL, no âmbito das respectivas competências.

Aprovada em 11 de Julho de 2008. O Presidente da Assembleia da República, Jaime Gama. Promulgada em 11 de Agosto de 2008. Publique-se. O Presidente da República, Aníbal Cavaco Silva. Referendada em 12 de Agosto de 2008. O Primeiro-Ministro, José Sócrates Carvalho Pinto de Sousa.

ANEXO E – QUALIFICAÇÃO JURÍDICA QUE DEFINE AS COMPETÊNCIAS DOS OPC.

Quadro E.1: Qualificação jurídica que define as competências dos OPC.

Designação do OPC.	Competência de investigação criminal.	Regime jurídico habilitante
Guarda Nacional Republicana	Genérica	Lei nº63/2007, 06 FEV - Art.º 1º e 12º, al. b), nº 1 Lei nº 49/2008, 27 AGO - Artº3, nº1 - Art.º 7, nº 4 (Fiscal e Aduaneiro) em conjugação com o art.º 41, nº 1 do RGIT
Polícia Judiciária	Reservada	Lei nº 37/2008, 06 AGO -Art.º 1º e 11º Lei nº 49/2008, 27 AGO - Art.º3º, nº1
Polícia Marítima	Específica	DL 248/95, 21 SET, com alt. DL nº 220/05, de 23 de DEC (Estatuto) -art. 2º, nº 2 DL nº 44/2002, de 02 MAR - Art.º 15º, nº 4 Lei nº 49/2008, 27 AGO - Art.º 3, nº 2

Fonte: Afonso, C., & Silvério, P. (Julho a Setembro de 2010). Revista da Guarda Nacional Republicana. *Dos órgãos de polícia criminal á LOIC*, p. 55.

ANEXO F – EXTRACTO DA LEI N.º 63/2007 DE 6 DE NOVEMBRO – LEI ORGÂNICA DA GNR

CAPÍTULO III

Unidades

SECÇÃO II

Unidades territoriais

Artigo 37.º

Comandos territoriais

1 — O comando territorial é responsável pelo cumprimento da missão da Guarda na área de responsabilidade que lhe for atribuída, na dependência directa do comandante-geral.

2 — Nas Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira, os comandos territoriais têm sede em Ponta Delgada e no Funchal e, sem prejuízo de outras missões que lhes sejam especialmente cometidas, prosseguem, na respectiva área de responsabilidade, as atribuições da Guarda no âmbito da vigilância da costa e do mar territorial e da prevenção e investigação de infracções tributárias e aduaneiras, dependendo funcionalmente da Unidade de Controlo Costeiro e da Unidade de Acção Fiscal, relativamente às respectivas áreas de competência.

3 — Os comandos territoriais são comandados por um coronel ou tenente-coronel, coadjuvado por um 2.º comandante.

4 — Compete, em especial, aos comandantes de comando territorial nas regiões autónomas articular com o Governo regional a actividade operacional nas matérias cuja tutela compete à região e cooperar com os órgãos da região em matérias do âmbito das atribuições da Guarda.

Artigo 38.º

Organização

Os comandos territoriais articulam-se em comando, serviços e subunidades operacionais.

Artigo 39.º

Subunidades

1 — As subunidades operacionais dos comandos territoriais são os destacamentos, que se articulam localmente em subdestacamentos ou postos.

2 — O comando dos destacamentos e das suas subunidades é exercido por um comandante, coadjuvado por um adjunto.

3 — O destacamento é comandado por major ou capitão, o subdestacamento por oficial subalterno e o posto por sargento.

SECÇÃO III

Unidades especializadas, de representação e de intervenção e reserva

Artigo 40.º

Unidade de Controlo Costeiro

1 — A UCC é a unidade especializada responsável pelo cumprimento da missão da Guarda em toda a extensão da costa e no mar territorial, com competências específicas de vigilância, patrulhamento e intercepção terrestre ou marítima em toda a costa e mar territorial do continente e das Regiões Autónomas, competindo-lhe, ainda, gerir e operar o Sistema Integrado de Vigilância, Comando e Controlo (SIVICC), distribuído ao longo da orla marítima.

2 — A UCC é constituída por destacamentos.

3 — O comandante da UCC tem o posto de Major-General ou, quando o nomeado for oficial da marinha, contra -almirante, e é coadjuvado por um 2.º comandante.

Artigo 55.º

Entrada em vigor

A presente lei entra em vigor no prazo de 30 dias, com excepção do artigo 53.º, que entra em vigor no dia seguinte ao da publicação.

Aprovada em 19 de Setembro de 2007.

O Presidente da Assembleia da República, *Jaime Gama*.

Promulgada em 19 de Outubro de 2007.

Publique -se.

O Presidente da República, ANÍBAL CAVACO SILVA.

Referendada em 25 de Outubro de 2007.

O Primeiro -Ministro, *José Sócrates Carvalho Pinto de Sousa*.

ANEXO G – INSTRUÇÕES DE COORDENAÇÃO DEFINIDAS NO DESPACHO Nº 56/09-OG, EMITIDO PELO COMANDO-GERAL DA GUARDA NACIONAL REPUBLICANA, 30 DE DEZEMBRO DE 2009.

Para complementar algumas lacunas, e agilizar alguns procedimentos, foram elaboradas algumas instruções de coordenação enumeradas de “A” a “K”:

- a.** O CCCO será reforçado, à custa de efectivo da própria unidade, aquando da implementação efectiva do SIVICC;
- b.** Os Destacamentos de Controlo Costeiro, para além de um oficial adjunto, integram a secretaria, uma secção TIE, a manutenção marítima e de SIVICC, Postos de Observação Móvel e equipas de vigilância e patrulha e guarnições marítimas;
- c.** Os Subdestacamentos de Controlo Costeiro, para além do comandante e secção de comando, integram equipas de vigilância e patrulha e guarnições marítimas;
- d.** As subunidades da UCC apoiam-se logisticamente nos Centros de Apoio de Área e nos Comandos Territoriais da zona em que estejam sedeadas;
- e.** O Chefe da Secção de Justiça é, preferencialmente, um oficial do QTPS;
- f.** A Secção de Recursos Humanos passa a incluir 1 sargento e um cabo do quadro do Serviço de Administração Militar, para tratamento de assuntos relativos a abonos e outros da mesma natureza;
- g.** A função de gerência da Secção de Alimentação e Bem-Estar deve ser, preferencialmente, exercida por um sargento do quadro do Serviço de Administração Militar;
- h.** As Secções de Alimentação e Bem-Estar e de Serviços Gerais poderão ser substituídas por serviços em outsourcing ou as suas funções serem desempenhadas por civis;
- i.** A Secção TIE inclui a guarnição do centro de transmissões, o posto de controlo de matérias classificadas (em acumulação) e o pessoal técnico de informática, bem como o efectivo para apoiar a manutenção do equipamento SIVICC;
- j.** O Pelotão de Manutenção Naval será preenchido por efectivo pertencente ao quadro de Serviço de Material;
- k.** A Secção de Comando da Companhia de Comando e Serviços inclui um terno de corneteiros/ordenanças.

ANEXO H – DECRETO-LEI N.º 43/2002 DE 2 DE MARÇO

CAPÍTULO I

Princípios gerais

Artigo 1º

Objecto

1 — O presente diploma cria o sistema da autoridade marítima (SAM), estabelece o seu âmbito e atribuições e define a sua estrutura de coordenação.

2 — É criada a Autoridade Marítima Nacional (AMN), como estrutura superior de administração e coordenação dos órgãos e serviços que, integrados na Marinha, possuem competências ou desenvolvem acções enquadradas no âmbito do SAM.

Artigo 2º

Sistema da autoridade marítima

Por «SAM» entende-se o quadro institucional formado pelas entidades, órgãos ou serviços de nível central, regional ou local que, com funções de coordenação, executivas, consultivas ou policiais, exercem poderes de autoridade marítima.

Artigo 3º

Autoridade marítima

Para efeitos do disposto no presente diploma, entende-se por «autoridade marítima» o poder público a exercer nos espaços marítimos sob soberania ou jurisdição nacional, traduzido na execução dos actos do Estado, de procedimentos administrativos e de registo marítimo, que contribuam para a segurança da navegação, bem como no exercício de fiscalização e de polícia, tendentes ao cumprimento das leis e regulamentos aplicáveis nos espaços marítimos sob jurisdição nacional.

Artigo 4º

Espços marítimos sob soberania ou jurisdição nacional

1 — Para efeitos do disposto no presente diploma, consideram-se «espaços marítimos sob soberania nacional» as águas interiores, o mar territorial e a plataforma continental.

2 — A Zona Económica Exclusiva (ZEE) é considerada espaço marítimo sob jurisdição nacional, onde se exercem os poderes do Estado no quadro da Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar.

Artigo 5º

Zona contígua

O SAM exerce na zona contígua os poderes fixados na Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar, em conformidade com a legislação aplicável àquele espaço marítimo sob jurisdição nacional.

Artigo 6º

Atribuições

1 — O SAM tem por fim garantir o cumprimento da lei nos espaços marítimos sob jurisdição nacional, no âmbito dos parâmetros de actuação permitidos pelo direito internacional e demais legislação em vigor.

2 — Para além de outras que lhe sejam cometidas por lei, são atribuições do SAM:

- a) Segurança e controlo da navegação;
- b) Preservação e protecção dos recursos naturais;
- c) Preservação e protecção do património cultural subaquático;
- d) Preservação e protecção do meio marinho;
- e) Prevenção e combate à poluição;
- f) Assinalamento marítimo, ajudas e avisos à navegação;
- g) Fiscalização das actividades de aproveitamento económico dos recursos vivos e não vivos;
- h) Salvaguarda da vida humana no mar e salvamento marítimo;
- i) Protecção civil com incidência no mar e na faixa litoral;
- j) Protecção da saúde pública;
- k) Prevenção e repressão da criminalidade, nomeadamente no que concerne ao combate ao narcotráfico, ao terrorismo e à pirataria;
- l) Prevenção e repressão da imigração clandestina;
- m) Segurança da faixa costeira e no domínio público marítimo e das fronteiras marítimas e fluviais, quando aplicável.

CAPÍTULO II

Composição do sistema da autoridade marítima

Artigo 7º

Organização

1 — Exercem o poder de autoridade marítima no quadro do SAM e no âmbito das respectivas competências as seguintes entidades:

- a) Autoridade marítima nacional;
- b) Polícia Marítima;
- c) Guarda Nacional Republicana;
- d) Polícia de Segurança Pública;
- e) Polícia Judiciária;
- f) Serviço de Estrangeiros e Fronteiras;
- g) Inspeção-Geral das Pescas;
- h) Instituto da Água;
- i) Instituto Marítimo-Portuário;
- j) Autoridades portuárias;
- k) Direcção-Geral da Saúde.

2 — O disposto no número anterior não prejudica o disposto na lei sobre as competências dos serviços e organismos das Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira.

Artigo 8º

Conselho Coordenador Nacional

1 — A coordenação nacional das entidades e órgãos integrantes do SAM é assegurada pelo Conselho Coordenador

Nacional (CCN), composto pelos seguintes elementos:

- a) Ministro da Defesa Nacional, que preside;
- b) Ministro da Administração Interna;
- c) Ministro do Equipamento Social;
- d) Ministro da Justiça;
- e) Ministro da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas;

- f) Ministro do Ambiente e do Ordenamento do Território;
- g) Autoridade Marítima Nacional;
- h) Chefe do Estado-Maior da Força Aérea;
- i) Comandante-geral da Polícia Marítima;
- j) Comandante-geral da Guarda Nacional Republicana;
- k) Director nacional da Polícia de Segurança Pública;
- l) Director nacional da Polícia Judiciária;
- m) Director do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras;
- n) Presidente do Instituto Marítimo-Portuário;
- o) Director-geral das Pescas e Aquicultura;
- p) Inspector-geral das Pescas;
- q) Director-geral da Saúde;
- r) Presidente do Instituto da Água.

2 — Integra ainda o CCN um representante de cada uma das Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira, a nomear pelo presidente do respectivo Governo.

3 — Participa nas reuniões do CCN o membro do Governo responsável pela coordenação da política de combate à droga e à toxicodependência sempre que estiverem agendados assuntos com aquela relacionados.

4 — Podem ainda participar no CCN os membros do Governo que tutelem entidades ou órgãos que, não integrando o SAM, possuam competências específicas que se enquadrem nas atribuições previstas no artigo 6.o, n.º 2.

5 — Os membros do Governo poderão fazer-se representar.

6 — Ao CCN compete:

- a) Aprovar e emitir orientações para assegurar a articulação efectiva entre entidades e órgãos de execução do poder de autoridade marítima;
- b) Definir metodologias de trabalho e acções de gestão que favoreçam uma melhor coordenação e mais eficaz acção das entidades e dos órgãos de execução do poder de autoridade marítima nos diversos níveis hierárquicos.

7 — O regulamento interno do CCN é aprovado por portaria dos membros do Governo previstos no n.º 1.

Artigo 9º

Coordenação operacional e centralização de informação

1 — A coordenação operacional das entidades ou órgãos que exercem o poder de autoridade marítima no quadro do SAM é assegurada, a nível nacional, pelos respectivos dirigentes máximos.

2 — As entidades policiais que integram o SAM estão sujeitas ao regime de centralização de informação, de coordenação e intervenção conjunta, previsto no Decreto-Lei n.º 81/95, de 22 de Abril, no que respeita à actividade de combate ao narcotráfico.

Artigo 10º

Regulamentação

A estrutura, organização, funcionamento e competências da AMN e dos órgãos e serviços nela integrados são aprovados por decreto-lei.

Artigo 11º

Entrada em vigor

O presente diploma entra em vigor 30 dias após a data da sua publicação. Visto e aprovado em Conselho de Ministros de 5 de Dezembro de 2001. — *António Manuel de Oliveira*

Guterres — Jaime José Matos da Gama — Guilherme d'Oliveira Martins — Rui Eduardo Ferreira Rodrigues Pena — Henrique Nuno Pires Severiano Teixeira — Rui António Ferreira Cunha — António Luís Santos Costa — Luís Garcia Braga da Cruz — Luís Manuel Capoulas Santos — António Fernando Correia de Campos — José Sócrates Carvalho Pinto de Sousa — Augusto Ernesto Santos Silva — Alberto de Sousa Martins.

Promulgado em 11 de Fevereiro de 2002.

Publique-se.

O Presidente da República, JORGE SAMPAIO.

Referendado em 14 de Fevereiro de 2002.

ANEXO I – DECRETO REGULAMENTAR N.º 86/2007 DE 12 DE DEZEMBRO.

MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL

Decreto Regulamentar n.º 86/2007 de 12 de Dezembro

Artigo 1.º

Objecto

O presente decreto regulamentar visa regular, de forma integrada, a articulação, nos espaços marítimos sob soberania e jurisdição nacional, entre autoridades de polícia, no exercício dessa autoridade, e demais entidades competentes, designadamente órgãos e serviços da Marinha/Autoridade Marítima Nacional (AMN), Força Aérea Portuguesa (FAP), Guarda Nacional Republicana (GNR), Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF), Polícia Judiciária (PJ), Direcção -Geral das Alfândegas e dos Impostos Especiais sobre o Consumo (DGAIEC), Autoridade de Segurança Alimentar e Económica (ASAE), Autoridade de Saúde Nacional (ASN), Instituto da Água (INAG) e Instituto Portuário e dos Transportes Marítimos (IPTM).

Artigo 2.º

Cooperação

1 — Os órgãos e serviços das entidades referidas no artigo anterior exercem acções de vigilância e fiscalização no âmbito das respectivas atribuições e competências e cooperam entre si através das estruturas e procedimentos definidos no presente decreto regulamentar.

2 — Quando os órgãos e serviços de qualquer uma das entidades presenciarem ou detectarem, no exercício das suas funções, a prática de ilícito penal ou contra-ordenacional em matérias da competência de qualquer uma delas, devem levantar o respectivo auto de notícia e, sem prejuízo da aplicação de medidas cautelares, remetê-lo à entidade competente para a posterior condução processual.

3 — Quando os autos de notícia levantados digam respeito a matérias em que sejam simultaneamente competentes vários órgãos e serviços, devem os mesmos ser registados num sistema de informação de acesso partilhado, cuja estrutura e regras de funcionamento serão fixadas por despacho conjunto dos membros do Governo responsáveis pelas áreas da defesa nacional, das finanças, da administração interna, da justiça, do ambiente, da economia, das pescas, dos transportes e da saúde.

4 — O estabelecido no número anterior não prejudica o que se encontra legalmente estatuído em matéria de ficheiros relativos a embarcações de pesca no âmbito do sistema de controlo e fiscalização da actividade da pesca (SIFICAP), bem como relativamente a todos os autos de notícia constantes da base de dados do SIFICAP.

Artigo 3.º

Matérias a coordenar pela Marinha/AMN

1 — Compete à Marinha/AMN coordenar a actuação da GNR no tocante à segurança da navegação dos navios e embarcações de pesca, de comércio e da náutica de recreio.

2 — Compete à Marinha/AMN coordenar, no âmbito operacional, as acções de vigilância e fiscalização das actividades de pesca e culturas marinhas exercidas em espaços sob soberania e jurisdição nacional, sem prejuízo das competências que a lei comete à Direcção -Geral das

Pescas e Aquicultura como autoridade nacional de pesca, e restantes autoridades com intervenção na matéria.

3 — Compete à Marinha/AMN coordenar as acções de vigilância e fiscalização dos navios e embarcações por forma a prevenir e detectar quaisquer actividades ilícitas de poluição do meio marinho por produtos poluentes, designadamente hidrocarbonetos, e outras substâncias perigosas e, nos termos estatuídos em diploma próprio, actuar face aos mesmos em termos processuais contra -ordenacionais.

4 — A GNR pode realizar, nos termos e para os efeitos do Decreto -Lei n.º 124/2004, de 25 de Maio, acções de fiscalização às embarcações da náutica de recreio, de tal dando conhecimento ao órgão local da autoridade marítima competente, em razão do espaço ou do registo, para posterior condução do processo.

Artigo 4.º

Matérias a coordenar pela GNR

1 — Compete à GNR coordenar a actuação dos órgãos e serviços da Marinha/AMN no âmbito das infracções tributárias, fiscais e aduaneiras fora das instalações portuárias.

2 — As infracções tributárias, fiscais e aduaneiras detectadas pela GNR nas instalações portuárias devem ser comunicadas à DGAIEC para posterior condução do respectivo processo.

3 — Os órgãos e serviços da Marinha/AMN colaboram, no quadro das suas competências próprias ou por solicitação da GNR ou de entidade competente da tutela das pescas, no âmbito da fiscalização da comercialização de produtos piscícolas e detecção e repressão de ilícitos em lotas e em espaços portuários.

Artigo 5.º

Tráfico de estupefacientes e substâncias proibidas

1 — Compete à PJ a coordenação das acções de vigilância e fiscalização em matéria de tráfico de estupefacientes e substâncias proibidas, podendo as entidades que as exercem adoptar, nos termos da lei, as medidas cautelares e de polícia necessárias e adequadas.

2 — Para efeitos do estabelecido no número anterior, devem ser mutuamente disponibilizadas, em tempo útil, todas as informações necessárias a uma condução eficaz das acções e operações a realizar.

3 — Em cumprimento do estabelecido no artigo 9.º do Decreto -Lei n.º 43/2002, de 2 de Março, as autoridades de polícia e de polícia criminal envolvidas naquelas matérias, como a GNR e a Marinha/AMN através da Polícia Marítima (PM), estão sujeitas ao regime de centralização de informação, bem como de coordenação e intervenção conjunta previsto no Decreto -Lei n.º 81/95, de 22 de Abril.

Artigo 6.º

Imigração ilegal e tráfico de seres humanos

1 — Os órgãos e serviços da Marinha/AMN e a GNR realizam, nos termos da lei, sob coordenação do SEF, todas as acções de vigilância e fiscalização nos espaços marítimos sob soberania e jurisdição nacional em matéria de imigração ilegal e tráfico de seres humanos, podendo exercer as respectivas medidas cautelares necessárias e adequadas.

2 — Para efeitos do estabelecido no número anterior, devem ser mutuamente disponibilizadas, em tempo útil, todas as informações necessárias a uma condução eficaz das acções e operações a realizar.

3 — Compete ao SEF a condução de todos os processos respeitantes a ilícitos no âmbito da imigração ilegal por via marítima.

Artigo 7.º

Tráfico ilícito de mercadorias

1 — Os órgãos e serviços da Marinha/AMN e a GNR realizam, nos termos da lei, sob coordenação da DGAIEC, acções de vigilância e fiscalização nas instalações portuárias em matéria de tráfico ilícito de mercadorias e bens, podendo exercer as medidas cautelares necessárias e adequadas.

2 — Para efeitos do estabelecido no número anterior, devem ser mutuamente disponibilizadas, em tempo útil, todas as informações necessárias a uma condução eficaz das acções e operações a realizar.

3 — Compete à DGAIEC a condução de todos os processos respeitantes a ilícitos do âmbito tributário, fiscal e aduaneiro.

Artigo 8.º

Sanidade marítima

1 — Os órgãos e serviços da Marinha/AMN e a GNR intervêm, sob coordenação da ASN no quadro das suas competências de sanidade marítima internacional, nas acções e operações em que exista a necessidade de intervenção pública em termos de visita de saúde, concessão de livre prática e avaliação de situações em que seja determinada a colocação do navio ou da embarcação em quarentena, para protecção da saúde pública.

2 — A ASN é a entidade competente para, designadamente, realizar a visita de saúde, a avaliação da declaração marítima de saúde, a concessão de livre prática do porto e o desembarço sanitário, bem como para efectuar todos os actos técnicos que sejam exigíveis nos termos do Regulamento Sanitário Internacional da Organização Mundial de Saúde.

3 — As autoridades que exercem competências nos espaços sob soberania e jurisdição nacional, designadamente a Marinha/AMN, a GNR, o SEF, a DGAIEC e a ASN, asseguram que, quando necessário ou adequado, os actos de fiscalização ou visita sanitária tenham prioridade em relação aos demais actos técnicos a praticar perante o navio ou embarcação e seus tripulantes, sem prejuízo das operações de salvamento marítimo.

Artigo 9.º

Actividades económicas

1 — Os órgãos e serviços da Marinha/AMN e a GNR actuam sob coordenação da ASAE relativamente às matérias da sua competência, nomeadamente fiscalização das actividades económicas.

2 — Para efeitos do estabelecido no número anterior, são mutuamente disponibilizadas, em tempo útil, todas as informações necessárias a uma condução eficaz das acções e operações a realizar.

Artigo 10.º

Acesso à zona contígua

1 — A adopção de medidas de fiscalização e de policiamento na zona contígua (ZC), incluindo a interdição de acesso à ZC de navios e embarcações comunitárias e de países terceiros, é efectuada:

- a) Pelos órgãos locais da Autoridade Marítima nos casos de violação das regras sanitárias, designadamente situações de poluição marítima que envolvam fenómenos de contaminação humana ou do meio marinho, e de actos predatórios do património cultural subaquático;
- b) Pela GNR nos casos de infracções aduaneiras e fiscais;
- c) Pela PJ em todas as situações que se insiram no seu âmbito de competência reservada, especificamente ilícitos penais envolvendo tráfico e ou transporte de estupefacientes e substâncias proibidas;
- d) Pelo SEF em todas as situações referentes a asilo, imigração ilegal e tráfico de seres humanos, auxílio à imigração ilegal e associação de auxílio à imigração ilegal.

2 — Sem prejuízo da adopção de medidas cautelares e urgentes:

- a) As medidas relativas a matérias do foro sanitário, designadamente as que impliquem a necessidade de determinar a visita de saúde a bordo, situações de quarentena ou restrições ao movimento de pessoas ou navios e embarcações por causas sanitárias, são tomadas após parecer vinculativo da ASN (Sanidade Internacional);
- b) As medidas relativas a imersões deliberadas de resíduos no mar são tomadas após parecer das administrações das regiões hidrográficas territorialmente competentes, nos termos previstos no diploma que estabelece o regime de utilização dos recursos hídricos;
- c) As medidas relativas a ilícitos aduaneiros e fiscais são tomadas após parecer da DGAIEC;
- d) As medidas relativas a matérias respeitantes ao património cultural subaquático são tomadas após parecer vinculativo do Instituto de Gestão do Património Arquitectónico e Arqueológico, I. P.

Artigo 11.º

Acesso a espaços marítimos soberanos

A interdição do acesso de navios e embarcações comunitários e de países terceiros ao mar territorial e a águas interiores e ao porto é regulada pelo estipulado nos Decretos-Leis n.os 44/2002 e 45/2002, ambos de 2 de Março, no Decreto-Lei n.º 284/2003, de 8 de Novembro, e, quando aplicável, nos Decretos-Leis n.os 46/2002, de 2 de Março, e 146/2007, de 27 de Abril.

Artigo 12.º

Código Internacional para a Protecção dos Navios e das Instalações Portuárias

A intervenção dos órgãos e serviços da Marinha/AMN, da GNR, do SEF e da DGAIEC em matéria de protecção do transporte marítimo de navios, instalações portuárias e do porto é efectuada em observância do regime legal do Código Internacional para a Protecção dos

Navios e das Instalações Portuárias (Código ISPS), da Organização Marítima Internacional, definido em diploma próprio.

Artigo 13.º

Visita e vistorias

1 — Os actos de visita, de vistoria técnica e demais acções de fiscalização de navios e embarcações, bem como a respectiva verificação documental, são efectuados pela Marinha/AMN, designadamente através de determinações dos órgãos locais da Autoridade Marítima no seu quadro de competências, sem prejuízo do que se encontra estatuído em matéria de inspecções no âmbito do controlo de navios pelo Estado do porto.

2 — Compete à DGAIEC realizar a visita aduaneira com vista a aferir do suporte documental das embarcações ou a fiscalizar e controlar a circulação das mercadorias sujeitas à acção fiscal e aduaneira.

3 — Compete à GNR promover as acções de fiscalização e controlo de circulação de mercadorias sujeitas à acção fiscal e aduaneira, fora das instalações portuárias bem como promover no mesmo âmbito as acções de fiscalização previstas na legislação referente a embarcações de pesca, podendo realizar acções de intercepção marítima quando tal se revele necessário.

4 — A visita e verificação documental a tripulantes e passageiros são efectuadas, no seu âmbito de competências, pelo SEF.

5 — A visita de saúde, a qual pode envolver verificação técnica das condições específicas em que se encontram tripulantes ou passageiros, e a concessão da livre prática são efectuadas pela autoridade de saúde competente.

6 — A visita, vistoria técnica e verificação documental são efectuadas pela ASAE no âmbito das suas atribuições legais, designadamente quanto à fiscalização das actividades económicas.

7 — Sempre que as acções a desenvolver no âmbito das matérias previstas no n.º 3 revelem a existência de ilícitos de natureza aduaneira e fiscal, ou a documentação existente suscite dúvidas sobre a legalidade e ou regularidade de situações relacionadas com a importação ou exportação de bens, equipamentos, cargas ou do próprio navio ou embarcação, o assunto é remetido à DGAIEC para posterior condução do processo.

Artigo 14.º

Salvamento marítimo

1 — Em situações de acidente ou sinistro marítimo que envolvam a necessidade de realizar acções de busca e salvamento marítimo, a GNR participa nas operações a realizar, sob

coordenação do órgão local da Direcção-Geral da Autoridade Marítima ou do centro coordenador de busca e salvamento marítimo competente, com o envolvimento da Autoridade Nacional de Protecção Civil, sempre que tal se justifique, em termos a definir por protocolo.

2 — Sempre que as acções de detecção de situações referentes a imigração ilegal imponham a necessidade de intervenção do Estado Português em termos de busca e salvamento marítimo, a coordenação das operações é efectuada, nos termos do regime jurídico em vigor, pelo órgão local da Direcção -Geral da Autoridade Marítima ou do centro coordenador de busca e salvamento marítimo competente.

Artigo 15.º

Centro Nacional Coordenador Marítimo

1 — Para efeitos de operacionalização do estabelecido no presente decreto regulamentar, é criado, com carácter de permanência, o Centro Nacional Coordenador Marítimo

(CNCM), como órgão que visa agilizar os procedimentos de articulação entre os órgãos e serviços da Marinha/AMN e a GNR, bem como com as autoridades referidas nos artigos anteriores.

2 — O CNCM funciona, igualmente, para efeitos dos projectos de cooperação a nível europeu tendentes ao combate à imigração ilegal por via marítima, designadamente a Rede Europeia de Patrulhas Costeiras.

3 — Em situações de crise ou emergência relacionadas com fluxos de imigração ilegal por via marítima, caberá ao CNCM a coordenação das actividades a desenvolver pelas diferentes entidades no âmbito do plano de contingência aprovado para o efeito.

Artigo 16.º

Constituição do CNCM

1 — O CNCM integra, em paridade, um representante nomeado pelo director -geral da Autoridade Marítima e comandante -geral da Polícia Marítima, um representante da GNR nomeado pelo comandante -geral da GNR, um representante do Gabinete Coordenador de Segurança nomeado pelo respectivo secretário -geral, um representante da Marinha nomeado pelo almirante Chefe do Estado – Maior da Armada/Autoridade Marítima Nacional, um representante da Força Aérea nomeado pelo Chefe do Estado-Maior da Força Aérea, um representante do SEF nomeado pelo seu director -geral e um representante da PJ a nomear pelo seu director nacional.

2 — Podem ainda integrar os trabalhos e reuniões do CNCM peritos representantes de outras autoridades de polícia ou entidades públicas técnicas cuja participação seja tida como útil ou necessária em razão da matéria.

3 — Na situação prevista no n.º 2 do artigo anterior, cabe ao SEF o exercício das competências decorrentes da sua qualidade de ponto de contacto nacional junto da Agência Europeia de Gestão da Cooperação Operacional nas Fronteiras Externas dos Estados Membros da União Europeia — FRONTEX.

Artigo 17.º

Organização e funcionamento do CNCM

1 — Os representantes designados pelas entidades que fazem parte do CNCM reúnem mensalmente, no âmbito das reuniões ordinárias, podendo ser convocadas, sempre que necessário, reuniões extraordinárias sob proposta de qualquer dos seus membros, designadamente para activação de planos de contingência.

2 — O CNCM disporá de um secretariado permanente, ao qual caberá:

- a) Agendar as reuniões mensais, elaborando a ordem do dia, com base nos assuntos designados em prévia reunião plenária;
- b) Elaborar as actas das reuniões e divulgá-las.

3 — Os representantes das várias entidades no CNCM estão sujeitos ao estrito dever de sigilo quanto ao objecto e conteúdo das reuniões.

Artigo 18.º

Entrada em vigor

O presente decreto regulamentar entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação.

Visto e aprovado em Conselho de Ministros de 25 de Outubro de 2007. — *José Sócrates Carvalho Pinto de Sousa — Fernando Teixeira dos Santos — João António da Costa Mira Gomes — Rui Carlos Pereira — Alberto Bernardes Costa — Francisco Carlos da Graça Nunes Correia — António José de Castro Guerra — Jaime de Jesus Lopes Silva — Mário Lino Soares Correia — Francisco Ventura Ramos — Maria Isabel da Silva Pires de Lima.*

Promulgado em 29 de Novembro de 2007.

Publique -se.

O Presidente da República, ANÍBAL CAVACO SILVA.

Referendado em 30 de Novembro de 2007.

O Primeiro -Ministro, *José Sócrates Carvalho Pinto de Sousa.*

ANEXO J – EXTRACTO DO DECRETO-LEI N.º 2/1995 DE 30 DE JANEIRO – LEI ORGÂNICA DA POLÍCIA MARÍTIMA

CAPÍTULO I

Natureza, missão, atribuições e zona de acção

Artigo 1.º

(Natureza)

1. A Polícia Marítima e Fiscal (PMF) é uma força de segurança militarizada, na dependência directa do Governador.
2. A PMF é um órgão de polícia criminal e actua, no processo penal, sob a orientação das autoridades judiciárias e na sua dependência funcional.
3. As acções solicitadas e os actos ou diligências delegados pelas autoridades judiciárias são realizados pelos militarizados designados pelas entidades da PMF para o efeito competentes.

Artigo 2.º

(Missão)

1. A PMF tem como missão geral:
 - a) Garantir a ordem e tranquilidade públicas;
 - b) Garantir a segurança e protecção de pessoas e bens;
 - c) Prevenir e combater a criminalidade;
 - d) Prevenir a imigração ilegal;
 - e) Fiscalizar a importação, exportação e trânsito de mercadorias a fim de contribuir para o controlo das operações do comércio externo;
 - f) Fiscalizar o cumprimento das leis e regulamentos marítimos a fim de contribuir para o exercício da autoridade marítima.
2. A PMF intervém também na protecção civil e em situação de emergência.

Artigo 3.º

(Atribuições)

No âmbito da sua missão, a PMF tem as seguintes atribuições na sua zona de acção:

- a) Assegurar o policiamento das áreas de jurisdição marítima;
- b) Fiscalizar as actividades marítimas e portuárias;
- c) Fiscalizar e fazer cumprir os editais e demais regulamentos marítimos em vigor;
- d) Fiscalizar o cumprimento das disposições relativas à segurança da navegação;
- e) Participar nas acções decorrentes das convenções internacionais relativas à salvaguarda da vida humana no mar;
- f) Fiscalizar o cumprimento da legislação aduaneira respeitante à saída e entrada de passageiros e suas bagagens;
- g) Fiscalizar o cumprimento da legislação aduaneira relativa às operações do comércio externo;
- h) Cooperar com outras forças de segurança e serviços públicos no âmbito da segurança interna, protecção civil e situações de emergência do Território;
- i) Assegurar o cumprimento da legislação em vigor relativa ao comércio de vendilhões, saúde pública, trabalho, comunicações, posturas municipais e outras cuja fiscalização lhe seja imputada;
- j) Participar nas actividades do Conselho de Cooperação Aduaneira;
- l) Assegurar a remoção dos restos mortais de cidadãos encontrados sem vida na sua zona de acção.

Artigo 4.º

(Zona de acção)

1. A PMF exerce a sua acção na área de jurisdição marítima do Território, locais de ligação do Território com o exterior e noutras a aprovar por despacho do Governador.
2. Constituem a área de jurisdição marítima:
 - a) As águas confinantes com o território de Macau;
 - b) As áreas portuárias e os estaleiros de construção naval;
 - c) O domínio público hídrico.
3. São locais de ligação com o exterior aqueles onde se verificar a entrada e saída do Território de pessoas e bens.

ANEXO M – EXTRACTO DA LEI N.º 37/2008 DE 6 DE AGOSTO – APROVA A ORGÂNICA DA POLÍCIA JUDICIÁRIA.

CAPÍTULO I

Natureza, missão e atribuições

Artigo 1.º

Natureza

A Polícia Judiciária, abreviadamente designada por PJ, corpo superior de polícia criminal organizado hierarquicamente na dependência do Ministro da Justiça e fiscalizado nos termos da lei, é um serviço central da administração directa do Estado, dotado de autonomia administrativa.

Artigo 2.º

Missão e atribuições

1 — A PJ tem por missão coadjuvar as autoridades judiciárias na investigação, desenvolver e promover as acções de prevenção, detecção e investigação da sua competência ou que lhe sejam cometidas pelas autoridades judiciárias competentes.

2 — A PJ prossegue as atribuições definidas na presente lei, nos termos da Lei de Organização da Investigação Criminal e da Lei-quadro da Política Criminal.

Artigo 3.º

Coadjuvação das autoridades judiciárias

1 — A PJ coadjuva as autoridades judiciárias em processos relativos a crimes cuja detecção ou investigação lhe incumba realizar ou quando se afigure necessária a prática de actos que antecedem o julgamento e que requerem conhecimentos ou meios técnicos especiais.

2 — Para efeitos do disposto no número anterior, a PJ actua no processo sob a direcção das autoridades judiciárias e na sua dependência funcional, sem prejuízo da respectiva organização hierárquica e autonomia técnica e táctica.

Artigo 4.º

Prevenção e detecção criminal

1 — Em matéria de prevenção e detecção criminal, compete à PJ:

a) Promover e realizar acções destinadas a fomentar a prevenção geral e a reduzir o número de vítimas da prática de crimes, motivando os cidadãos a adoptarem precauções e

a reduzirem os actos e as situações que facilitem ou precipitem a ocorrência de condutas criminosas;

b) Proceder às diligências adequadas ao esclarecimento das situações e à recolha de elementos probatórios.

2 — No âmbito da prevenção criminal a PJ procede à detecção e dissuasão de situações conducentes à prática de crimes, nomeadamente através de fiscalização e vigilância de locais susceptíveis de propiciarem a prática de actos ilícitos criminais, sem prejuízo das atribuições dos restantes órgãos de polícia criminal.

3 — No exercício das acções a que se refere o número anterior, a PJ tem acesso à informação necessária à caracterização, identificação e localização das situações, podendo proceder à identificação de pessoas e realizar vigilâncias, se necessário, com recurso a todos os meios e técnicas de registo de som e de imagem, bem como a revistas e buscas, nos termos do disposto no Código de Processo Penal e legislação complementar.

Artigo 5.º

Investigação criminal

1 — As competências da PJ respeitantes à investigação criminal são as definidas na Lei de Organização de Investigação Criminal.

2 — Compete ainda à PJ assegurar o funcionamento dos gabinetes da INTERPOL e EUROPOL para os efeitos da sua própria missão e para partilha de informação no quadro definido pela lei.

Artigo 6.º

Dever de cooperação

1 — A PJ está sujeita ao dever de cooperação nos termos da lei.

2 — As entidades públicas e privadas, nas pessoas dos respectivos representantes, devem prestar à PJ a cooperação que justificadamente lhes for solicitada.

3 — As pessoas e entidades que exerçam funções de vigilância, protecção e segurança a pessoas, bens e instalações públicos ou privados têm o especial dever de colaborar com a PJ.

Artigo 7.º

Cooperação internacional

No âmbito dos instrumentos de cooperação policial internacional a PJ pode estabelecer relações de cooperação nos diferentes domínios da sua actividade.

Aprovada em 2 de Julho de 2008.

O Presidente da Assembleia da República, *Jaime Gama*.

Promulgada em 21 de Julho de 2008.

Publique -se.

O Presidente da República, ANÍBAL CAVACO SILVA.

Referendada em 22 de Julho de 2008.

O Primeiro -Ministro, *José Sócrates Carvalho Pinto de Sousa*.

